

FLÁVIA VIEIRA XAVIER

**SOCIABILIDADE URBANA NA CIDADE DUAL: O USO DO ESPAÇO
PÚBLICO EM DOIS BAIROS DE BELO HORIZONTE, MG.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2017

Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa

T

X3s
2017
Xavier, Flávia Vieira, 1988-
Sociabilidade urbana na cidade dual : o uso do espaço público em dois bairros de Belo Horizonte, MG / Flávia Vieira Xavier. – Viçosa, MG, 2017.
xi, 116f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexo.

Inclui apêndices.

Orientador: Regina Esteves Lustoza.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.105-111.

1. Sociabilidade urbana - Belo Horizonte. 2. Espaços públicos - Belo Horizonte. 3. Urbanização - Belo Horizonte. 4. Segregação urbana. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. II. Título.

CDD 22 ed. 711.5

FLÁVIA VIEIRA XAVIER

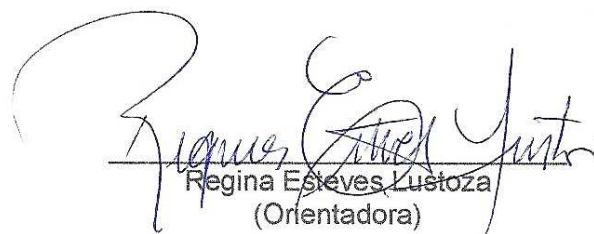
**SOCIABILIDADE URBANA NA CIDADE DUAL: O USO DO ESPAÇO
PÚBLICO EM DOIS BAIROS DE BELO HORIZONTE, MG.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 2 de maio de 2017.


Tiago Augusto da Cunha


Maria Isabel de Jesus Chrysostomo


Regina Esteves Lustoza
(Orientadora)

Aos meus pais, Jorge e Sãozinha
Aos meus irmãos, Fernanda e Felipe
Ao meu sobrinho Davi

Com amor.

AGRADECIMENTOS

Considerando que esta pesquisa foi fruto de um processo coletivo e da colaboração de diversas pessoas, há muito que se agradecer. Foram inúmeras contribuições que não podem ser julgadas em ordem de maior ou menor importância, pois sem qualquer uma delas, este trabalho não se concretizaria.

Agradeço, portanto, à querida professora e orientadora Dr^a Regina Esteves Lustoza, pelo acolhimento no mestrado e pela confiança e liberdade dada durante o trajeto da orientação. Agradeço, ainda, o apoio incondicional dado diante dos percalços de se pesquisar.

Ao professor Dr. Wagner Barbosa Batella, coorientador, pelas longas conversas, indicações de boas leituras e também do melhor caminho a ser tomado e, acima de tudo, pela amizade. Reconheço a sorte de ter vocês dois como guias neste período.

Aos professores doutores Maria Isabel de Jesus Chrysostomo e Tiago Augusto da Cunha que, gentilmente, aceitaram compor a banca examinadora da defesa deste trabalho.

À Universidade Federal de Viçosa que, por meio da sua infraestrutura, técnicos e docentes, me possibilitou a formação acadêmica e contribuiu para a minha formação pessoal.

Ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, representada pelos professores com os quais obtive grande aprendizado, pelas amizades que fiz no mestrado e pelos funcionários, Coutinho e Ana Cláudia, sempre solícitos e atenciosos.

Aos colegas do grupo LAURE, do Departamento de Geografia, e do grupo GEMAPP, no Departamento de Arquitetura e Urbanismo, pelos excelentes debates construídos.

À CAPES, pela concessão do auxílio financeiro.

Ao CINDS, pela disponibilização de parte dos dados utilizados neste trabalho.

Ao Presidente da Associação de Moradores do Morro do Papagaio, Júlio César Filho, o Júlio Fessô, pela disponibilidade em me atender e me mostrar, com alegria, sua comunidade.

À todos os entrevistados, pelo aceite em contribuir para o enriquecimento da pesquisa.

Aos amigos e familiares, por todo apoio e incentivo, e tornarem o caminho menos árduo.

Aos meus pais, Jorge e Sãozinha, e irmãos, Fernanda e Felipe, pelo incansável estímulo e suporte dados desde que somos uma família, e por serem exemplos de luta e determinação.

Por fim, ao meu companheiro Vitor Martins, por todo o auxílio nos trabalhos de campo, no trato dos dados e, ainda, por revelar-se grande parceiro nesta trajetória, ao vibrar comigo e mostrar sempre que, juntos, podemos encontrar o melhor caminho.

*La utopía está en el horizonte
Me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos
Camino diez pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá
Cuanto más la busque, menos la encontraré
¿Entonces, para qué sirve la utopía?
La utopía sirve para eso, para caminar.*

Eduardo Galeano

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da área de estudo.....	6
Figura 2 – Curral del Rei em 1894.	19
Figura 3 – Superposição dos mapas do Curral del Rei, que seria demolido, e da área central de BH, que seria construída no lugar.	20
Figura 4 – Planta geral da “Cidade de Minas” em 1895.	22
Figura 5 – Áreas determinadas para edificação da nova capital.	23
Figura 6 – Primeiros aglomerados de BH (Mapa A) e aglomerados em 2012 (Mapa B).	26
Figura 7 – Morro do Papagaio, 1980.....	28
Figura 8 – Vila Barragem Santa Lúcia, 1974.....	28
Figura 9 – Distribuição espacial da população residente em favelas de BH.....	29
Figura 10 – Vista parcial do Morro do Papagaio, lado que contempla a Vila Barragem Santa Lúcia.....	47
Figura 11 – Vista parcial do Bairro Santa Lúcia	48
Figura 12 – Ruas principais da Vila Barragem Santa Lúcia.....	50
Figura 13 – Uso dos espaços públicos da Vila Barragem Santa Lúcia por crianças...	52
Figura 14 – Ruas do Bairro Santa Lúcia	52
Figura 15 – Distribuição da renda média mensal domiciliar por setor.....	54
Figura 16 – Renda individual mensal dos indivíduos das famílias dos entrevistados .	55
Figura 17 – Parque Jornalista Eduardo Couri (Parque da Barragem). No canto Superior direito está a Vila Barragem, no canto inferior direito, o início do bairro Santa Lúcia, à esquerda, Vila Paris e, ao fundo, o bairro Santo Antônio.....	57
Figura 18 – Prédios do programa Vila Viva que abrigam moradores removidos do Morro do Papagaio	62
Figura 19 – Becos da Vila Barragem Santa Lúcia	68
Figura 20 – Casas são demolidas na Vila e entulhos se acumulam.....	70
Figura 21 – Mapas mentais 1, 2, 3 e 4. Bairro Santa Lúcia, 2016.	76
Figura 22 – Mapas mentais 5, 6, 7, 8 e 9. Vila Barragem Santa Lúcia, 2016.	78
Figura 23 – Mapas mentais 10, 11, 12 e 13. Vila Santa Lúcia e Bairro Santa Lúcia, 2016.	80

Figura 24 – Mapa mental 14. Representado por morador da Vila Santa Lúcia, 2016.	81
Figura 25 – Casas protegidas do Bairro Santa Lúcia.	91
Figura 26 – Notícia de crimes em Belo Horizonte.	92
Figura 27 – Notícia de crimes em Belo Horizonte.	93
Figura 28 – Gráfico da distribuição de crimes registrados no Bairro Santa Lúcia no período de 2010 a 2015.....	97
Figura 29 – Gráfico da distribuição de crimes registrados na Vila Barragem Santa Lúcia no período de 2010 a 2015.	98
Figura 30 – Distribuição temporal das ocorrências criminais no Bairro Santa Lúcia e na Vila Barragem Santa Lúcia no período de 2010 a 2015.	100
Figura 31 – Mapa da distribuição espacial das ocorrências criminais do Bairro Santa Lúcia e da Vila Barragem Santa Lúcia registradas no período de 2010 a 2015.	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de favelas por décadas.	28
Tabela 2 – Aglomerados por regiões administrativas.	30
Tabela 3 – Densidade demográfica das áreas em estudo.	49
Tabela 4 – Atividades de lazer praticadas pelos entrevistados.	56
Tabela 5 – Local onde são realizadas as atividades de lazer.	58
Tabela 6 – Resposta dos entrevistados quanto aos acompanhantes no lazer.	58
Tabela 7 – Percepção em relação ao outro bairro quanto aos pontos positivos.	59
Tabela 8 – Percepção em relação ao outro bairro quanto aos pontos negativos.	60
Tabela 9 – Motivações de contato entre moradores dos bairros.	62
Tabela 10 – Desejo em morar no outro bairro.	63
Tabela 11 – Resposta dos entrevistados quanto ao contato com moradores do próprio bairro.	65
Tabela 12 – Finalidades de uso das ruas dos bairros Santa Lúcia e da Vila Barragem Santa Lúcia.	66
Tabela 13 – Tipos de transporte utilizados para locomoção.	67
Tabela 14 – Percepção em relação ao próprio bairro quanto aos pontos negativos. ...	69
Tabela 15 – Percepção em relação ao próprio bairro quanto aos pontos positivos. ...	70
Tabela 16 – Desejo em se mudar do bairro.	71
Tabela 17 – Número de crimes registrados na Vila Barragem Santa Lúcia no período de 2010 a 2015.	96
Tabela 18 – Número de crimes registrados no Bairro Santa Lúcia no período de 2010 a 2015.	97
Tabela 19 – Relação das ruas com maior índice de registros criminais no Bairro Santa Lúcia no período de 2010 a 2015.	101

RESUMO

XAVIER, Flávia Vieira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, maio de 2017. **Sociabilidade urbana na cidade dual: o uso do espaço público em dois bairros de Belo Horizonte, MG.** Orientadora: Regina Esteves Lustoza. Coorientador: Wagner Barbosa Batella.

As cidades brasileiras anunciam uma sociedade repleta de contradições, fruto da negligência com as questões sociais ao longo da história. A forma complexa com que o espaço urbano foi produzido pode ser constatada na materialização desigual da cidade, seja do ponto de vista físico ou da produção das relações entre os indivíduos. Sendo assim, a hipótese desta pesquisa é de que a crise na qual perpassa a sociabilidade urbana está diretamente relacionada à crise dos espaços públicos, e pode ser observada mais frequentemente em áreas de alto padrão, cujo processo de ocupação não se deu de forma cooperativa, e onde o medo e a insegurança estão presentes como duas das principais forças (des)organizadoras do espaço urbano. Compreender estas questões contribui para o alcance do principal objetivo deste trabalho: compreender a manifestação diferenciada da sociabilidade urbana no Bairro Santa Lúcia e na Vila Barragem Santa Lúcia, em Belo Horizonte, e seu reflexo na produção da rua enquanto espaço público. São privilegiados neste estudo questões no âmbito social, econômico e espacial, que consideram o processo de favelização na cidade; a consolidação do espaço segregado; a relação entre indivíduos de diferentes segmentos sociais e a percepção que têm em relação ao outro; e a contribuição do capital do medo e da criminalidade para a crise nas relações humanas. A metodologia envolveu pesquisa bibliográfica, produção de mapas temáticos utilizando dados da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Centro Integrado de Informações de Defesa Civil (CINDS), além de trabalhos de campo que contemplam: observação não participante, entrevistas semiestruturadas e aplicação de mapas mentais. Os resultados indicam que a apropriação dos espaços públicos, especialmente as ruas, está diretamente relacionada a aspectos de ordem socioeconômica, e os processos de exclusão e segregação pelos quais passaram os moradores da Vila, influenciaram na apropriação coletiva e cooperativa do espaço urbano, refletindo nos laços de sociabilidade observados em campo. Verificamos, ainda, que o medo e a insegurança justificados pelos moradores do Bairro Santa Lúcia para a recusa da rua, são fundamentados no alto índice de criminalidade, mas são reforçados pela propagação indiscriminada da cultura do medo, reforçando os estigmas sobre os moradores da Vila Barragem Santa Lúcia.

ABSTRACT

XAVIER, Flávia Vieira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, May, 2017. **Urban sociability in the dual context: the use of public places in two neighborhoods of Belo Horizonte, MG.** Advisor: Regina Esteves Lustoza. Co-advisor: Wagner Barbosa Batella.

The Brazilian cities exhibit society immersed in contradictions as a result of negligence with historical social issues. The complex structure of urban development is observed on unequal distribution in the city, either in the physical context or in the relationships between individuals. Thus, the hypothesis of this study is that the crisis of urban society is directly associated with the crisis of public spaces. Particularly, this hypothesis can be observed in the regions with high economical contrast, where occupation process was not cooperative, and an ensemble of fear and insecurity feelings are the main forces organizing the urban space. Further understanding of these questions contributes to reach the main objective of this study: understand the distinct patterns of urban sociability between Santa Lúcia and Vila Barragem Santa Lúcia neighborhoods in Belo Horizonte, and their reflection on public spaces, such as streets. A comprehensive evaluation is conducted on the social, economic and spatial domains, which include the “favelização” (slum cluster and formation), segregation of urban spaces and socio-economic groups, and finally, the implications of capital of fear and criminality on the human relations. The methodology includes bibliographical research, thematic maps based on Municipal Government of Belo Horizonte (PBH), Urban and Housing Company of Belo Horizonte (URBEL), Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), Integrated Center of Civil Defense Information (CINDS), and additional field data collection. Our census forms include space observation, semi-structured interviews, and application of mental maps. The results suggested that the appropriation of public urban space, especially of the streets, is directly related to socio-economical aspects. The Vila Barragem inhabitants undergo with exclusion and segregation mechanisms that influence on the collective and cooperative appropriation of the urban space with social discrimination. Based on forms of Santa Lúcia residents and sustained by high criminal indices, fear and insecurity feelings are the major reasons to avoid the streets. However, these feelings are reinforced by the dissemination of fear culture, which reiterates the stigma about residents of Vila Barragem Santa Lúcia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	13
A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM BELO HORIZONTE.....	13
1.1 Breve contextualização da produção do espaço urbano brasileiro	13
1.2 Da capital planejada à estruturação desigual do espaço urbano.....	18
1.3 A consolidação de um espaço segregado	31
CAPÍTULO 2	35
CONVIVENDO ENTRE O SEMELHANTE E O ESTRANHO: A PRODUÇÃO DA SOCIABILIDADE SEGMENTADA NO ESPAÇO PÚBLICO	35
2.1 Espaço público e sociabilidade urbana	36
2.2 Manifestações diferenciadas da sociabilidade	42
2.2.1. A rua como lugar de interação social	42
2.2.2. Vila Barragem Santa Lúcia e o bairro Santa Lúcia: a relação entre vizinhos distantes	46
2.2.3. A percepção do lugar por meio dos mapas mentais.....	72
CAPÍTULO 3	83
REFLEXOS DO MEDO E DA INSEGURANÇA NA PRODUÇÃO DA SOCIABILIDADE URBANA.....	83
3.1 Sobre o medo e a insegurança	84
3.2 A contribuição do capital do medo.....	88
3.3 A criminalidade na Vila Barragem Santa Lúcia e no Bairro Santa Lúcia	93
REFLEXÕES SOBRE O CAMINHAR DA SOCIABILIDADE.....	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	105
APÊNDICES.....	112
ANEXO.....	116

Na urgência de nos libertarmos do nosso atraso, refletido em nossa pobreza e em nossas insuficiências, fizemos escolhas que negligenciaram as questões sociais ao longo da história. Mesmo buscando superar as heranças trazidas dos tempos coloniais, as cidades ainda expressam uma sociedade repleta de contradições que representam um desafio quando se tenta contornar anos de relego.

É fato que a modernidade nos trouxe grandes avanços, mas, concomitantemente, acentuou transformações já trazidas desde os tempos da Lei das Terras¹ como divisões sociais, segregação espacial, individualização do homem, até a volatilidade² das relações nos tempos atuais. O espaço é produzido de forma desigual e é importante compreender como a sua produção se materializa de forma diferenciada do ponto de vista físico, da produção das relações, da sociabilidade³, da apropriação e das vivências que nele se concretizam.

Considerando os padrões de consumo atuais, os espaços públicos das cidades brasileiras que temos produzido, por sua vez, tornaram-se inviáveis do ponto de vista social. Muitos sujeitos concebem a sua sociabilidade sem compartilhar o sentimento de pertencer ao mesmo local que o outro. Para Simmel (1973, p. 17), essa atitude vem da desconfiança que o homem moderno tem da superficialidade que se configura nas relações da vida na cidade, aspecto que leva os indivíduos a se reservarem, manifestando estranheza e repulsão a um contato mais próximo com diferentes sujeitos.

As ideias de Maia (2003) vão ao encontro desse pensamento por este autor acreditar que a tensão nas relações se acentua na constituição dos espaços em que se considera o outro e, por isso, as relações civilizadas entre os homens são tão escassas. “Isso acontece, por vezes, em consequência do pensar de alguns indivíduos que negam a pluralidade estrutural na história da formação do bairro, da cidade” (MAIA, 2003, p. 50). Além de Maia (2003), vários outros autores (SOUZA, 2008; PORTUGAL, 2009; CERQUEIRA, 2013; ARANTES, 2015) encararam a questão da

¹ A Lei de Terras de 1850 implantava no Brasil a propriedade privada das terras e foi o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base até os dias atuais para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil (STEDILE, 2005).

² O termo “volatilidade” é utilizado nas obras de Zygmunt Bauman e se refere à inconstância e precariedade das relações humanas na modernidade que, pela necessidade compulsória de mudar, se torna líquida, fluida e escapa-nos a todo momento.

³ O termo sociabilidade será aprofundado no Capítulo 2, mas podemos adiantar que se trata da interação entre indivíduos com base em seus interesses comuns, mas com o sentimento de satisfação do instante sociável (SIMMEL, 2006).

sociabilidade urbana em diferentes perspectivas, confirmando a necessidade de se estudar a falência do convívio social e do uso dos espaços públicos coletivos.

A forma de lidar com essa heterogeneidade com que é constituída uma sociedade tem colocado em risco a sobrevivência da sociabilidade urbana, na perspectiva das relações cotidianas entre atores sociais que transcorrem nos espaços públicos urbanos. Pela dificuldade em apreender o diferente, somado ao sentimento generalizado do medo e da insegurança que se instalou na vida das pessoas, faz-se o uso de grades e muros na tentativa de preservar a autonomia e a individualidade, evitando o circular principalmente nas médias e grandes cidades.

Em Belo Horizonte (BH), Minas Gerais, município que se estruturou planejado, mas com guetos que remontam ao seu esboço inicial, podemos perceber claramente os reflexos desse comportamento. Paralelamente a um mundo tecnificado, individualista, ditado pela cultura do medo e pelo automóvel, que desestimulam o convívio e o uso coletivo dos espaços urbanos, está o mundo das favelas⁴. Nele, apesar dos moradores compartilharem também dessa forma de convívio social, é possível observar um outro lado no âmbito das relações: uma força proveniente dos laços de sociabilidade, que se estabeleceram na forma de apropriação do espaço, coletiva e cooperativa, como resposta aos processos de exclusão e segregação no ambiente urbano.

Assim, a hipótese desta pesquisa é de que a crise na qual perpassa a sociabilidade urbana em Belo Horizonte está diretamente relacionada à crise dos espaços públicos, e pode ser observada mais frequentemente em áreas de alto padrão, cujo processo de ocupação não se deu de forma cooperativa, e onde o medo e a insegurança estão presentes como duas das principais forças (des)organizadoras do espaço urbano.

O que se pretende nesta pesquisa, portanto, é compreender a manifestação diferenciada da sociabilidade urbana no Bairro Santa Lúcia e na Vila Barragem Santa Lúcia e seu reflexo na produção da rua enquanto espaço público. O bairro se caracteriza pelo alto padrão das moradias, enquanto a vila, sua vizinha limítrofe, distingue-se pelos becos, pelas moradias em condições precárias e pela população com renda inferior a do Santa Lúcia. Para alcançar esse objetivo geral, serão conduzidas outras reflexões que levem ao seu entendimento: 1) compreender o espaço público no âmbito das práticas socioespaciais; 2) analisar o contexto em que

⁴ Favela é o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das seguintes características: irregularidade das vias de circulação e do tamanho e da forma dos lotes e/ou carência de serviços públicos essenciais como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública (IBGE, 2011). Ela pode ser mencionada como aglomerado subnormal, comunidade, grotão, vila, mocambo, entre outros. Neste trabalho, a favela será lembrada como tal, como vila ou, ainda, comunidade.

vivem e a situação socioeconômica dos moradores da área em estudo; 3) comparar as manifestações da sociabilidade no Bairro Santa Lúcia e na Vila Barragem Santa Lúcia.

A evidência de espaços segregados e discriminados por seus segmentos sociais, que conduzem a uma fragilização das relações, demonstra uma transformação nas formas de ocupação do espaço urbano e no estilo de vida dos seus atores. Estudar uma área cujo contexto e desenvolvimento se consolidaram de forma semelhante a tantos outros municípios no Brasil pode influenciar na tomada de novas medidas políticas favoráveis à sua população, servir como base para o aprofundamento em suas questões, e levar à reflexão de como superar os legados do período colonial aos tempos atuais.

Assim, a presente pesquisa contribuirá também para a compreensão e a conscientização da sociedade em geral a respeito da forma que as relações sociais vêm se configurando nas ruas da cidade, mas, principalmente, dos moradores da área estudada, por ter a proximidade como um agravante, e que torna a diferença existente ainda mais perceptível. O maior benefício se dará no âmbito social, o que nos motiva nesta pesquisa.

Deve ficar claro que se trata não somente da comparação da manifestação da sociabilidade entre duas áreas social e economicamente distintas, mas, também, de um esforço em contemplar uma discussão que está às margens dos planos governamentais para sua população.

Notas metodológicas

Estudar a rua enquanto espaço público e a sociabilidade urbana, enfatizando a relação entre eles, mas também a outros fatores, nos dá suporte para compreender como se dão as relações entre os indivíduos na cidade contemporânea. É importante considerarmos a não linearidade da temática e, por isso, a proposta metodológica leva em conta o entendimento das partes para a posterior compreensão do todo. Ainda, apesar da intensificação desse processo na atualidade, ponderar a discussão com obras de tempos passados é igualmente relevante para as relativizações necessárias.

Para tanto, a metodologia descrita foi aquela que serviu como procedimento para se alcançar os objetivos pretendidos. Ainda que neste tópico se apresente em maior porção, ao longo dos capítulos poderão ser encontradas particularidades não contempladas aqui. O estudo se caracteriza pelos tipos explicativo e exploratório⁵, e, como a análise de seus resultados não foi a última fase do processo da pesquisa, mas

⁵ Com base em Gil (2002, 2008), pesquisas desse tipo têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, torná-lo mais explícito ou constituir hipóteses. Além disso, proporcionam visão geral e aproximativa acerca de determinado fato.

concomitantemente a ela, tem caráter flexível, numa abordagem majoritariamente qualitativa.

Para melhor entendimento da temática, recorre-se a conceitos que auxiliarão na sua compreensão. Abaixo, seguem alguns dos autores que embasaram esta pesquisa.

- A) Espaço urbano: a discussão deste conceito é importante por ser o espaço urbano economicamente produzido, mas socialmente vivenciado. Darão suporte à pesquisa autores como Corrêa (1989), Bourdieu (2008), Gottdiener (2010) e Lefebvre (2013).
- B) Espaço público: por ser considerado um elemento fundamental das cidades por compreender os espaços urbanos que dão suporte à vida em comum, sua compreensão é necessária, e recorreremos a autores como Carlos (2001), Gomes (2002), Lamas (2004), Serpa (2004) e Noguera (2011).
- C) Segregação urbana: constitui-se como uma das mais relevantes características na produção e organização do espaço urbano. Nos baseamos em: Corrêa (1999, 2013), Negri (2008), Caldeira (2008) e Sposito (2013).
- D) Sociabilidade urbana: a fim de se estudar a problemática urbana no nível das relações sociais, busca-se uma articulação de contribuições teóricas para o entendimento das formas de sociabilidade no espaço urbano, que implicam em uma nova forma de relacionamento entre os indivíduos. Para tanto, o estudo se baseia nas reflexões de Wirth (1976), Simmel (1976, 2006), D'Incao (1992) e Bauman (1998).
- E) Lugar: apresenta-se como um fenômeno concernente à dinâmica do espaço geográfico. Com a ideia de significação, de afeto e de percepção, se torna fundamental compreender seu estudo, que será baseado principalmente em Tuan (1983).
- F) Rua e bairro: são espaços urbanos fundamentais para o uso público e onde as práticas sociais e políticas se constroem. Autores como Rossi (1995), Lamas (2004) e Lynch (2011) darão suporte à discussão e conceituação.
- G) Medo e insegurança: são considerados neste trabalho como duas das principais forças influenciadoras da ordem e da desordem no espaço e, por isso, nos basearemos em Wolpert (1965), Delumeau (2001), Tuan (2005), Diniz (2003), Caldeira (2003) e Bauman (2009).

Apesar de ser uma discussão contemporânea, há tempos se discute questões no âmbito social. São processos que se iniciaram no passado, mas que se intensificaram com o passar dos anos, justificando a variação nas datas das publicações. A sua concentração neste trabalho permite maior visibilidade quanto ao tema, ampliando a compreensão e abrangência das análises.

As referências que aportam a pesquisa, dentre as quais se destacam artigos, dissertações, teses e livros, foram encontradas na Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa, na Biblioteca do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo dessa instituição, em ambiente digital e por meio de pesquisadores que estudam a temática.

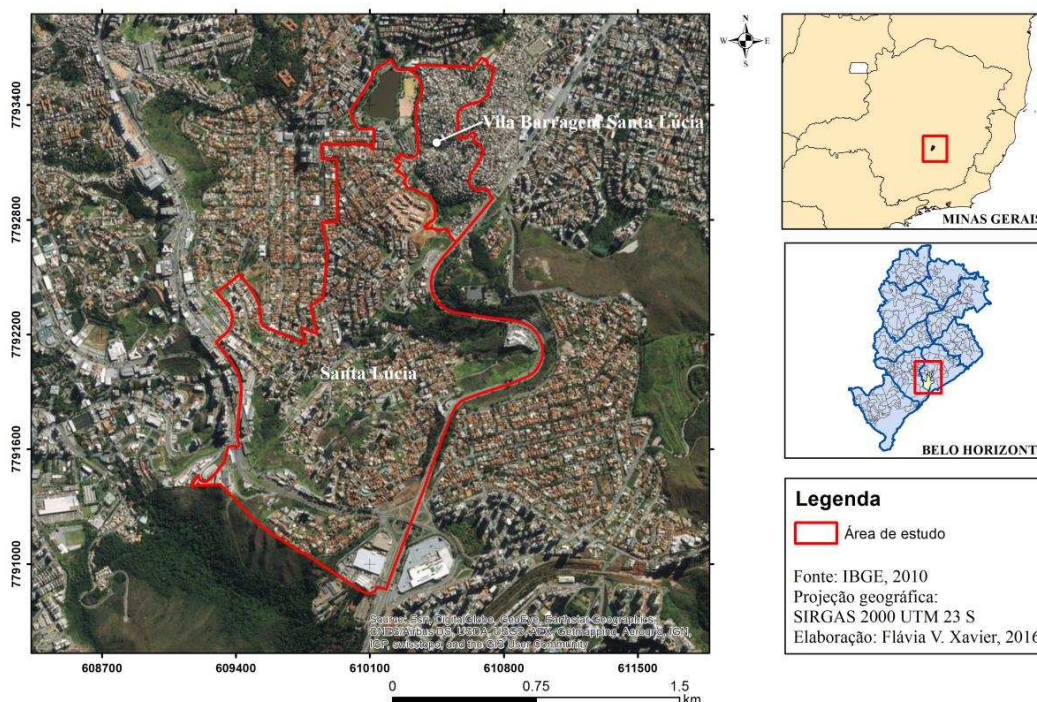
Em relação ao local do estudo, nossa área compreende o Bairro Santa Lúcia e a Vila Barragem Santa Lúcia (Figura 1), pertencente ao Morro do Papagaio⁶, e estão ambos situados na região Centro-Sul⁷ do município de BH.

A região Centro-Sul está localizada na bacia do Ribeirão Arrudas e decresce altimetricamente 1,151 m na Serra do Curral para 650 m em direção à área central da cidade. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 283.776 habitantes vivem numa área de 32,6224 km². A área se consolidou como referência comercial, financeira e política de BH e se consagrou economicamente como a mais rica da cidade, mesmo possuindo significativos aglomerados que revelam extrema desigualdade social, como é o caso da área em que decorre nossa pesquisa.

⁶ O Morro do Papagaio, ou Aglomerado Santa Lúcia, abriga 15.672 pessoas (IBGE, 2010) e é composto pela Vila Estrela, Vila Santa Rita de Cássia, além da Vila Barragem Santa Lúcia. Seu histórico de formação e suas características serão melhor descritos mais adiante.

⁷ A região Centro-Sul é uma das nove Regiões Administrativas de Belo Horizonte. Barreiro e Centro-Sul foram as primeiras a serem criadas, em 1973. Já as regionais Leste, Norte, Nordeste, Noroeste, Oeste, Pampulha e Nova Lima foram instituídas no ano de 1985, pela Lei Municipal 4.158. Essa divisão serviu para atender à necessidade por descentralização e coordenação de programas e atividades adequados às particularidades de cada uma delas. De acordo com a Prefeitura de Belo Horizonte, as principais funções das regionais são: implementação de planos e programas relativos à saúde, educação, ao abastecimento alimentar, à cultura, aos esportes, entre outras; gerenciamento do patrimônio municipal; coordenação da execução de licenciamento e fiscalização urbana; e suporte aos conselhos municipais. Fonte: <<http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/estrutura-territorial/regioes-administrativas>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

Figura 1 – Localização da área de estudo.



Fonte: IBGE (2010). Organização: Flávia Xavier (2016).

Em relação ao número de pessoas entrevistadas, podemos dizer que a pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade. Isso varia em razão do objeto e do universo da investigação:

“A definição de critérios segundo os quais serão selecionados os sujeitos que vão compor o universo de investigação é algo primordial, pois interfere diretamente na qualidade das informações a partir das quais será possível construir a análise e chegar à compreensão mais ampla do problema delineado” (DUARTE, 2002, p. 141).

Como dito por Minayo (2001, p. 43), a quantidade suficiente é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões. Logo, é importante saber quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado, de modo a permitir uma análise relevante das relações estabelecidas naquele meio. Foram, portanto, escolhidas aleatoriamente 50 pessoas para serem entrevistadas com os seguintes pré-requisitos: ter idade igual ou superior a 18 anos, em concordância com a proposta emitida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFV, e ser morador da área em estudo. Também para atender à Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde, utilizamos pseudônimos para todos os entrevistados visando garantir a manutenção do sigilo de privacidade deles. Entre os 50 entrevistados, 25 eram moradores do Bairro Santa Lúcia e 25 eram da Vila Barragem Santa Lúcia. Essas

mesmas pessoas foram convidadas, posteriormente, a elaborar um mapa mental que será descrito adiante.

As informações da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL), IBGE, e das Polícias Civil e Militar por meio do Registro de Evento de Defesa Social (REDS) também deram-nos subsídios para elaboração desta dissertação, auxiliando-nos na organização, produção e processamento dos dados. Também foram utilizadas informações e dados de outros trabalhos científicos relacionados ao tema, além daqueles próprios obtidos em trabalhos de campo.

Os mapas foram elaborados em ambiente de Sistema de Informação Geográfica (SIG) por meio de processamento no software ArcGis, versão 10.2. Para sua confecção, foram utilizados os *shapefiles* contendo os limites territoriais de BH sobre os quais foram espacializadas as informações contidas nas bases de informações do Censo Demográfico 2010 do IBGE sobre o total do rendimento nominal mensal dos domicílios particulares permanentes. Foi feita a média a partir da divisão do rendimento mensal dos domicílios de cada setor censitário pelo número de domicílios nele existente, e demarcadas as faixas de valores de forma aleatória e manual sendo: 0 a 1.500; 1.501 a 3.500; 3.501 a 10.000; 10.001 a 20.000, sendo este último valor a renda média mensal máxima encontrada na área de estudo. Para os mapas que representam os aglomerados subnormais e a população de BH, foram também utilizados dados da PBH: limites regionais, aglomerados e distribuição populacional, todos na projeção geográfica SIRGAS 2000.

Solicitamos ao Centro Integrado de Informações de Defesa Social – CINDS, as ocorrências criminais registradas no Bairro Santa Lúcia e na Vila Barragem Santa Lúcia nos anos de 2010 a 2015. A escolha em trabalhar com os dados do CINDS se deve ao fato desse centro ter armazenado em seus arquivos os boletins de ocorrências efetuados pelas Polícias Civil e Militar, por meio dos REDS.

A escolha dos anos, por sua vez, se justifica por serem os dados mais recentes fornecidos pelo órgão, e por considerarmos um período satisfatório para analisar a mudança temporal da ocorrência de crimes na região, e observar tendências. Entre os tipos de crime existentes, este trabalho contempla: 1) furto tentado; 2) furto consumado; 3) homicídio tentado; 4) homicídio consumado; 5) roubo tentado; 6) roubo consumado; 7) lesão corporal tentado; 8) lesão corporal consumado.

Para atribuir valor às ruas e elaborar o mapa de crimes, foi necessário unir a planilha com os 4.337 registros criminais somados temporalmente com a informação

geoespacial dos logradouros obtida pelo IBGE⁸. Alguns detalhes são importantes mencionar: a) por falta de registro de alguns logradouros (ruas e becos) da Vila Barragem Santa Lúcia, 131 crimes não tiveram sua localização encontrada e, portanto, não foram contabilizados, totalizando 4.206; b) aos crimes, não foram atribuídas localizações precisas em função da sigilosidade dos dados; c) o somatório dos crimes no período não permite identificar a ocorrência de sazonalidades dos eventos, logo, adotou-se uma observação temporal para auxiliar na discussão.

A classificação das ocorrências criminais foi feita de forma manual, considerando os valores da seguinte forma: 1 – 10 baixo; 11 – 50 médio; 51 – 150 alto; e 151 – 660 muito alto. A definição da abrangência das faixas é justificada por elas próprias, entretanto, o alcance da última faixa se justifica pela crença de que 151 ou mais crimes ocorridos em uma única rua, em somente cinco anos (2010 a 2015), seja um número muito elevado.

Para ilustrar essas ocorrências no município relacionando-as à sua divulgação nos meios de comunicação, buscamos reportagens recentes veiculadas em meio digital utilizando palavras-chave como crime, roubo, insegurança e medo, e selecionamos aquelas referentes à nossa área de estudo.

Em se tratando da pesquisa de campo, Godoy (1995) afirma que ela está diretamente relacionada à pesquisa qualitativa e se trata daquela conduzida no ambiente natural dos sujeitos, ou seja, em ambientes que não podem ser controlados pelo investigador, como aquelas desenvolvidas em situações laboratoriais.

A pesquisa de campo conduzida neste trabalho adotou as entrevistas, os mapas mentais e a observação não participante como técnicas principais que possibilitaram, baseando nos apontamentos de Duarte (2002, p. 144), identificar padrões simbólicos e práticas que permitissem analisar a realidade e as visões de mundo dos sujeitos envolvidos na pesquisa, e tomar o número de 50 pessoas entrevistadas como suficiente para se chegar a resultados relevantes. Com as informações obtidas foi possível: identificar esses padrões simbólicos e práticas no ambiente estudado; identificar valores e concepções sobre o ambiente estudado; apontar generalizações mencionadas pelos usuários desse mesmo ambiente.

As idas a campo foram realizadas em diferentes períodos. Num primeiro momento, o Bairro Santa Lúcia e a Vila Barragem foram percorridos, de carro, somente para reconhecimento de ambas as áreas. Num segundo momento, iniciaram-se as entrevistas, concomitantemente aos mapas mentais.

⁸ Dados dos logradouros podem ser encontrados em: ftp://geofp.ibge.gov.br/recortes_para_fins_estatisticos/malha_de_setores_censitarios/censo_2010/base_de_faces_de_logradouros/MG/ Acesso em 11 nov. 2016.

As entrevistas ocorreram, propositalmente, em dois dias aleatórios da semana (de segunda a sexta-feira), e dois dias no fim de semana (sábado e domingo), sempre no turno da manhã e fim da tarde, durante duas semanas, o que totalizou oito dias, e 47 entrevistas. Essa alternância foi estabelecida por observar que o fluxo de pessoas se difere nesses dias e horários.

Nos dias em que não eram feitas entrevistas, foram realizadas caminhadas a pé pelo Bairro Santa Lúcia e pelo Morro do Papagaio, por meio do contato e da companhia do presidente da associação de moradores local, somente para observação.

A princípio, pensou-se que oito dias seriam suficientes para realizar as 50 entrevistas, com uma média de seis por dia. No entanto, devido à recusa de alguns moradores do Bairro Santa Lúcia, foi necessária uma terceira ida a campo para realizar as três entrevistas faltosas. Durante todo o processo, foram feitos registros fotográficos e anotações a partir do que era observado.

Em função da escassez de estudos relacionados à sociabilidade urbana e, mais especificamente, que abordem sua operacionalização ou um método que possibilite quantificar sua materialização no ambiente urbano, dada sua subjetividade, o mapeamento e a identificação do fenômeno na área de estudo foram feitos neste trabalho por meio das ferramentas que serão descritas a seguir: entrevistas, mapas mentais, observação não participante e registros fotográficos. Dessa forma, pudemos identificar aspectos que respondessem não só a ocorrência da sociabilidade, mas das suas diferentes manifestações, tais como a necessidade de comunicação, solidariedade, trocas afetivas, identificação com o lugar, dentre outros.

Entrevistas

Dentre os métodos de investigação em pesquisas qualitativas, a entrevista permite o acesso a informações que são de difícil obtenção, colocando o entrevistador na perspectiva do entrevistado. Optou-se, portanto, pela entrevista semiestruturada por sua caracterização: ela parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que oferecem amplo campo de interrogativas à medida que se recebem as respostas do entrevistado (NOGUEIRA-MARTINS e BÓGUS, 2004, p. 50). Para Triviños (2012), a entrevista semiestruturada favorece, ainda, a descrição dos fenômenos sociais, sua explicação e o entendimento de sua totalidade. Isso ocorre em função desse método possibilitar a compreensão de uma realidade pertencente ao entrevistado, cabendo a ele próprio detalhar e descrever os fatos e, ao entrevistador, interpretar e transmitir o que foi compreendido do todo.

Além de conhecer o perfil do entrevistado, foram feitas perguntas relacionadas ao trabalho, às atividades de lazer, à percepção do lugar de moradia, ao relacionamento com a vizinhança da própria rua, e entre os moradores do Santa Lúcia em relação aos moradores da Vila, e vice-versa. Para a formulação do roteiro da entrevista (Apêndice 1), nos baseamos em Portugal (2009), cuja temática se assemelha a nossa, mas com enfoque nos questionamentos que se quer esclarecer. Foram 21 perguntas, com abertura para mais quantas fossem necessárias, a depender do interesse e da disponibilidade de ambas as partes.

Das 50 entrevistas gravadas foram retiradas e transcritas as partes de maior relevância para esta pesquisa. Quando possível, as questões foram representadas em forma de gráficos e tabelas de forma a facilitar a compreensão do leitor. Vale ressaltar que a pesquisa teve sua execução aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFV (Anexo I) sob o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 58964316.5.0000.5153, e que todas as entrevistas foram autorizadas pelos entrevistados por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice II) submetido a esse comitê.

Apesar de todas as vantagens na utilização da entrevista como técnica, há algumas limitações. Gil (2008, p. 110) nos aponta: a falta de motivação do entrevistado para responder as perguntas; a inadequada compreensão do significado das perguntas; o fornecimento de respostas falsas, determinadas por razões conscientes ou inconscientes; a inabilidade ou mesmo incapacidade do entrevistado para responder adequadamente; a influência exercida pelo aspecto pessoal do entrevistador sobre o entrevistado; a influência das opiniões pessoais do entrevistador sobre as respostas do entrevistado; os custos com o treinamento de pessoal e a aplicação das entrevistas.

Ressaltamos que algumas dessas dificuldades apresentadas por Gil (2008) dependem do entrevistador para serem contornadas. Portanto, buscamos atentar ao máximo a essas limitações de modo a aumentar a veracidade das informações. Também, como parte do planejamento das entrevistas, foi aplicado um teste inicial para adequar a linguagem, a forma de abordar, o teor, a quantidade e a sequência das questões, o que nos levou à remoção de duas questões em razão da dificuldade de compreensão por parte do entrevistado.

Mapas mentais

Os mapas mentais são esboços cartográficos com menos rigor de precisão das convenções cartográficas se comparado a outros produtos, mas que têm um imenso valor por representar a leitura particular do espaço feita pelo indivíduo, e aproximar os

conhecimentos científicos, as práticas socioespaciais e a leitura do cotidiano. Conforme Richter (2011, p. 12), eles materializam as interpretações, os olhares, as reflexões, os avanços, as relações, os limites, os equívocos e as omissões estabelecidas a respeito do espaço.

Como já foi dito, as mesmas pessoas entrevistadas foram convidadas a elaborar um mapa mental. Em razão de alguma impossibilidade, dificuldade ou até mesmo desinteresse, somente 38 entrevistados o fizeram (76%), sendo 21 da Vila (55%) e 17 do Bairro (45%), dos quais foram selecionados para análise aqueles que mais corresponderam às expectativas quanto ao seu resultado. A essas pessoas foi entregue uma caneta esferográfica preta e uma folha A4 em branco, em que deveriam registrar suas percepções sobre o local em que viviam, desenhando o que lhes viesse à memória ao pensar na rua e no bairro em que moravam. O tempo de duração foi relativo, a depender de cada colaborador.

A análise das representações mentais se apoiou na metodologia de Kozel (2007, 2009) em que se consideram os seguintes aspectos:

- 1) Interpretação quanto à forma de representação dos elementos na imagem, como ícones diversos, letras, linhas, figuras geométricas etc.
- 2) Interpretação quanto à distribuição dos elementos na imagem: sentido, isolamento, dispersão etc.
- 3) Interpretação quanto à especificidade dos ícones: representação dos elementos das paisagem natural e construída, e dos elementos móveis e humanos.
- 4) Apresentação de outros aspectos ou particularidades.

As obras de Gould e White (1992), Kevin Lynch (2011) e Yi-Fu Tuan (1983) também foram utilizadas por auxiliarem na compreensão das relações da vida cotidiana e de aspectos subjetivos, da influência dos limites afetivos na formação da identidade pessoal e da imagem mental que ela tem do lugar.

Observação não participante

A observação constitui elemento fundamental para a pesquisa. Como dito por Gil (2008, p. 100), sua principal vantagem em relação a outras técnicas é a percepção direta dos fatos, sem qualquer outra intermediação, reduzindo toda a subjetividade que permeia o processo de investigação social. Entretanto, a presença do observante é um inconveniente que pode influenciar no comportamento dos observados, e, portanto, deve ser levada em conta durante seu processo.

Com o objetivo de observar *in loco* as relações e interações que se configuram nos espaços urbanos da área em estudo, optou-se, no que tange o grau de participação do observador, pela observação não participante. O método é

especialmente adequado para a análise não verbal e daquilo que ele revela: as condutas, os comportamentos, a relação com o corpo, os modos de vida, os traços culturais, a organização espacial dos grupos etc. (QUIVY e CAMPENHOUDT, 1998, p. 23). Ao inserir-se no contexto estudado, buscou-se extrair todo detalhe que revelasse a subjetividade sobre aquele espaço e sua dinâmica de forma passiva, sendo apenas um elemento a mais no ambiente de estudo.

Ainda que neste tipo de observação seja comum cumprir o papel de apenas espectador, nossa movimentação na área se deu de forma consciente e dirigida, no objetivo de compreender as ações e intenções dos indivíduos. Para tanto, orientamos nossa observação para aspectos que trariam contribuições relevantes para a pesquisa: comportamento dos moradores; uso ou não dos ambientes públicos do bairro; formas de relacionamento das pessoas intra-bairro e entre-bairros; práticas de lazer; infraestrutura; características das construções, dentre outros.

O trabalho foi estruturado em três capítulos que, juntos, abarcam a discussão teórica, a apresentação dos dados e a análise dos resultados da pesquisa. No Capítulo 1 são apresentados os principais elementos teóricos e conceituais sobre o espaço urbano. Para se discutir a sua produção, fizemos uma breve contextualização da construção do espaço urbano brasileiro que levou à consolidação das cidades fragmentadas e repleta de desigualdades. Focamos no processo de favelização em BH por ele anteceder ao próprio planejamento da cidade, e implicar na configuração de um espaço segregado.

No Capítulo 2, a discussão está centrada na sociabilidade urbana. Além da discussão de seu conceito e sua significação, aborda-se a sua segmentação configurada em BH, provinda de uma sociedade igualmente segmentada. A rua é o espaço público de enfoque nesta pesquisa por ser uma das escalas em que ocorre interação social, e por onde a sociabilidade se expressa. Faz-se um levantamento do surgimento da Vila Barragem Santa Lúcia e do Bairro Santa Lúcia, buscando compreender como a sociabilidade urbana se manifesta nessas duas áreas.

No Capítulo 3, que antecede as considerações finais, procura-se entender até que ponto a criminalidade e os sentimentos de medo e insegurança refletem na (des)organização do espaço urbano e influenciam na conduta dos indivíduos e na configuração das sociabilidades.

Ao estudar a temática, espera-se contribuir, ainda que minimamente, para desmistificar e encarar a complexidade das relações sociais na modernidade que, por meio das diferentes formas de uso do espaço urbano evidenciam a disparidade entre os estilos de vida dos segmentos sociais da Vila Barragem Santa Lúcia e do Bairro Santa Lúcia.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM BELO HORIZONTE

1.1 Breve contextualização da produção do espaço urbano brasileiro

As cidades são representadas como grandes mosaicos disformes, constituídos, principalmente, pelas áreas centrais e periféricas, e nos revelam seus diferentes usos, alternados entre vazios urbanos, zonas industriais e residenciais, que se distinguem em termos de forma e conteúdo e que levam a uma apropriação diferenciada dos espaços urbanos pelos segmentos sociais. Diante da complexidade que se apresenta, muitos estudiosos ao longo da história se preocuparam em ressaltar a importância de contemplar a dimensão social atrelada à produção e reprodução do espaço para se compreender a organização espacial contemporânea. Dada essa necessidade, é imprescindível que consideremos essa dimensão neste trabalho para que possamos compreender a produção social do espaço urbano brasileiro e, especificamente, de Belo Horizonte.

Gottdiener (2010), em seu debate sobre a produção social do espaço urbano, busca justamente contribuir para o entendimento da organização da vida nas cidades e superar paradigmas e teorias urbanas que seriam insuficientes para explicar o espaço na contemporaneidade, por também acreditar que, por anos, os estudos se restringiram ao entendimento da forma e desconsideraram as implicações da organização social no espaço urbano. Ele critica:

[...] qualquer livro de sociologia urbana, por exemplo, revelará que a 'cidade' constitui a forma de assentamento urbano, que a 'urbanização' envolve a concentração de pessoas dentro de áreas limitadas e que existem 'diferenças' entre o 'modo urbano de vida' e sua contrapartida 'suburbana' e 'rural' (GOTTDIENER, 2010, p. 15).

Parte do debate de Gottdiener (2010), para compreender a complexidade dos processos socioespaciais, se fundamenta nas diferentes concepções de espaço de Manuel Castells e Henri Lefebvre. Ambos têm o mesmo enfoque na teoria do espaço: é “um produto material de uma dada formação social” (Gottdiener, 2010, p. 120). Entretanto, Castells (1983, p. 124) afirma que “não existe uma teoria específica do espaço, mas simplesmente um desdobramento e especificação da teoria da estrutura social, a fim de explicar as características de forma social particular, o espaço, e de sua articulação com outras forças e processos, historicamente dados”. Para Gottdiener (2010, p. 124), ele teve a “infeliz insistência”, de forma “monótona”, em conservar o conceito de urbano em suas análises e em definir a cidade como uma unidade

espacial de reprodução da força de trabalho, criando mais uma teoria dos problemas urbanos do que propriamente uma teoria do espaço.

Nesse momento, Gottdiener (2010) mostra inclinação às ideias de Lefebvre por esse ter resgatado o princípio fundamental da teoria de Marx – contudo sem os dogmatismos característicos de outras interpretações marxistas – que enfatizava o homem como sujeito da sua história, e apresenta a sua aceção sobre a produção do espaço.

A partir dessa nova perspectiva, o espaço passa a ser abordado como o lócus da reprodução das relações sociais. A concepção de produção do espaço deriva, agora, das forças econômica, política e social. Para Lefebvre (2013), é preciso mostrar que:

esse espaço social não consiste numa coleção de coisas, numa soma de informações (sensíveis), e tampouco num vazio preenchido (algo como um recipiente), de matérias diversas, que ele não se reduz a uma forma imposta aos fenômenos, às coisas, à materialidade física (LEFEBVRE, 2013, p. 87, tradução nossa).

Logo, Gottdiener (2010) propõe uma nova releitura desse autor, fruto de sua reflexão acerca da construção do conceito de espaço urbano relacionado à dimensão social.

[...] o espaço não pode ser reduzido apenas a uma localização ou às relações sociais da posse da propriedade — ele representa uma multiplicidade de preocupações sociomateriais. O espaço é uma localização física, uma peça de bem imóvel, e ao mesmo tempo uma liberdade existencial e uma expressão mental. O espaço é ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade de engajar-se na ação. [...] Ele não só representa o local onde ocorrem os eventos (a função de receptáculo), mas também significa a permissão social de engajar-se nesses eventos (a função da ordem social). (GOTTDIENER, 2010, p.127).

Dentre as diversas contribuições de Gottdiener, destacamos, para esta pesquisa, a preocupação com o processo dialético que associa espaço e relações sociais, e o protagonismo da vida cotidiana na sociedade moderna, dimensão quase sempre negligenciada nos estudos urbanos.

Entretanto, superado esse paradigma, defrontamos com uma nova questão: a complexidade das relações sociais no meio urbano em função da diversidade dos agentes⁹ produtores e seus respectivos interesses ao produzir o espaço urbano. A compreensão da heterogeneidade desses espaços e das constantes transformações que neles ocorrem demandam, assim, um novo olhar.

⁹ Os agentes sociais que produzem e consomem o espaço urbano são: os proprietários dos meios de produção, sobretudo grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; os grupos sociais excluídos (CORRÊA, 1989, p. 12).

Num embate de consensos e conflitos, Corrêa (1989, p. 11) considera que as ações desses agentes levam a um constante processo de reorganização espacial e considera espaço urbano como o conjunto de diferentes usos da terra, justapostos entre si, que deriva da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dele emergem. Essa justaposição se estabelece espacialmente, de forma fragmentada e articulada, simultaneamente, pois cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade variável.

Estas relações espaciais são de natureza social, tendo como matriz a própria sociedade de classes e seus processos. As relações espaciais integram, ainda que diferentemente, as diversas partes da cidade, unindo-as em um conjunto articulado cujo núcleo de articulação tem sido, tradicionalmente, o centro da cidade (CORRÊA, 1989, p. 8).

Quando o autor afirma que os processos sociais se expressam na dimensão espacial, ele introduz mais uma apreensão do espaço urbano: ele é também reflexo da sociedade. Assim, o espaço é composto por áreas fortemente segregadas que implicam numa complexa estrutura social dividida em classes. Ressalta, ainda, que é um “reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente” (CORRÊA, 1989, p. 8).

A esse respeito, Sposito (2004, p. 35) aponta a necessidade de analisar as relações entre diferentes ritmos temporais, considerando as diferentes escalas e reconhecendo as discontinuidades espaciais, especialmente no que tange à compreensão da urbanização. Essa, por sua vez, vista como um processo de longa duração, se revela a partir de diferentes modos de produção, sob diversas formas, refletindo as ações passadas e presentes das quais referia Corrêa (1989).

Corrêa (1989) observa, então, como tais características e discontinuidades implicam num espaço desigual, atributo próprio da cidade capitalista, e mutável, com ritmos e natureza diferenciados. Por esses motivos, o espaço da cidade é também um condicionante da sociedade, uma vez que as obras fixadas pelo homem e as formas espaciais desempenham um papel decisivo na (re)produção das relações. Note que esse é um ponto chave neste trabalho, por ser a cidade lugar onde os segmentos sociais vivem cotidianamente e se reproduzem assumindo uma condição simbólica que, de acordo com Corrêa (1989), varia conforme os diferentes grupos sociais: “o espaço da cidade é assim, e também, o cenário e o objeto das lutas sociais, pois estas visam, afinal de contas, o direito à cidade, à cidadania plena e igual para todos” (CORRÊA, 1989, p. 9).

As lutas sociais, por sua vez, se dão em função da hierarquização da sociedade, cuja reflexão de Bourdieu (2008) nos leva a entender que não há espaço que não seja hierarquizado e que não exprima as distâncias sociais numa sociedade igualmente hierarquizada. É a partir dessa distinção que ele nos revela as lutas pela apropriação do espaço, a partir do capital:

A capacidade de dominar o espaço [...] depende do capital que se possui. O capital permite manter à distância as pessoas e as coisas indesejáveis ao mesmo tempo que aproximar-se de pessoas e coisas desejáveis (por causa, entre outras coisas, de sua riqueza em capital), minimizando, assim, o gasto necessário (principalmente em tempo) para apropriar-se deles [...]. Inversamente, os que não possuem capital são mantidos à distância, seja física, seja simbolicamente, dos bens socialmente mais raros e condenados a estar ao lado das pessoas ou dos bens mais indesejáveis e menos raros. A falta de capital intensifica a experiência da finitude: ela prende a um lugar. (BOURDIEU, 2008, p. 163)

Observamos que a proximidade física nem sempre propicia a proximidade social – e vice-versa – entre os grupos, e a força do capital é decisiva na apropriação do espaço e de bens. Como dito pelo autor, em se tratando da luta pela apropriação do espaço, “o sucesso nas disputas depende do capital acumulado (sob suas diferentes espécies)” (BOURDIEU, 2008, p. 165).

Para Silva (2003, p. 30), a ideia é de que, para apropriar-se de um espaço, ter capital financeiro não é suficiente, é preciso ter acumulado capital social e cultural também. Para habitar fisicamente um espaço é necessário ter certo hábito, condizente com aquele *habitat*. Não basta ter proximidade física para promover a proximidade social. Como enfatiza Bourdieu (2008), nada é mais intolerável do que a proximidade física de pessoas socialmente distantes.

Vemos, então, que além da representação do capital econômico, há outras duas formas: capital simbólico e capital cultural. É nesse momento, por meio dos diversos graus de prestígio, conhecimento, competências e acesso a esses capitais pela população, que a sociedade se divide e se manifesta de forma segregada.

Essa é uma forma de organização que serve para diferenciar tanto os que possuem capital quanto aqueles que não o possuem, e é com base nessa lógica que os espaços físico e social das cidades brasileiras têm se estruturado.

No Brasil, a urbanização pode ser considerada, em grande medida, reflexo do crescimento do setor terciário e do processo de expansão industrial que se instaurou no país, seguido da implantação do sistema capitalista. Entretanto, ao refletir sobre a organização do território brasileiro é preciso compreender o cenário de exclusão social que se formou antes mesmo desse período. Para Maricato (1995, p. 16), é necessário levar em conta as circunstâncias que propiciaram a passagem do Brasil Colônia para país independente, considerando que houve o fim da escravidão, a substituição dos

escravos pela força de trabalho do imigrante europeu e a demanda por trabalhador livre.

A partir de 1850, o Estado passou a regular o acesso à terra. Em função da Lei de Terras, que estipulava que as terras devolutas poderiam ser adquiridas somente mediante compra e venda, escravos recém-libertos e trabalhadores sem recursos foram impossibilitados de adquirir propriedade (OLIVEIRA, 2012, p. 57). Assim, proibia-se a construção de cortiços ou “edificações acanhadas” nas áreas mais centrais das cidades:

O aparato legal urbano, fundiário e imobiliário, que se desenvolveu na segunda metade do século XIX, forneceu base para o início do mercado imobiliário fundado em relações capitalistas e também para a exclusão territorial. [...] As exigências da propriedade legal do terreno, plantas, responsável pela obra, tudo obedecendo às normas dos códigos, afastou a maior parte da massa pobre do mercado formal. (MARICATO, 1995, p. 18).

O início da República é acompanhado, então, por um urbanismo modernista segregador. Busca-se adaptar o país às novas necessidades econômicas ligadas à administração e exportação dos produtos agrícolas e combater as epidemias por meio do saneamento. “As cidades adquiriram uma importância que nunca tiveram antes, enquanto lugar da crescente produção industrial e enquanto mercadoria, elas próprias, através de um mercado imobiliário crescentemente importante.” (MARICATO, 1995, p. 18).

O período de industrialização no Brasil, que ganhou força a partir da Revolução de 1930¹⁰, combinou o novo modelo de crescimento industrial com aquele arcaico, anterior à nova fase, e resultou numa profunda concentração fundiária. Assim, o Brasil do século XX, que por um momento foi visto como possibilidade de avanço econômico e modernidade – uma contraposição em relação ao campo e ao meio rural – tornou-se uma representação arcaica e atrasada do país.

Além desse, diversos outros acontecimentos influenciaram na formação e reconfiguração dos espaços urbanos brasileiros, como a não absorção da comunidade excluída no sistema produtivo ou sua inserção precária, a utilização do aparato de Estado para reproduzir as desigualdades sociais, além do aumento exponencial da população nas cidades em função do gigantesco processo de migração, especialmente a partir de 1950, que acarretaram em demanda por moradia, transporte e serviços urbanos. Rapidamente, a imagem das cidades passou a ser associada à violência urbana, poluição, economia informal, segregação e desigualdade social.

¹⁰ A Revolução de 1930 foi um importante movimento na história do Brasil do século XX, que pôs fim à Primeira República e à hegemonia da burguesia do café à época.

Entretanto, o poder público, em consonância com os interesses dos setores privado e imobiliário, se eximiu da responsabilidade de garantir condições mínimas de acesso à moradia e a serviços de infraestrutura básica, implementando políticas públicas que não atendiam às necessidades da população. O processo de urbanização ficou marcado pela marginalização da população, e o modelo de urbanismo que se consolidou ao longo do século XX foi o da modernização excludente, em que predominou a diferenciação acentuada da ocupação do solo e da distribuição dos equipamentos urbanos (MARICATO, 1997).

Em síntese, o cenário industrial que se instaurava traria progresso e avanço econômico para o país, contudo, mostrou outro caminho. Ao mesmo passo que a indústria se modernizava e a economia crescia, a urbanização excludente se tornava evidente, resultando numa intensa concentração espacial da pobreza, com sua expressão mais concreta na desigualdade sob a forma de cidade dual¹¹ e fragmentada. Assim se formou a maioria dos municípios brasileiros, inclusive Belo Horizonte, cujo planejamento da cidade não impediu que ela expressasse disparidade física e socioeconômica, como será demonstrado a seguir.

1.2 Da capital planejada à estruturação desigual do espaço urbano

Diferentemente da maioria das cidades brasileiras, Belo Horizonte poderia ter se configurado de forma distinta do cenário que na atualidade se apresenta por ter sido uma cidade planejada. Durante sua idealização, o caráter segregacionista e elitista do projeto piloto da nova capital considerou indesejável a presença da população pobre em sua área central, e os seus limites não foram capazes de absorver e acompanhar o rápido crescimento. Na necessidade de se afirmar diante da era progressista e moderna, o plano era construir uma cidade fundamentada em conceitos higienistas, estéticos, urbanísticos e ambientais¹².

Assim, para destacar-se no novo cenário republicano, Minas Gerais precisava mostrar-se politicamente forte e unido. Desejava-se alavancar o progresso do estado

¹¹ O conceito de cidade dual foi desenvolvido por Castells (1995) e se refere à manifestação da estrutura urbana contemporânea: social e economicamente polarizada, que tem no espaço a combinação de segregação, diversidade e hierarquia.

¹² Esses conceitos eram considerados relevantes desde os tempos antigos, quando Hipócrates, pai da medicina, avaliava o estado de saúde da população pelas condições do meio externo. No século XVIII, os higienistas franceses se preocupavam com a circulação do ar, a topografia, a natureza do solo e o clima. No entanto, quando concluíram que a epidemia da cólera não ocorria por contágio, consideraram que ela estaria associada “às condições de vida insuficientes”, caracterizadas pela “superpopulação, pela vizinhança dos excrementos e pela miséria”. Foram, então, elaboradas normas que justificassem as intervenções nos “espaços privados, principalmente a casa do pobre, desinfetando-a, disciplinando-a e moralizando-a, expulsando os agregados e estranhos à família.” (COSTA, 1997). Da época ao momento atual, muitas cidades adotaram uma política higienista.

tornando-o moderno e industrializado, já que os mudancistas não consideravam que Ouro Preto, a então capital, pudesse oferecer as condições necessárias para o desenvolvimento econômico esperado. A construção de uma nova capital no centro geográfico do estado seria a solução para os problemas socioeconômicos, para as questões relativas à saúde, por meio da higienização e para o panorama de crescimento que se instaurava.¹³

Em 1891, o então presidente do Estado, Augusto de Lima, formulou um decreto determinando a transferência da capital para um lugar que possibilitasse melhor visibilidade em escalas nacional e internacional. A princípio, uma comissão de senadores estudou a possibilidade das localidades hoje conhecidas: Belo Horizonte, Barbacena, Juiz de Fora, Paraúna e Várzea do Marçal (FERREIRA, 1997). Ao Congresso Mineiro cabia a decisão final, que votou a favor da construção de Belo Horizonte como nova sede do governo, sob a denominação de Cidade de Minas.

A nova capital deveria ser erguida em, no máximo, quatro anos, no lugar do antigo arraial Curral del Rei (Figura 2), que foi totalmente demolido para dar espaço à construção da nova cidade (Figura 3).

Figura 2 – Curral del Rei em 1894.



Fonte: Acervo da CCNC¹⁴.

¹³ Prefeitura de Belo Horizonte (1997). Disponível em: http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=historia&lang=pt_BR&pg=5780&tax=11794>. Acesso em 20 set. 15.

¹⁴ Comissão Construtora da Nova Capital de Minas. <http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br/> Acesso em: 20 set. 15.

engenheiro paraense Aarão Reis, e um médico¹⁵ (ARREGUY e RIBEIRO, 2008). A população carente instalada no local era vista como temporária e, por isso, não era uma preocupação para o poder público. Pelo contrário, a ocupação foi estimulada principalmente nas áreas próximas aos canteiros de obras.

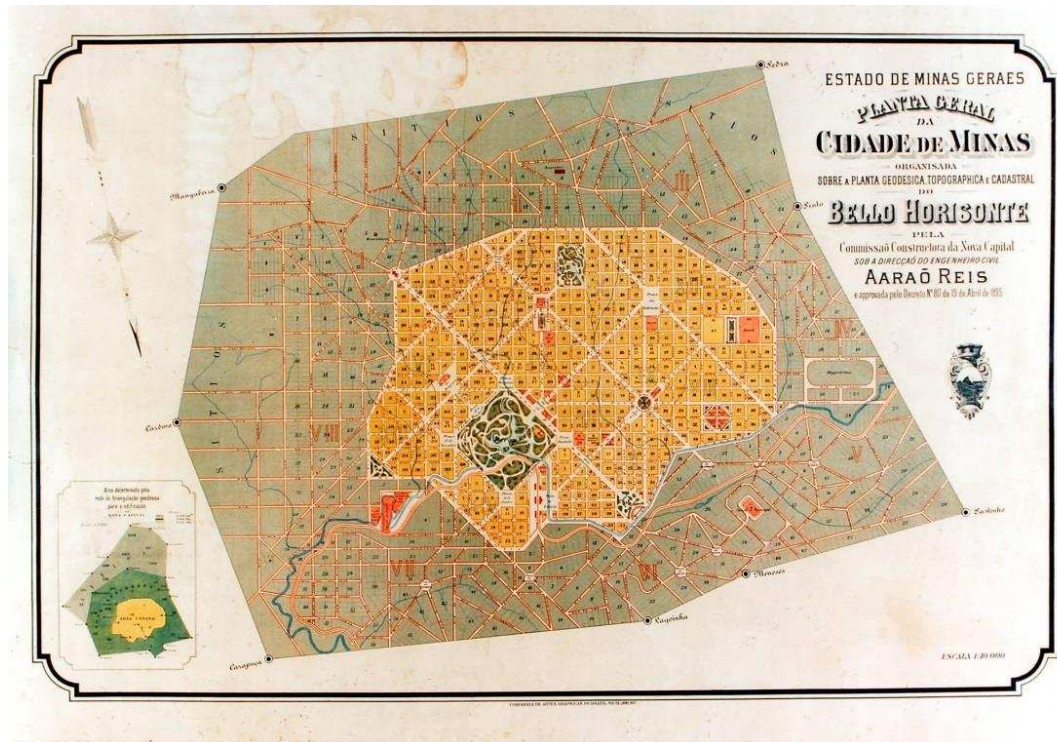
Entretanto, na medida em que o projeto da nova capital (Figura 4) tornava-se uma realidade, a prefeitura municipal começava a regulamentar a situação das ocupações, incomodada com a presença da população de baixa renda na parte “limpa” da cidade. Em 1902, promove a primeira remoção de favelas e designa uma área para além do limite urbano como local de moradia da população pobre, no melhor modelo haussmanniano¹⁶, aplicado em Paris, cujo conceito foi fundamentado em princípios estéticos e de circulação que orientaram Aarão Reis a planejar uma cidade ordenada e que funcionasse como um organismo saudável.

Acreditava-se que os problemas sociais seriam evitados com a retirada dos operários assim que a construção da cidade estivesse concluída. Essa massa de trabalhadores que não eram considerados cidadãos legítimos de Belo Horizonte já revelava, por conseguinte, o grau de injustiça social existente nos seus primeiros anos de vida (BELO HORIZONTE, 2016), fato que refletiu numa urbanização com implicações sociais negativas, transformando o modo de viver coletivo na cidade. Logo, não se pode afirmar que a forma excludente da urbanização foi fruto da falta de planejamento, mas, sim, que Belo Horizonte foi projetada para excluir, por meio do atendimento diferenciado das reais demandas dos seus habitantes.

¹⁵ A preocupação com a insalubridade era tamanha que a comissão tinha em sua equipe um médico sanitário para auxiliar na criação de leis sanitárias, e na implementação e supervisão das condições de higiene dos assentamentos (FERREIRA, 1997, p. 106).

¹⁶ Em 1853, Georges-Eugène Haussman foi convidado a reconfigurar a estrutura urbana de Paris. Arrasou velhos cortiços usando o poder de expropriação do Estado em nome do progresso e da renovação cívica. Removeu grande parte da classe trabalhadora do centro da cidade por considerar uma ameaça à ordem pública, ao poder político e aos conceitos estético e higienista (HARVEY, 2013). No Brasil, além de Belo Horizonte, diversas cidades tiveram suas reformas inspiradas no método de Haussmann: Rio de Janeiro, São Paulo, Manaus, Belém, Curitiba, Santos e Porto Alegre (MARICATO, 1995).

Figura 4 – Planta geral da “Cidade de Minas” em 1895.



Fonte: Acervo da CCNC.

Nos casos de Belo Horizonte e da Paris de Haussman, notamos a intenção do grupo dominante de reconstruir o espaço urbano de acordo com seus interesses:

A lógica racional e simétrica de uma cidade planejada manifesta tudo de modo muito objetivo, quer mostrar sua real intenção de ordenar, dividir, separar, agregar, estabelecer lugares e disposições aos seus habitantes, tentando manipulá-los cotidianamente. O planejamento parece querer tirar de seus habitantes toda e qualquer possibilidade de escolha e de autodeterminação, e dá lugar a uma cidade dominadora e autoritária. (COSTA e ARGUELHES, 2008, p.116)

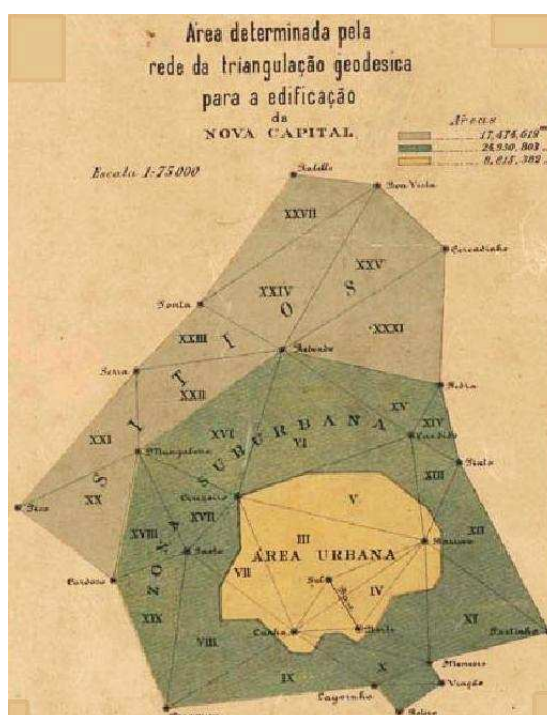
Foi nesse modelo que os republicanos brasileiros se espelharam para o planejamento urbano da nova capital mineira, buscando também abandonar o estilo da cidade desenvolvida a partir mineração, com ruas tortuosas e inclinadas que simbolizaram a monarquia, a desordem e a dominação religiosa (COSTA e ARGUELHES, 2008).

Desse modo, é importante que conheçamos o traçado da cidade e a ideologia por detrás da concepção inicial da capital, que se baseou em preceitos positivistas, racionalistas e tecnológicos para afirmar superioridade e controle sobre a população, que acarretou em desigualdade e segregação socioespaciais e influenciou diretamente na sociabilidade urbana de Belo Horizonte.

1.2.1. O traçado da cidade planejada e a cidade fora do plano

Os limites da cidade foram fixados previamente, de forma a classificar e hierarquizar seus territórios, deixando de ser uma dimensão fluida e indefinida para se transformar em áreas delimitadas facilmente identificáveis. A divisão deu-se em três partes: uma área central, denominada urbana e na qual o governo se dedicou a tornar o símbolo de prosperidade de Minas Gerais pelos seus “terrenos de relevos mais dócil, constituído da várzea e do grande terraço do ribeirão Arrudas” (FERREIRA, 1997, p. 104); em torno desta, uma outra denominada suburbana; e uma terceira área, rural (Figura 5).

Figura 5 – Áreas determinadas para edificação da nova capital.



Fonte: acervo da CCNC.

Na área central da planta geral, como pôde ser observado na Figura 4, destaca-se o traçado geométrico e regular com ruas retas e largas, e com as avenidas dispostas em sentido diagonal. Essa área foi planejada para receber toda a estrutura urbana de transportes, educação, comércio, saneamento e assistência médica, e onde estariam edificadas as principais instituições da capital. Seu limite seria a Avenida 17 de Dezembro, atual Avenida do Contorno.

A região suburbana deveria se desenvolver mais tarde, sobre um terreno bem mais acidentado, e onde o traçado se adaptaria à topografia, com quadras e lotes irregulares, ruas mais estreitas, e desprovidas de infraestrutura urbana. A área mais

externa, circundante à suburbana, seria destinada a sítios e pequenas lavouras agrícolas cuja produção serviria para abastecer a cidade.

As influências utilizadas no plano de Aarão Reis foram pretextos para negar os direitos fundiários das comunidades formadas pela classe operária e que viviam em cortiços e favelas (GUIMARÃES, 1992). Claramente, o caráter elitista do projeto não permitiria a instalação e permanência das comunidades operárias. Entretanto, a nova capital foi inaugurada às pressas, em 12 de dezembro de 1897, mesmo estando ainda inacabada. Muitos dos operários, aglomerados em meio às obras, não foram removidos, levando-os a estabelecer novas ocupações na cidade juntamente com os novos imigrantes que chegavam.

A grande aglomeração atrai toda espécie de gente, vinda na esperança de achar melhores condições de vida e que se amontoa nas favelas. Se se concebe que em Belo Horizonte as favelas crescem, em média, num ritmo de 4 moradias por dia, medir-se-á o caráter alarmante desta lepra urbana, preço de uma cidade que aumenta mais de 13.000 habitantes por ano (TEULIÈRES, 1957, p. 8).

Esse foi um registro publicado no Boletim Geográfico Mineiro, de 1957, que dizia ainda que, com a Guerra Mundial de 1914, a gripe espanhola abateu a população e se observou uma regressão das favelas, que logo foi retomada com uma nova crise na indústria de tecidos de Minas. O conseqüente aumento de desempregados e a dispensa de numerosos trabalhadores agrícolas tomaram dimensões trágicas. Mesmo com a construção em constante progresso na capital, ela não fornecia aos seus operários alojamento:

Quase nada se faz para ajudar esta pobre gente a se abrigar convenientemente. Construir pequenas moradias, alugadas por preço barato, não seria lucrativo. Aliás, isto depreciaria o terreno. Não agrada construir palacetes em vizinhança de casebres. Doutro lado, casinhas baratas ocupariam lotes que dariam muito mais, se se construíssem “vilas” de boa aparência. Foi nestas condições, que nasceram as favelas. Os miseráveis constroem seus barracões onde e como podem. (TEULIÈRES, 1957, p. 11).

O autor complementa: as favelas “nascem, crescem, desaparecem. Este mundo dos favelados é movediço e instável; renova-se sempre; a grande cidade não chega a absorvê-lo” (TEULIÈRES, 1957, p. 17).

Essa, de fato, sempre foi uma questão nas cidades brasileiras. As favelas não são somente o resultado da expulsão dos moradores para áreas longínquas, mas, sobretudo, de uma concepção de cidade que pensa nessa população apenas como os seus construtores e mantenedores, e não como seus habitantes, sendo incapaz de absorvê-los.

Com o controle sobre a oferta dos lotes pelo Poder Público e pelos especuladores imobiliários, se tornou inviável para a classe trabalhadora permanecer na zona denominada urbana, que passou a ocupar as zonas suburbanas e rurais fora dos limites da Avenida do Contorno. Como bem lembrou Guimarães (1992), esses trabalhadores só permaneceriam na zona urbana enquanto fosse de interesse do governo ou até a área ser valorizada.

Por um período, isso não constituía um problema de fato, já que não comprometeria o modelo da nova capital, como dito anteriormente. Entretanto, essa negligência com as comunidades das favelas refletiu diretamente na forma com que a cidade foi se estabelecendo.

Santos (1993), a esse respeito, refere-se à consolidação de uma organização caótica. Para ele, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas semelhantes, com graus de intensidade diferentes.

Quanto maior a cidade, mais visíveis se tornam essas mazelas. Mas essas chagas estão em toda parte. [...] A urbanização corporativa, empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas, constitui um receptáculo das consequências de uma expansão capitalista devorante dos recursos públicos, uma vez que estes são orientados para os investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais (SANTOS, 1993, p. 95).

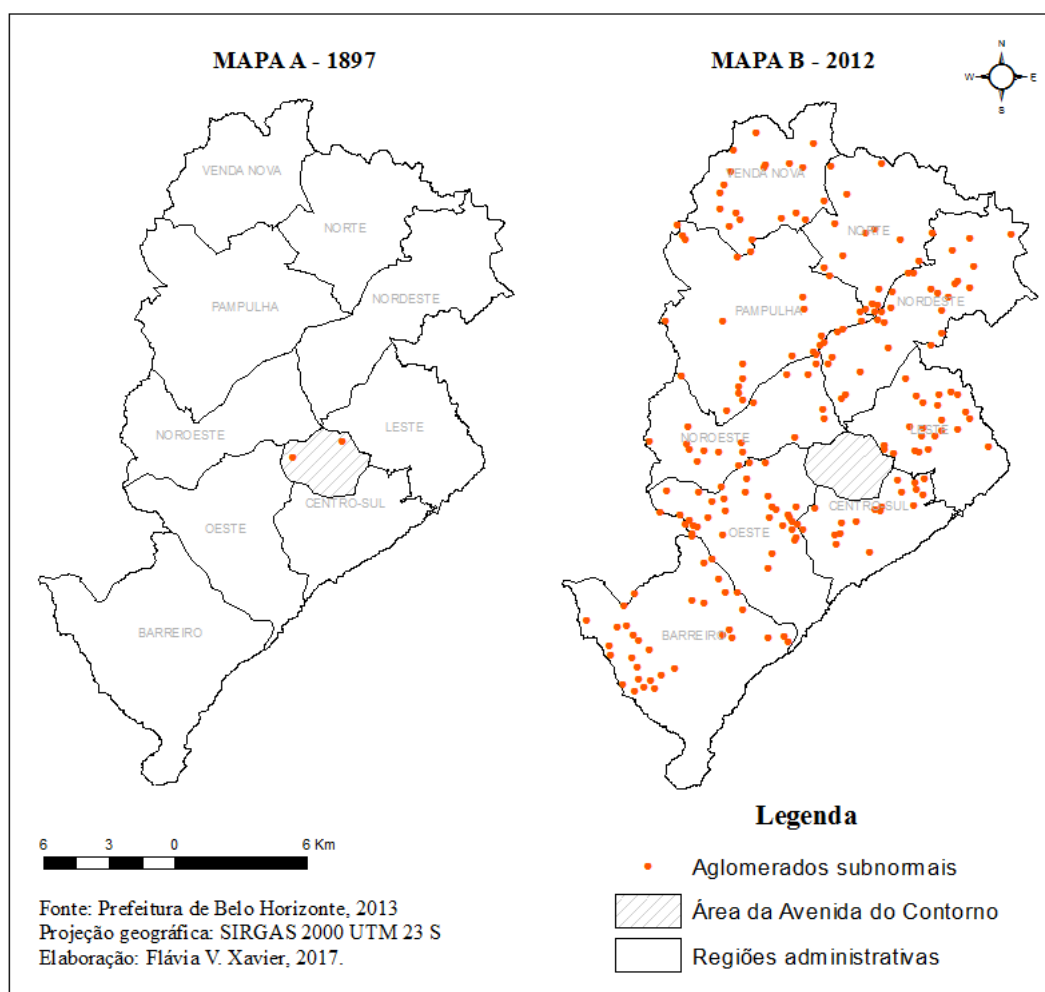
Apesar de ser um período de desenvolvimento econômico para Belo Horizonte, a expansão capitalista “devorante” lhe custou caro, culminando em um surto de favelização. Esse fato foi facilitado pela expansão do sistema viário regional e do sistema rodoviário, com um plano de construção de um sistema radial de rodovias que previa Belo Horizonte como o centro (FERREIRA, 1997).

Essas modificações desencadearam um processo migratório. Para se abrigar, a população fixa-se em áreas irregulares, de forma desordenada e fora do controle do Poder Público, fazendo a cidade crescer em todas as direções. “O crescimento ocorre por multiplicação dos assentamentos periféricos, ora com parcelamentos de seções suburbanas ou de colônias agrícolas, ora construção através da construção de vilas operárias, ora por invasões” (FERREIRA, 1997, p. 117).

A proliferação de favelas é uma das consequências mais representativas do processo de desenvolvimento urbano de padrão segregador, que expressa de maneira inequívoca a natureza excludente que tem caracterizado o crescimento das cidades. Para Fernandes (2008), essa forma de habitação é a única possível para se ter acesso ao solo urbano e à moradia para muitas pessoas. A combinação entre a falta de uma política habitacional de cunho social e a ausência de opções acessíveis e adequadas oferecidas pelo mercado imobiliário acentua esse processo.

Em Belo Horizonte, as primeiras cafuas e barracos¹⁷ surgiram antes mesmo da inauguração da capital, à beira do córrego Leitão, que hoje se encontra canalizado (LIBERATO, 2007). Na Figura 6, podemos observar dois mapas que representam diferentes momentos da história das favelas em Belo Horizonte. O primeiro, Mapa A, corresponde a 1897, data da inauguração da capital, e mostra a localização das primeiras favelas: Córrego do Leitão e Alto da Estação. O Mapa B representa os aglomerados subnormais da atualidade¹⁸.

Figura 6 – Primeiros aglomerados de BH (Mapa A) e aglomerados em 2012 (Mapa B).



Fonte: PBH (2013). Organização: Flávia Xavier (2017).

¹⁷ Cafuas são casas de barro cobertas de capim, e barracos são moradias feitas geralmente de restos de materiais como tábuas, placas e telhas de zinco.

¹⁸ Prefeitura de Belo Horizonte/URBEL. Disponível em: <http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/mapas-e-estatisticas/mapas-estaticos?term_node_tid_depth=All&area=692&field_formato_tid=All>. Acesso em: 22 jan. 2017.

Os dados recentes da PBH, e utilizados nesta pesquisa, revelam que existem 215¹⁹ aglomerados subnormais na capital distribuídos pelas nove regiões administrativas (Mapa B). No entanto, desde o surgimento dos primeiros aglomerados, a política adotada pelo governo foi de remover e erradicar qualquer apropriação irregular, principalmente aquelas que estivessem localizadas no interior dos limites da Avenida do Contorno (Mapa A), como foi o caso das favelas Córrego do Leitão e Alto da Estação.

Quando removidos da área urbana, essa população buscou abrigo em outras áreas da cidade, dando início a uma movimentação constante de ocupação e remoção dos favelados que perdura até os dias atuais.

Na tentativa de prosseguir com a “limpeza” e a restrição de construção de moradia para a classe operária, o governo criou leis que proibissem a construção de cafuas e barracos nas áreas central e suburbana e ofereceu lotes em bairros distantes do centro, criados especificamente para absorver essa classe trabalhadora.

A retenção de áreas vazias e bem equipadas na porção central, somada a essa restrição do acesso à terra pelo mercado imobiliário e pela lógica do governo de incentivar a ocupação industrial em detrimento da habitacional, agravou ainda mais o cenário de moradia como chama atenção Melo e Costa (2011). A situação de BH se tornou mais precária quando, a partir da década de 1950, com o incentivo e espaço dados à construção de várias indústrias na ânsia por modernidade e notoriedade, ocorre um intenso êxodo rural em direção ao município.

Foi nesse período, especificamente na região Centro-Sul de BH, que uma favela começou a se formar com casebres e barracos, sem o mínimo de infraestrutura. Era o início do Morro do Papagaio (Figura 7), onde está localizada parte da nossa área de estudo, e que será retomada no próximo capítulo: a Vila Barragem Santa Lúcia (Figura 8).

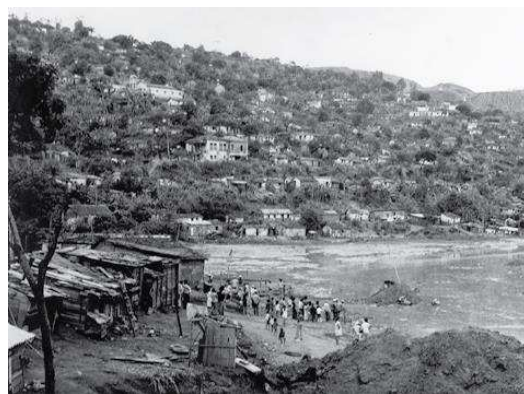
¹⁹ São 185 vilas/favelas, 23 conjuntos habitacionais e 7 outros assentamentos.

Figura 7 – Morro do Papagaio, 1980.



Fonte: PBH (2015).

Figura 8 – Vila Barragem Santa Lúcia, 1974



Fonte: PBH (2015).

Liberato (2007) faz um extenso estudo²⁰ sobre a trajetória das favelas em Belo Horizonte e mostra como essa migração fez aumentar o número de favelas na capital (Tabela 1).

Tabela 1 – Número de favelas por décadas.

Ano	Total
1897 a 1919	2
1920 a 1929	7
1930 a 1939	29
1940 a 1949	46
1950 a 1959	78
1960 a 1969	145
1970 a 1979	182
1980 a 1989	196
1990 a 1999	206

Fonte: Liberato (2007).

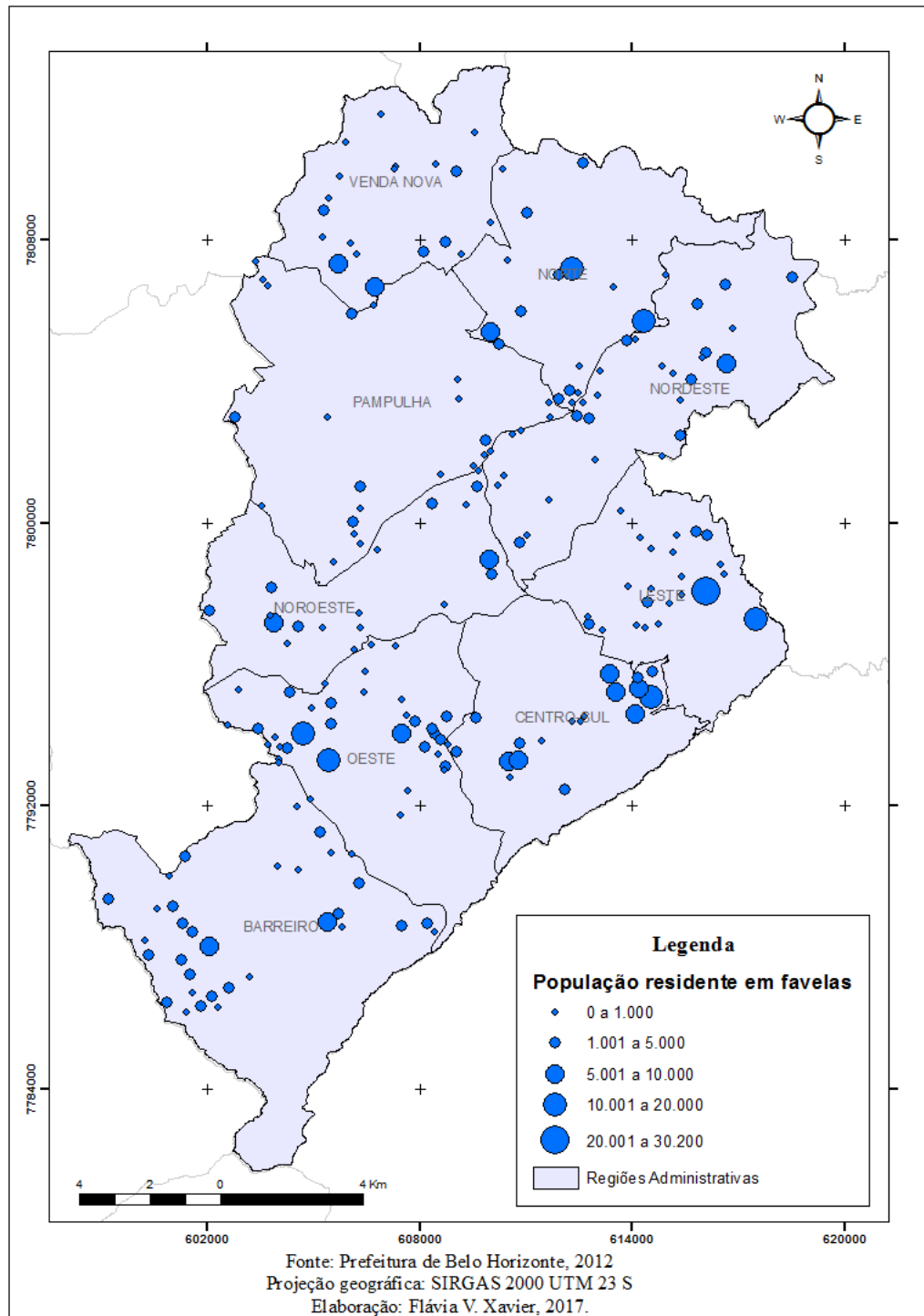
Apesar de o governo ter conseguido manter a área dos limites da Avenida do Contorno livre de qualquer irregularidade, como vimos na Figura 6 (Mapa B), essa população renegada resistiu a várias desapropriações ao longo das décadas fazendo com que não somente surgissem novas vilas e favelas, mas que estas aumentassem o número de habitantes.

A população de BH corresponde a 2.375.151 habitantes e a população que vive em favelas, a 451.395 (PBH, 2012), ou seja, aproximadamente 19% da população

²⁰ De acordo com Pasternak (2008), uma das dificuldades em se trabalhar com índices de favelas é que as únicas informações encontradas, em nível nacional, são originadas dos censos demográficos. Alguns municípios, como é o caso de Belo Horizonte, têm série histórica construída a partir de pesquisa de campo organizada pela própria prefeitura ou por pesquisadores como Liberato (2007), que podem gerar resultados divergentes em função da metodologia utilizada e da data selecionada.

total vive em nessas áreas irregulares. Como podemos ver no mapa da Figura 9, esse percentual está distribuído por todas as regiões administrativas do município.

Figura 9 – Distribuição espacial da população residente em favelas de BH.



Fonte: PBH (2012). Organização: Flávia Xavier (2017).

Apesar da favela mais populosa estar localizada na região Leste, é na região Oeste que está concentrado o maior número de aglomerados e de habitantes, e a segunda maior porção em área ocupada por favelas (Tabela 2).

Tabela 2 – Aglomerados por regiões administrativas.

Região	Nº de aglomerados	População	População (%)	Área (km²)	Área (%)
Oeste	36	77.744	17	2,50	15
Barreiro	32	56.316	12	2,66	16
Nordeste	30	39.430	9	1,53	9
Leste	23	64.740	14	2,38	14
Pampulha	21	18.870	4	0,86	5
Venda Nova	20	33.552	7	0,97	6
Centro-Sul	19	71.894	16	2,39	15
Noroeste	18	34.280	8	0,87	5
Norte	16	54.569	12	2,29	14
TOTAL	215	451.395	100	16,45	100

Fonte: PBH (2012). Organização: Flávia Xavier (2017).

Note que a regional Centro-Sul, local deste estudo, apresenta um dos menores números de aglomerados (19), mas abriga a segunda maior população vivendo em favelas (16%), o que pode ser também observado na Figura 9, perdendo somente para a regional Oeste (17%). Um dos motivos que justifica esses índices é o fato de que essa é a região onde há maior giro de capital, mais investimentos, e onde estão localizados os principais prédios administrativos e bairros de alto padrão. Assim, notamos dois movimentos: enquanto a população que vive em favelas busca permanecer na área pela infraestrutura e pela proximidade do trabalho, a elite local vai na contramão, considerando indesejada a permanência dessas pessoas.

É nesse momento que vemos rupturas bruscas, seja na paisagem ou nas formas de relacionamento entre os indivíduos. Mesmo com o considerável número de pessoas vivendo em favelas e a existência de políticas públicas favoráveis a elas em BH, atualmente, ainda há prioridade no desenvolvimento de políticas que favoreçam a classe abastada, promovendo a separação abissal entre esses segmentos sociais.

O resultado é uma cidade segregada. Aqueles que têm poder aquisitivo refugiam-se em seus espaços privatizados e controlados, e a população menos favorecida tem sua inserção social cada vez mais dificultada. Esse será o assunto tratado no tópico seguinte: a segregação socioespacial como característica fundamental da produção do espaço urbano na contemporaneidade, sob diversas contradições.

1.3 A consolidação de um espaço segregado

Como vimos no tópico anterior, a região Centro-Sul do município de BH se concretizou sob a égide de um centro promissor, mas que se mostrou frágil do ponto de vista da equidade. As favelas e os bairros de alto padrão surgiram lado a lado, constituindo uma das formas pelas quais a maioria das sociedades se apresenta na atualidade: segregada. Como aponta Vasconcelos, Corrêa e Pintaudi (2013), a segregação ocorre sob diversas formas, mas há uma característica comum entre elas, que é a relativa homogeneidade interna dos grupos, e a relativa heterogeneidade entre eles, se apresentando principalmente nas cidades capitalistas.

Optamos por conduzir este trabalho considerando a segregação socioespacial, ainda que haja múltiplas dimensões que estejam atreladas a esse tipo, como a segregação econômica ou residencial, por exemplo. Ainda, a opção pelo social e espacial, juntos, se justifica pela forte correlação que há entre a fragmentação social e a fragmentação espacial, fenômenos identificáveis quase exclusivamente em cidades metropolitanas em função da complexidade dos processos e da magnitude dos conflitos socioespaciais nesses espaços (CATALÃO, 2013).

Para Catalão (2013), o acirramento das disparidades em uma sociedade somado à perpetuação e ampliação da intolerância em relação ao outro, leva ao fenômeno denominado fragmentação, tratado também por autores como Sposito (1994), Salgueiro (1997), Santos (1990), dentre outros. Assim, os debates a respeito da fragmentação, tanto social, quanto espacial, mostram que há por trás um entendimento de que as transformações que se dão no espaço estão relacionadas a transformações sociais e históricas, como o início da modernidade e a intensificação da segmentação social: “as classes e os grupos sociais tornam-se tão antagônicos que passam a não mais se tolerar em convívio próximo e a instituir mecanismos de distinção social, sobretudo os de maior poder aquisitivo” (CATALÃO, 2013, p. 90).

Dessa forma, criam-se comportamentos que cerceiam o direito da manifestação da diferença e faz ampliar a segregação, que tem uma conotação primordialmente socioeconômica.

A segregação espacial é, então, um produto social, e constitui um meio no qual se efetiva a existência dos diferentes grupos sociais:

Produto e meio, a segregação é parte integrante dos processos e formas de reprodução social, pois a relativa homogeneidade interna de cada área social cria condições da reprodução da existência social que ali se verifica (VASCONCELOS, CORRÊA, PINTAUDI, 2013, p. 9).

Assim, podemos dizer que há uma profunda conexão entre segregação, estratos sociais e fragmentação, pela existência de uma tendência à homogeneização interna dos grupos, mas, ao mesmo tempo, à busca pela diferenciação entre os grupos distintos, levando à formação da cidade fragmentada.

A segregação socioespacial, por sua vez, se constitui em uma das mais importantes características na produção e organização do espaço urbano, que tem como regra padrões de diferenciação social e de separação, e variam histórica e culturalmente. A variação nos usos desse tipo de espaço, e a forma como se distribuem na cidade, permite abordagens teóricas sob a ênfase em diversos aspectos, variando ainda em escala, tempo e no próprio espaço.

De acordo com Corrêa (1999), o primeiro modelo de segregação foi formulado por um geógrafo alemão, Kohl, em 1841. Nele, os habitantes com maior poder aquisitivo viviam no centro da cidade, enquanto na periferia viviam os indivíduos marginalizados. Posteriormente, Burgess, em 1920, criou outro modelo com a teoria inversa: os ricos passaram a viver na região periférica e os pobres migraram para a região central, em função da proximidade com o trabalho.

Ainda no século XX, outros estudos consideraram a segregação sob diferentes formas. Destacamos a Escola de Ecologia Humana de Chicago, que baseou suas análises urbanas no Darwinismo Social. Para os especialistas, a cidade funcionava como um organismo vivo onde quem se adaptasse ao estilo de vida urbano conseguiria habitar as melhores áreas, e havia a diferenciação entre dois modelos de segregação (NEGRI, 2008):

A voluntária se dava quando o indivíduo iria habitar um determinado local da cidade por sua própria iniciativa; a involuntária quando por forças externas ele era obrigado a habitar ou deslocar-se de determinados espaços (NEGRI, 2008, p.132).

Os estudos evoluíram e Corrêa (2013), em relação aos modelos de segregação, faz referência à política de classe como geradora dos tipos atuais de segregação, dentre eles, a autosegregação, a segregação imposta e a segregação induzida. A autosegregação está associada à elite e aos estratos superiores da sociedade. Ela reforça diferenças de existência e de condições de reprodução desses grupos por meio da escolha das melhores localizações no espaço urbano, ampliando o *status* e o prestígio, e se assemelha muito à segregação voluntária mencionada por Negri (2008). Este grupo tem maior controle sobre o espaço, sobre o aparelho do Estado, das atividades econômicas e das imobiliárias, influenciando a criação e normatização de leis e ordenamento do solo urbano, e impedindo o acesso dos grupos sociais subalternos.

As segregações imposta e induzida dizem respeito a este último grupo, dos subalternos, e se aproximam da segregação involuntária. A primeira envolve aqueles indivíduos que residem onde lhes é imposto, sem alternativa de escolha locacional de habitação; enquanto no segundo caso ainda é possível alguma escolha, embora deva ocorrer dentro dos limites estabelecidos pelo preço dos imóveis e da terra (CORRÊA, 2013).

Como observa Corrêa (2013), torna-se muito difícil reverter os padrões no espaço urbano após a consolidação das áreas segregadas, a não ser pela “limpeza social”, como é feito em muitas situações. A política de classe estabelece normas e tributação diferenciadas que tendem a favorecer ou prejudicar os diferentes grupos sociais, viabilizando a sua segregação.

Dessa forma, condomínios exclusivos, ruas protegidas e residências confortáveis e seguras fazem parte da paisagem autossegredada, enquanto as favelas e residências modestas e precárias, localizadas em periferias ou áreas de risco, compõem a paisagem da segregação imposta. As áreas da segregação induzida, por sua vez, variam o ambiente e a habitação, apresentando menor homogeneidade social do que os modelos anteriores (CORRÊA, 2013).

Sposito (2013) relaciona o termo autossegredação à segregação para fazer uma discussão nesse sentido. Para a autora, um alimenta o outro e ambos se caracterizam por serem dinâmicas que se combinam, que são colocadas em curso pelos mesmos agentes (proprietários de terras, incorporadores, corretores de imóveis, poder público etc.), e que representam os sujeitos sociais envolvidos na ação de segregar, de um lado, e a condição de ser e se sentir segregado, de outro.

Castells (1983) também analisa o processo de segregação socioespacial como sendo um reflexo da distribuição espacial dos estratos sociais levando em consideração o nível social dos indivíduos, e baseado em determinações políticas, econômicas e ideológicas. Ele entende segregação como:

tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia (CASTELLS, 1983, p. 210).

Carlos (1994) considera ainda outros aspectos, e entende a segregação como a negação do urbano e da vida urbana, que se apoia na propriedade privada e se diferencia no acesso à moradia, culminando na fragmentação do espaço urbano.

Da mesma forma, Caldeira (2008) também leva em conta a propriedade privada ao falar de segregação urbana. A autora afirma que a segregação teve pelo menos três formas diferentes de se expressar no espaço urbano, ao longo do século XX. A primeira, até os anos 1940, “produziu uma cidade concentrada em que os

diferentes grupos sociais se comprimiam numa área urbana pequena e estavam segregados por tipos de moradia.” A segunda forma urbana, a centro-periferia, foi de 1940 a 1980, e nela os diferentes grupos sociais estão “separados por grandes distâncias: as classes média e alta concentram-se nos bairros centrais com boa infraestrutura, e os pobres vivem nas precárias e distantes periferias.” A terceira fase, que teve início em 1980 e perdura até os dias atuais, se caracteriza por gerar espaços nos quais “os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns” (CALDEIRA, 2008, p. 211).

Em BH, apesar da segunda fase ainda estar em vigência, a produção da cidade caminha agora a partir dos preceitos da terceira fase, mostrando uma organização do espaço em zonas homogêneas, mas com forte heterogeneidade e disparidade social entre si, como apontado anteriormente, tendo como agravador o direcionamento das políticas urbanas para os setores mais favorecidos, seja pela negação às favelas e sua constante realocação para longe do centro da cidade ou pela precariedade desses assentamentos, carentes de serviços e infraestruturas básicos.

O número de pessoas vivendo em áreas irregulares e precárias é cada vez mais crescente, assim como o número de pessoas que buscam se proteger em condomínios residenciais fechados ou por meio do enclausuramento em suas próprias casas, fazendo perpetuar a segregação socioespacial em BH.

Esse processo de crescimento da cidade desigual impactou também o uso dos espaços públicos, seja pela crescente violência e pelos sentimentos de medo e insegurança, ou pela substituição desses espaços de convívio trazida pela lógica capitalista. Para Carlos e Castro (2001), dessa diferenciação social origina-se um movimento de confronto entre territorialidades, em que o território é fundamental como dimensão da sociabilidade, reprodução da existência e manutenção da identidade desses segmentos sociais. Vemo-nos, portanto, diante de um novo panorama: um campo de forças conflitivas, em que predomina a deterioração das relações sociais e a decadência da sociabilidade urbana.

Por esse motivo, ter compreendido a produção do espaço urbano brasileiro, especificamente de BH, do seu início até a consolidação de um espaço segregado, se tornou imprescindível para auxiliar no entendimento dessas questões que serão desenvolvidas a seguir. A estruturação de um espaço desigual que se iniciou com um planejamento de cidade que assentiu um urbanismo contrário ao direito à cidade, não poderia deixar de refletir em sua sociedade a relação estranhada entre seus indivíduos, levando à segmentação dos espaços, mas também da sociabilidade urbana.

CONVIVENDO ENTRE O SEMELHANTE E O ESTRANHO: A PRODUÇÃO DA SOCIABILIDADE SEGMENTADA NO ESPAÇO PÚBLICO

As grandes cidades tornaram-se um importante observatório para compreender as mudanças de comportamento dos fenômenos sociais que nelas decorrem. De maneira resumida, alguns acontecimentos históricos devem ser considerados para fazer compreender a perda da centralidade do uso dos espaços públicos e da convivência entre os habitantes: o advento da fase técnico-científico-informacional que requalificou os espaços para atender aos interesses dos atores hegemônicos da economia, cultura e política, aumentando a necessidade de movimento e relevância dos fixos e dos fluxos²¹ (SANTOS, 1999, 2006); as mudanças comportamentais expressas geralmente sob a forma de padrões de consumo e hábitos, promovidos pelo capitalismo (BAUDRILLARD, 1995); a privação da utilização de espaços públicos e crescente isolamento em função dos interesses privados (BAUMAN, 2001), dentre outros.

Pelos fatos históricos exemplificados, reiteramos a relevância de abordar o espaço público, especialmente no nível da realização da vida humana e das relações que nele se estabelecem. Grande parte da literatura que trata desse espaço enfoca a economia como sua principal produtora, deixando as práticas sociais em segundo plano. Entretanto, com as mudanças ocorridas na dinâmica da sua produção, desde o início da industrialização, o espaço urbano passou a refletir uma complexificação social por meio das relações de trabalho, dos movimentos sociais e do campo das lutas. Como bem ressaltou Corrêa (2005), como na cidade se anunciam essas características da sociedade, o seu espaço se torna, portanto, a expressão concreta das relações sociais. Assim, para auxiliar na compreensão destas questões, sem a pretensão de esgotar a temática, discorreremos nos próximos tópicos sobre os conceitos de espaço público relacionando-o com a sociabilidade urbana, e como a inserção do “estranho” na sociedade, refletido em Bauman (1998), implica na segmentação dessa sociabilidade.

²¹ Para Santos (2006), o espaço pode ser considerado um conjunto de fixos e fluxos. Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam.

Daremos ênfase à escala da rua como importante objeto do nosso estudo em função da perda da sua significância enquanto lugar de interação social. Em seguida, discutiremos essa interação por meio da análise das manifestações de sociabilidade entre os moradores da Vila Barragem Santa Lúcia e do Bairro Santa Lúcia e, por fim, buscaremos complementar nosso diagnóstico com a interpretação da percepção que essas pessoas têm do lugar onde vivem, e como isso repercute no uso do espaço público.

2.1. Espaço público e sociabilidade urbana

O espaço público é elemento essencial nas cidades e importante para a vida dos habitantes. É nele que se configura a cidadania, a expressão política das forças sociais, onde se concretizam as dinâmicas urbanas e onde a vida em comum é suportada entre conflitos e celebrações. Diante da diversidade de estudos sobre espaço público e diferentes significações dadas a ele, antes de buscar sua compreensão neste trabalho, é importante dizer que aqui ele é visto como lugar onde a vida em sociedade acontece – ou deveria acontecer – representando a vida cidadina.

Dentre os autores que analisaram o espaço público sob a ótica da forma, sem considerar o âmbito social, está o trabalho de Lamas (2004). Em seu extenso estudo sobre a morfologia urbana e o desenho da cidade, considerou esse espaço subdividido em elementos morfológicos. O traçado, ou rua, é um dos elementos mais facilmente identificáveis, e tem um caráter de permanência que lhe permite resistir às transformações urbanas e é também lugar de circulação. Citando M. Poète (s/d), Lamas diz: “a rua ou o traçado relaciona-se diretamente com a formação e crescimento da cidade de modo hierarquizado, em função da importância funcional de deslocação, do percurso e da mobilidade de bens, pessoas e ideia” (LAMAS, 2004, p. 100).

A praça é outro elemento que mantém quase sempre sua localização. Ela é o “lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária” (LAMAS, 2004, p. 102). O autor ainda se refere ao largo e ao terreiro como espaços públicos: são vazios ou alargamentos da estrutura urbana que, com o tempo, foram sendo apropriados.

Já Noguera (2011) analisa o espaço público por sua funcionalidade e os diferentes papéis que assume na cidade: ele estabelece relações de conectividade entre a área urbana e seu entorno territorial; é o suporte básico da mobilidade urbana; constitui a referência do parcelamento do solo para a edificação e usos privativos; torna possível a percepção interna da forma da cidade; possibilita a identificação social e o ócio do cidadão; facilita a obtenção de redes de serviços urbanos. Para o autor,

espaço público é o solo que faz parte da estrutura que sustenta a permanência da cidade como espaço social, em que a diversidade de suas funções pode ocasionar conflitos de utilização e, por isso, deve ser gerido.

Assim como Noguera (2011) se debruça sobre as diferentes funções do espaço público e a importância da gestão adequada a cada uma delas, e Lamas (2004), que afirma que a forma da cidade é resultante de fatores socioeconômicos, políticos e culturais, mas ainda a define por concepções estéticas, ideológicas e arquitetônicas, muitos outros estudos destacam aspectos relevantes do espaço público, mas sem levar em conta práticas e dinâmicas sociais que aí se desenvolvem. Portanto, não cabe aqui analisá-los, mas apenas ressaltar a fraqueza em conceber os espaços públicos como mera transcrição de algumas funções ou formas.

A esse respeito, Serpa (2004) reconhece a dificuldade de muitos pesquisadores quando se trata de associar as dimensões políticas e sociais de uma esfera pública urbana e os aspectos formais e estruturais dos espaços públicos.

Dialeticamente, forma e conteúdo são a um só tempo produtos e processos: são autocondicionantes, auto-referentes e historicamente determinados. Na análise do espaço público urbano, forma e conteúdo são, portanto, indissociáveis, e uma discussão sobre tal tema passa necessariamente pela difícil articulação entre os aspectos que dão “concretude” à esfera pública urbana e aqueles de cunho mais abstrato (SERPA, 2004, p. 22).

Diante da fragilidade de algumas definições, somada à necessidade de associar forma e conteúdo, Gomes (2002) comenta alguns pontos que devem ser considerados e nos atenta para a complexidade do termo. Primeiro, há uma aceção largamente utilizada que considera público tudo aquilo que não é privado. Para o autor, a ambiguidade de fronteiras assim delimitadas, somada à existência de outros estatutos possíveis para o espaço público como coletivo ou comum, não deve nos satisfazer. Em segundo lugar, tomar o espaço público como uma área juridicamente delimitada, partindo da lei que regulamenta uma existência para definir o objeto, quando este precede a lei, é igualmente inapropriado. Por último, o terceiro obstáculo que dificulta a compreensão do termo é definir espaço público pela qualidade do livre acesso.

[...] Conhecemos diversas formas de espaço público que não têm essa qualidade, hospitais, áreas militares, administrativas, escolas etc.; todos estes não possuem como regra um acesso aberto a todos e nem por isso perdem sua qualidade de locais públicos. (GOMES, 2002, p. 160).

Dessa forma, Gomes (2002) atribui a espaço público a relação direta com a vida pública e lembra Habermas (s/d), quando diz que espaço público é o lugar do

discurso político, e para que esse lugar opere uma atividade pública é necessário que se estabeleça uma copresença de indivíduos. Gomes (2002, p. 62) considera então espaço público qualquer tipo de espaço onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer pessoa. “Essa condição deve ser uma norma respeitada e revivida, a despeito de todas as diferenças e discórdias entre os inúmeros segmentos sociais que aí circulam e convivem”, e ainda complementa:

[...] O espaço público é o lugar das indiferenças, ou seja, onde as afinidades sociais, os jogos de prestígio, as diferenças, quaisquer que sejam, devem se submeter às regras da civilidade. [...] Trata-se, portanto, essencialmente de uma área onde se processa a mistura social. Diferentes segmentos, com diferentes expectativas e interesses, nutrem-se da co-presença, ultrapassando suas diversidades concretas e transcendendo o particularismo, em uma prática recorrente da civilidade e do diálogo. (GOMES, 2002, p. 162-163).

Essa copresença do diferente também é observada em Yázigi (2000), quando se refere aos espaços públicos como lugares de encontro do outro, do diferente, além da percepção de que a finalidade da sociedade não deve ser construir a cidade, mas vivenciá-la.

Podemos dizer, então, que o espaço público pode ser a rua, a praça, o largo, pode exercer diferentes funcionalidades no espaço urbano, mas ele não o é, se não há presença da vida humana, e mais do que isso, se não permite a heterogeneidade, a copresença do indivíduo, e se não possibilita a mistura e a convivência entre os diferentes segmentos sociais.

Entretanto, a questão que agora nos deparamos é de que o espaço tem se tornado cada vez mais privativo, anulando vínculos e relações sociais e tornando o entendimento da significância do espaço público engendrado à vida social ainda mais complexo na cidade contemporânea.

A utilização dos espaços públicos para convivência tem sido, aos poucos, substituída pelos espaços privados e semipúblicos, gerando o que Carlos (2001) identifica como espaços comerciais, galerias, shoppings centers, onde os encontros são normatizados e prevalece a exclusão. Têm horário de funcionamento, são vigiados e não são acessíveis a qualquer hora do dia, ou a qualquer pessoa, tornando as sociabilidades frias, polidas e distantes.

Gomes (2002) classifica esses espaços como “comuns” e frisa que não podem mesmo ser considerados públicos. Para o autor, é uma das formas de confinamento dos terrenos de sociabilidade como meio de extrair os indivíduos do espaço público.

Nas palavras de Carlos (2001, p. 353), “o espaço público se esvazia de seu sentido tradicional, lugar onde se desenvolve a vida das relações; agora o umbral da porta define o limite entre o público e o privado, redefinindo modos de habitar na

metrópole”. Podemos dizer que tais transformações se configuram, então, em um ciclo em que as formas de se relacionar modificam os modos de habitar na metrópole, e estes, por sua vez, influenciam as práticas sociais.

Por conseguinte, toda cidade passa a dispor de lugares públicos que correspondem à imagem da cidade e de sua sociabilidade. Como dito por Gomes (2002), é por meio desses lugares de encontro e comunicação, que se produz uma espécie de resumo físico da diversidade daquela população, o qual ele denomina cena pública.

Em se tratando dos espaços públicos da Vila Barragem Santa Lúcia e do Bairro Santa Lúcia, há uma multiplicidade de manifestações que variam de uma localidade à outra e do período no qual ocorrem. A cena que se configura, a partir da soma de gestos, de atividades desenvolvidas, de comportamentos, dos grupos existentes e da maneira de se conduzir nesses espaços, mostra-nos como a sociabilidade se difere entre os moradores das duas áreas, e entre os moradores de uma mesma área. Buscaremos, então, o entendimento do conceito de sociabilidade no âmbito urbano para que possamos, posteriormente, analisar como ela se manifesta na Vila e no Bairro Santa Lúcia.

O conceito de sociabilidade foi criado no campo da sociologia pelo filósofo e sociólogo Georg Simmel, ao se indagar “como a sociedade é possível?”. Simmel (2006) parte do ponto que a sociedade é, ela própria, a interação contínua entre os indivíduos, e surge sempre a partir de determinados impulsos ou da busca de certas finalidades.

No entanto, anterior a esse conceito, e de maior abrangência, está o conceito de sociação, que devemos diferenciar para melhor compreender sobre sociabilidade. Quando os indivíduos se encontram em reuniões, cultos religiosos ou grupos de qualquer tipo, por exemplo, o que temos é o resultado da interação entre indivíduos guiados por seus interesses comuns, que moldam a forma de comportamento. A essa interação, Simmel denomina sociação:

A sociação é, portanto, a forma [...] na qual os indivíduos, em razão de seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinados –, se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam. Esses interesses sejam eles sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, casuais ou teológicos, formam a base da sociedade humana. (SIMMEL, 2006, p. 60).

A partir do momento que as formas de sociação são acompanhadas por um sentimento e a satisfação de estar socializado pelo valor da formação da sociedade, e não somente é resultado das necessidades e dos interesses comuns, tem-se a sociabilidade. “[...] O ‘impulso de sociabilidade’, em sua pura efetividade, se

desvencilha das realidades da vida social e do mero processo de sociação como valor e como felicidade, e constitui assim o que chamamos de sociabilidade.” (SIMMEL, 2006, p. 64).

Simmel vê, então, a sociabilidade como uma forma lúdica da sociação. Nada se deve buscar além da satisfação do instante sociável. Na sociabilidade,

não entram o que as personalidades possuem em termos de significações objetivas, significações que têm seu centro fora do círculo de ação; riqueza, posição social, erudição, fama, capacidades excepcionais e méritos individuais não desempenham qualquer papel na sociabilidade (SIMMEL, 2006, p. 67).

As qualidades pessoais decidem, portanto, o caráter da comunidade, e a sociabilidade depende totalmente das personalidades entre as quais ocorre, ou seja, não tem propósitos objetivos, e quando ela se despe dos interesses específicos, ela não se esvazia de significado, apenas se configura em sua forma pura (SIMMEL, 2006).

As formas de sociabilidade, no entanto, variam conforme a localidade. Wirth (1976) acredita que quanto maior o número de habitantes de uma comunidade, mais as relações entre eles e o caráter da cidade são afetados. Tais variações originam uma separação espacial de indivíduos com diferentes características: cor, *status*, segmento econômico e social, preferências etc. Essa multiplicação limitará a possibilidade de cada um dos membros da comunidade conhecer pessoalmente todos os outros.

Além do número de habitantes, a densidade populacional também influencia no caráter relacional no espaço urbano, uma vez que o aumento do número de indivíduos numa área constante tende a produzir diferenciação e especialização: “a densidade, pois, reforça o efeito que os números exercem sobre a diversificação dos homens e de suas atividades e sobre o aumento da complexidade da estrutura social” (WIRTH, 1976, p. 101). Como reforça o autor, nossos contatos físicos se estreitam, mas nossos contatos sociais se tornam mais distantes.

Vemos o uniforme que denota o papel dos funcionários e esquecemos as excentricidades pessoais que se acham ocultas por trás do uniforme. [...] Estamos expostos a vivos contrastes entre esplendor e miséria, entre riqueza e pobreza, inteligência e ignorância, ordem e caos (WIRTH, 1976, p. 102).

Por fim, a última característica proposta por Wirth (1976) que interfere nas relações cotidianas é a heterogeneidade. A interação social entre a diversidade de personalidades no ambiente urbano complexifica e quebra a rigidez da estrutura de classes, possibilitando a ramificação da estratificação social. Um mesmo indivíduo pode ser membro de diferentes grupos, que se tangenciam uns aos outros, com alto

poder de mobilidade e circulação entre eles. “O local de residência, o local e a característica do emprego, a renda e a receita, flutuam, e o trabalho de manter juntas as organizações e de promover relações de amizade íntimas e duradouras entre os membros é difícil.” (WIRTH, 1976, p. 104).

Essa questão se aplica notavelmente às áreas situadas dentro da cidade, especialmente as grandes, nas quais as pessoas se segregam mais em virtude da renda, do *status* social ou da raça, do que por elas mesmas e pela atração positiva umas pelas outras. Assim, os mesmos motivadores da aproximação são os que induzem a indiferença e a impessoalidade.

Essas características, indiferença e impessoalidade, por sua vez, provocam um fenômeno que Simmel (1976) denominou atitude *blasé*, ou seja, a incapacidade de reagir a novas sensações com a energia apropriada. Para o autor, essa atitude tem causas fisiológicas, mas é acrescida de outra fonte que é da economia do dinheiro.

Esse estado de ânimo é o fiel reflexo subjetivo da economia do dinheiro completamente interiorizada. Sendo o equivalente a todas as múltiplas coisas de uma e mesma forma, o dinheiro torna-se o mais assustador dos niveladores. Pois expressa todas as diferenças qualitativas das coisas em termos de “quanto?”. O dinheiro, com toda sua ausência de cor e indiferença, torna-se o denominador comum de todos os valores; arranca irremediavelmente a essência das coisas, sua individualidade, seu valor específico e sua incomparabilidade. Todas as coisas jazem no mesmo nível e diferem umas das outras apenas quanto ao tamanho da área que cobrem (SIMMEL, 1976, p. 16).

A essência da atitude *blasé* não significa que os objetos não sejam percebidos, mas que o significado e os valores diferenciais das coisas são experimentados como destituídos de importância; eles aparecem em tom uniforme, em que nenhum objeto tem preferência sobre outro. É desse comportamento, a partir da recusa em reagir a estímulos, da autopreservação e desvalorização do outro, que o homem se reserva. Como resultado dessa reserva, nem sequer conhecemos nossos vizinhos, parecemos frios e desalmados, e nos tornamos indiferentes (SIMMEL, 1976).

A desvalorização do outro pode aparecer de outras formas. Enquanto Simmel se baseia na atitude *blasé*, na negação em reagir a estímulos, Bauman (1998) nos fala sobre o sonho da pureza, e como a figura do “estranho” interfere nesse ideal.

A pureza, para o autor, é uma condição criada a partir do momento que passa a existir o seu oposto: o “sujo” ou “impuro”, retratados nas disparidades da sociedade, e que aparecem para denegrir os ideais e padrões que se deseja conservar. Estigmatizar o diferente, expulsar os estranhos provém do mesmo motivo de preservar a ordem e a pureza. Mas ele ressalta: “não são as características intrínsecas das coisas que as transformam em ‘sujas’, mas tão-somente sua localização e, mais

precisamente, sua localização na ordem de coisas idealizada pelos que procuram a pureza” (BAUMAN, 1998, p. 14).

Isso quer dizer que o próprio homem concebe o “outro” como obstáculo à organização do ambiente, vendo-o como sujeira e tratando-o como tal. O autor faz um paralelo: a chegada de um estranho tem o impacto de um terremoto, ele “despedaça a rocha sobre a qual repousa a segurança da vida diária” (BAUMAN, 1998, p. 19).

Assim, aquele grupo homogêneo, que são “semelhantes” por terem interesses em comum, tem sua harmonia rompida pela presença do estranho. Como afirma Portugal (2009), esses interesses estão acima dos indivíduos, de uma ideia de individualização, que precisa ser mantida para não abalar a ordem e a similaridade entre os semelhantes.

Mas é importante lembrar, portanto, que os padrões e modelos de pureza variam de uma cultura para a outra, e cada sociedade produz sua espécie de estranho. E se o estranho não se encaixa naquele padrão, se “por sua simples presença, deixa turvo o que deve ser transparente, [...] obscurece e tornam tênues as linhas de fronteira que devem ser claramente vistas” (BAUMAN, 1998, p. 27), aquele grupo, em meio aos estratos sociais, tende a querer eliminá-lo – após tê-lo criado.

Comparando, então, o discutido em Bauman (1998) com o pensamento de Simmel (1976), não há indiferença, mas o contrário, há uma reação negativa em relação ao externo por ele ser visto como ameaça à ordem. Ser estranho é, portanto, uma consequência da construção da identidade, que fragmenta grupos inteiros e torna a sociabilidade cotidiana igualmente fragmentada no ambiente urbano, que mesmo com toda sua diversidade e heterogeneidade, não tolera a aproximação entre indivíduos que não se assemelhem.

2.2. Manifestações diferenciadas da sociabilidade

2.2.1. A rua como lugar de interação social

Ainda que a interação entre diferentes grupos seja cada vez mais dificultada por diversos motivos e constitua o cenário geral que se manifesta na modernidade, a sociabilidade revela-se de diferentes formas a depender do grupo social que a pratica e das condições que a possibilitem ocorrer.

Existem, ainda, algumas funções fundamentais que as formas da cidade podem expressar e concretizar, convidando os indivíduos a usufruir e dar significados aos espaços, fazendo deles um verdadeiro lugar, notável e inconfundível. Isso porque o espaço é concebido de diferentes formas a partir das experiências de cada um desses indivíduos que frequenta o lugar, criando imagens positivas ou negativas sobre

ele. Como afirma Tuan (1983), os lugares são centros aos quais atribuímos significado e onde são satisfeitas as nossas necessidades. E o conceito de espaço está diretamente ligado ao conceito de lugar:

O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. [...] As ideias de espaço e lugar não podem ser definidas uma sem a outra. [...] Além disso, se pensarmos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar (TUAN, 1983, p. 6).

A rua, por ser um espaço em constante movimento, mas que dá suporte à vida em comum, é também lugar, por possibilitar a pausa por meio das relações sociais que nela se estabelecem, exercendo importante função na construção da sociabilidade na cidade.

A rua é uma das três escalas básicas que compõe uma cidade, juntamente com a escala do bairro e da própria cidade. Lamas (2004) se refere a ela como a menor unidade, ou porção, do espaço urbano com forma própria, e que apresenta os seguintes elementos morfológicos identificáveis: os edifícios, o traçado, a estrutura verde, o desenho do solo e os imóveis de habitação. Assim como Lamas, a leitura da rua feita por Rossi (1995) mostra-se pelo viés da forma e sugere que, diferente das escalas do bairro e da cidade, a rua é aquela que apresenta a dimensão da via, a vegetação, os pavimentos e a composição do mobiliário urbano como elementos que permitem sua caracterização.

Observamos, no entanto, que ambos os autores não consideram a rua como lugar de grande relevância social e que serve também, a partir da vivência de seus habitantes, para caracterizá-la e diferenciá-la. Há, ainda, um consenso entre a maioria dos estudiosos dos espaços públicos que não é levado em conta: a recusa da rua e falência desse espaço para interação social.

A alteração no uso das ruas e exclusão dela como lugar de interação tem afetado a percepção que os diferentes grupos têm entre si, ocasionando a rejeição e o estranhamento que comentamos anteriormente, justamente pelo fato dos indivíduos não se conhecerem.

De acordo com D'Incao, (1992), quando a rua é excluída como local de sociabilidade, elimina também a convivência entre as diferentes classes sociais, e isso pode gerar até medo advindo em grande parte da ignorância sobre o outro.

Não interagindo mais, não frequentando casas diferentes da sua, o indivíduo não pode saber muito sobre as pessoas que vivem nelas. Associa-se com facilidade pobreza com violência, [...] riqueza com vida fácil [...]. O outro é cada vez mais uma face desconhecida, amorfa, distante, os corpos diferentes não se encontram e nem mesmo se tocam (D'INCAO, 1992, p. 97).

Quando não há o entrosamento entre estranhos, e mais, quando há segregação nos bairros, os moradores passam a se relacionar somente com aqueles semelhantes que fazem parte do mesmo estrato social. Para D’Incao (1995), esse fenômeno ocorre porque esses indivíduos passam a frequentar os mesmos locais de classe. Se antes a diversão para as crianças era o “pique” pelas ruas, ou o simples sentar nas calçadas, hoje, quando elas vão à casa de campo, por exemplo, levam os amigos da mesma classe social. Somado a isso, os filhos da classe média estão cada vez mais ocupados com atividades extras como natação, lutas, educação artística e instrumental, cursos de línguas etc., restando pouco tempo para brincar e socializar.

Dessa forma, o espaço público, especialmente a rua, deixa de ser parte integrante do cotidiano como lugar de recreação, que passa a ocorrer de forma confinada. Ela torna-se inútil à vida social à medida que os espaços privados são privilegiados em detrimento dos espaços coletivos. Além disso, como aponta Carlos (2001), o esvaziamento da rua como território lúdico deixa cada vez mais de ser apropriado para os indivíduos para ser preenchida por carros, e destinada à locomoção. São processos que limitam e redefinem o comportamento humano, “esvaziando relações, afastando pessoas, porque redefine a morfologia do bairro com consequências diretas para o uso” (CARLOS, 2001, p.242).

Outras atitudes cotidianas, em menor escala, contribuem para a negação à interação social e o desinteresse em conviver em harmonia, como a que Carlos (2007) relata a respeito dos seus vizinhos do prédio. Quando está na garagem fechando o carro, um condômino se antecipa e sobe o elevador sem a esperar; e cada encontro com algum morador parece um momento constrangedor que obriga um polido cumprimento. Este é um fato que ocorre à maioria de nós, na necessidade e no anseio de manter distância do outro.

Alguns recursos, que apesar de úteis, também influenciam na perda da centralidade da rua e promovem o confinamento. Gomes (2002) diz que o homem moderno dispõe de diversos desses recursos para tornar-se invisível e inacessível para estabelecer qualquer contato social. Serviços bancários, de compras, de comunicação, de entrega em domicílio, oferta de canais, penetraram os domicílios e possibilitaram o lazer, o atendimento às necessidades de abastecimento e a comunicação social intermediados por uma tecnologia que não demanda um deslocamento e uso de vias públicas.

Assim como o uso de fones de ouvido, a interação com os *smartphones*, o uso da internet, são formas de rejeitar o encontro, dificultando qualquer tentativa de aproximação e diálogo. A televisão e o computador vão igualmente contra os preceitos da integração e da sociabilidade. As pessoas deixam de sair às ruas, ir a bares, clubes e parques para estar em casa em frente às suas telas. Como ressalta D’Incao (1992),

a utilização desses aparelhos não só ocupa as pessoas em casa, mas também empobrece as cidades à noite de outras formas de reunião e diversão.

A autora ainda se refere ao automóvel, que nas relações sociais funciona como uma armadura que protege seu usuário contra pessoas estranhas: “ele contribui para que o vejam menos como uma pessoa e mais como proprietário de um carro, bom ou ruim” (D’INCAO, 1992, p. 102). O uso do veículo acaba dissolvendo uma relação de portão, de rua e de vizinhança, que antes funcionava como meio de saber os acontecimentos, passar o tempo e trocar informações, forma de convivência social que não se sustenta pelo simples cumprimento pela janela do carro.

Vemos, então, que há uma relação intrínseca entre a tecnologia e a produção da sociabilidade urbana nas ruas, e a essa forma de produção do cotidiano contemporânea Carlos (2007) denomina “nova urbanidade” e aponta duas vertentes decorrentes desse fato: o triunfo do objeto sobre o sujeito, e a exacerbação do individualismo.

O indivíduo se absorve cada vez mais em seu espaço privado e quando o poder social é mediado pelo poder sobre as coisas, ele se impõe sobre o outro, deixa nítida a hierarquia social e espacial no ambiente urbano, e tende a aprofundar o individualismo. Essa delimitação, que separa também a casa da rua, apaga a vida nos bairros em que antes cada um se reconhecia.

No entanto, mesmo diante desse cenário que se configura com recorrência nas grandes cidades, podemos observar insurgências em determinadas partes da cidade. Em Belo Horizonte, ainda que essa nova urbanidade a que se refere Carlos (2007) esteja presente por onde se passa, é nas favelas e nas regiões mais remotas do município que ainda temos as cadeiras nas calçadas, os botecos, o uso das cadernetas para venda fiada, muitas pessoas transitando e crianças brincando nas ruas.

Buscaremos, então, compreender os motivadores dessa apropriação diferenciada das ruas em dois bairros²² de Belo Horizonte com perfis socioeconômicos distintos, e analisá-los desde a sua formação até os dias atuais, na perspectiva dos moradores.

²² Apesar da nomenclatura utilizada pela Prefeitura para se referir às favelas ser “aglomerados subnormais”, em alguns momentos neste trabalho adotamos o termo “bairro” também para a Vila Barragem Santa Lúcia por suas características se assemelharem a de um bairro, e para facilitar a sua menção.

2.2.2. Vila Barragem Santa Lúcia e o bairro Santa Lúcia: a relação entre vizinhos distantes

O bairro é considerado por Lynch (2011) como uma área relativamente grande que possui características em comum, e que pode ser reconhecido internamente quando uma pessoa caminha pelas ruas, ou é às vezes usado como referência externa. Onde quer que nos desloquemos dentro desse limite, estaremos em uma área reconhecível, e mais, quanto mais próximas e contrastantes são essas áreas, se intensifica a força temática de cada uma delas.

Para se produzir uma imagem reconhecível, é necessário certo número de indicadores de determinada área. Entre as características estão forma, textura, espaço, tipo de construção, usos, atividades, habitantes, topografia, entre outras (LYNCH, 2011). Mas as conotações sociais são de extrema relevância por também caracterizarem os bairros.

Quando há construção da sociabilidade cotidianamente por meio de atividades que permitam a proximidade entre os indivíduos, o bairro deixa de ser somente um limite territorial para controle administrativo dos serviços públicos para ser, também, um lugar onde se cria identidade e laços afetivos. Ou, o contrário, quando não há convívio e interesse entre os moradores, o bairro se torna um lugar indiferente para quem nele vive.

A região Centro-Sul de Belo Horizonte é formada por 49 bairros divididos em cinco territórios de gestão compartilhada²³. Como vimos no capítulo anterior, é a região que mais atrai moradores por sua relevância e representatividade no município. Como consequência, é também a regional com maiores disparidades econômicas e sociais, com favelas que fazem limite com bairros de alto padrão. Alguns desses limites são sólidos e bem definidos, mas outros são fronteiras invisíveis, e é necessário sensibilidade para percebê-las. Ao mesmo passo, alguns bairros têm sua identidade reforçada por suas características físicas e infraestrutura e, mais ainda, pela forma como se dão as relações dos seus moradores. Quando o espaço é fragmentado em função da segregação, as relações tendem a ser igualmente fragmentadas, fato que pode ser observado em nossa área de estudo: o Bairro Santa Lúcia e a Vila Barragem Santa Lúcia, no Morro do Papagaio.

O Morro do Papagaio (Figura 10) começou a se formar na década de 1950 juntamente com o desenvolvimento urbano-industrial da região e auge do processo de favelização em BH, aliado à abertura de estradas que ligavam a capital do interior do estado. De acordo com Gomes (2011), suas primeiras habitações remontam à

²³ A Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Compartilhada foi criada em 2011, e é o órgão responsável por desenvolver, aperfeiçoar e integrar os espaços de diálogo, com o objetivo de fortalecer o envolvimento da população na gestão da cidade.

fundação de BH, e por isso as histórias se confundem. Atualmente, com 15.672²⁴ pessoas (IBGE, 2010) de baixa renda em sua maioria, rodeadas por bairros de alto padrão, o Morro é formado pelas Vilas Barragem Santa Lúcia, Estrela e Santa Rita de Cássia.

Figura 10 – Vista parcial do Morro do Papagaio, lado que contempla a Vila Barragem Santa Lúcia.



Fonte: Flávia Xavier (2016).

A Vila Barragem Santa Lúcia iniciou sua formação onde se localizava a Fazenda Cercadinho, propriedade de aproximadamente 200 alqueires, e o Córrego Leitão, que foi represado dando origem à atual Barragem Santa Lúcia (GOMES, 2011).

Já o Bairro Santa Lúcia (Figura 11) formou-se a partir de uma área denominada Coração de Jesus, que originou alguns bairros de Belo Horizonte a partir de 1950. O primeiro foi o Vila Paris e, mais tarde, em 1960, foi criado o Bairro Luxemburgo. Apesar dos primeiros loteamentos do Santa Lúcia terem sido aprovados em 1928, sua ocupação se intensificou somente com a chegada de linhas de bonde e a abertura da Avenida Prudente de Moraes, levando ao surgimento do Bairro em 1970²⁵.

²⁴ Resultado do Censo Demográfico 2010 disponível também no site da Prefeitura de Belo Horizonte: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=54009&chPic=54009&viewbusca=s>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

²⁵ Sobre o bairro Santa Lúcia: <http://www.pbh.gov.br/historia_bairros/CentroSulCompleto.pdf>. Acesso em 1º fev. 2017.

Figura 11 – Vista parcial do Bairro Santa Lúcia



Fonte: Flávia Xavier (2016).

Apesar de ambas as áreas terem surgido no mesmo período de desenvolvimento urbano-industrial de Belo Horizonte, muitas características as diferenciam, a começar pelo processo de formação.

Enquanto o Bairro Santa Lúcia se constituiu a partir de loteamentos regularizados desde 1928 e contou com infraestrutura que possibilitou a posterior ocupação, moradores antigos do Aglomerado Santa Lúcia (ou Morro do Papagaio) relatam que as casas eram construídas à noite, já que o local era vigiado pela Prefeitura no intuito de impedir qualquer invasão. Além disso, por ser uma área irregular, o governo não ofereceu o mínimo de infraestrutura à comunidade. Logo, era destituída de redes de esgoto e elétrica, assistência médica ou meios de locomoção²⁶.

É dessa forma que surge a maioria das favelas no país. Durante todo o processo histórico de urbanização, houve um descompasso entre o movimento da população e a ação do Estado no que se refere à provisão de moradias para a população carente. Somado a isso, a urbanização segregadora, o acesso restrito ao mercado imobiliário e as políticas sociais ineficazes fizeram com que a única alternativa fosse a organização popular como estratégia necessária para sobrevivência e acesso a terra.

²⁶ Sobre o Aglomerado em Santa Lúcia: <<http://www.favelaeissoai.com.br/comunidades/aglomerado-santa-lucia/>>. Acesso 1º fev. 2017.

Martins (2012) acredita que um dos legados da modernidade é a exacerbação do imaginário e da capacidade de fabulação, e, ao mesmo tempo, o encolhimento da imaginação e da capacidade social de racionalizar. Como as populações das favelas não se inserem plenamente nos modos de vida da modernidade é exatamente a capacidade criativa que lhes permitiu resistir às imposições.

A autogestão da construção se deu não somente de forma criativa e colaborativa, mas de forma solidária e comunicativa que contribuiu com o exercício direto da cidadania. Dessa forma, os primeiros moradores da Vila Barragem Santa Lúcia fundaram suas casas por meio de práticas coletivas, com familiares, amigos e vizinhos trabalhando em torno de objetivos comuns, sob os ideais de solidariedade. Ao se ajudarem, compartilhando recursos, ideias e resolvendo problemas dos mais corriqueiros, acabaram por potencializar a comunidade e reforçar os laços de sociabilidade.

E foi a partir desse cenário observado na Vila, em contraposição à imagem do Bairro Santa Lúcia, formado em consonância com o mercado imobiliário e apoiado pelo capital, que fomos instigados a compreender as características e o perfil dos habitantes dessa área.

A começar pela população residente (Tabela 3), de acordo com os dados da PBH, a Vila tem densidade demográfica quase oito vezes maior se comparada ao Bairro Santa Lúcia.

Tabela 3 – Densidade demográfica das áreas em estudo.

Bairro	População	Área (km²)	Densidade demográfica (hab/km²)
Santa Lúcia	6.883	1,820	3.781
Vila Barragem Santa Lúcia	7.999	0,272	29.414

Fonte: PBH (2010).

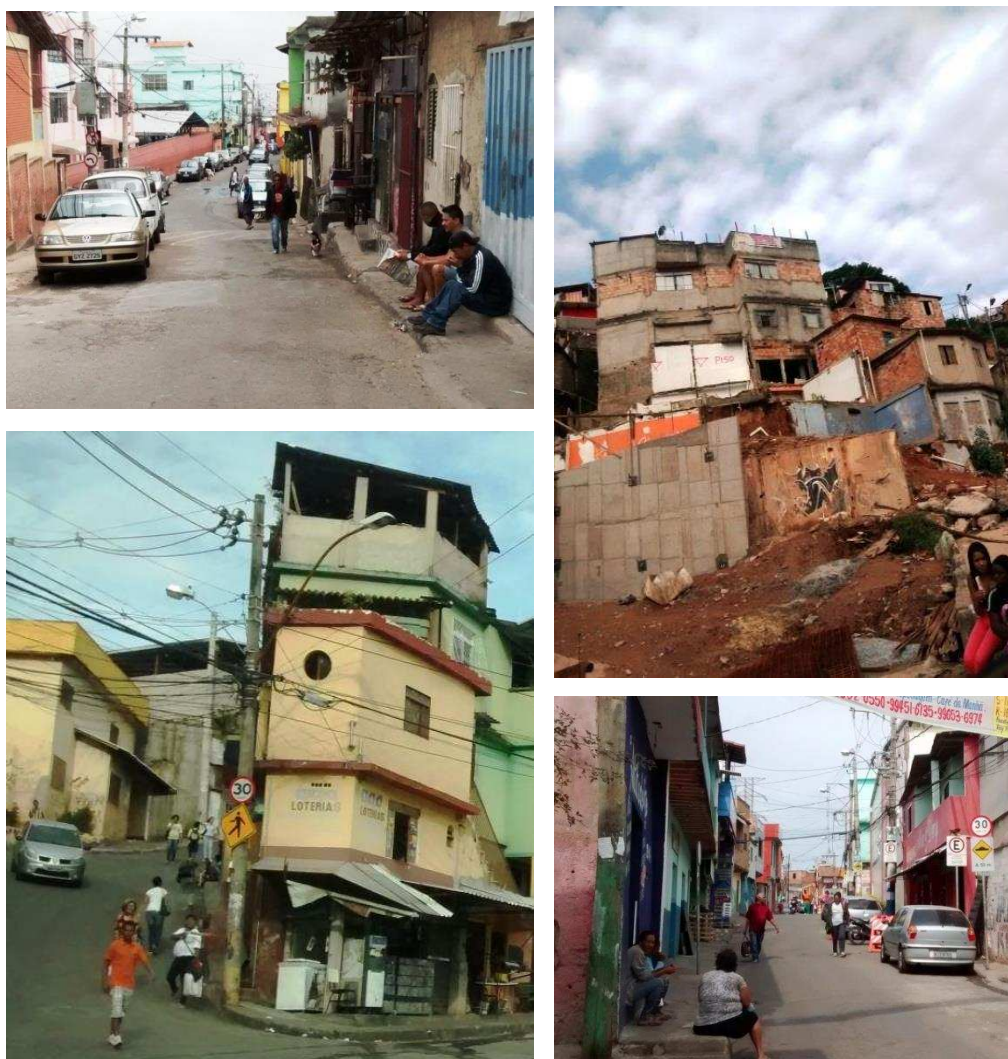
Este fato vai de encontro à teoria de Wirth (1976) que diz que a alta densidade demográfica influencia negativamente no caráter relacional do espaço urbano. Essa premissa é verdadeira se olharmos a cidade como um todo, no entanto, ao compararmos as densidades demográficas entre os bairros, vemos que onde o índice é maior, é também o local onde as relações no espaço urbano mais se manifestam.

Durante as idas a campo, tivemos a oportunidade de caminhar por entre os dois bairros, conversar com os moradores e constatar esse fato. A primeira observação feita se refere ao uso das ruas. Na Vila, mesmo que elas apresentem características de uma força quase opressiva – estreitas e desprovidas de calçadas, obrigando os pedestres a caminharem pela via – parece haver um prazer e um

sentimento de satisfação por parte dos seus usuários pelo simples fato de se estar na rua.

A Figura 12 a seguir mostra fotos tiradas nas ruas principais da Vila Barragem Santa Lúcia, onde há maior tráfego de carros e pessoas, e onde está localizada a maior parte do comércio do morro. Em alguns pontos, onde havia maior movimentação, nos foi recomendado a não registrar fotos²⁷, mas ainda assim podemos ver que nos locais onde há calçadas, as pessoas se apropriam dos espaços para conversar e observar a movimentação.

Figura 12 – Ruas principais da Vila Barragem Santa Lúcia



Fonte: Flávia Xavier (2016).

A rua é frequentemente o lugar da novidade, do inesperado. Refere-se ao lugar do outro, na categoria do estranho, mas também ao espaço em que mantemos

²⁷ Sob a alegação de segurança, a recomendação para não tirar fotos em determinados pontos da Vila foi feita pelos próprios moradores. Trata-se de um problema pontual, e em outras áreas nos foi permitido fazer registros normalmente.

relações sociais. Santos (1981) menciona a rua como lugar do espetáculo, o que justifica o seu fascínio, e, por isso, as calçadas, janelas e esquinas podem ser reconhecidas como local das plateias, onde se observa todos os acontecimentos. No intermédio está a sociação em que temos três opções ao defrontarmos com o outro: trocamos algo e reforçamos o contato; evitamos fazê-lo procurando neutralizá-los por meio da atitude *blasé* a que se referia Simmel (1976); ou entramos em conflito. Assim, troca, recusa e conflito estão sempre presentes em qualquer relação social.

As pessoas estão nas ruas do morro não somente de forma funcional, porque moram, compram, transitam ou trabalham, mas porque fazem isso de forma personalizada, pelo fato de que todos se conhecem.

Santos (1981) diz que a troca reiterada está na raiz da construção social da pessoa, e considera a diversidade fundamental, por ser graças a ela que um indivíduo vai se transformando, “vai adquirindo uma identidade tanto mais rica quanto mais variados os papéis através de cujo desempenho se expõe aos outros. Vai se configurando, enfim, como uma pessoa” (SANTOS, 1981, p. 85).

Da troca surge a intimidade e, desta, a confiança. Os contatos alimentam a rede de relações e somente pela dialética confiança/atos públicos que existem pessoas dispostas a exercer uma vigilância gratuita nas ruas. De acordo com Santos (1981), essa vigilância existe pelo sentimento de serem os “proprietários naturais”. O espaço que supervisionam pertence a todos e, por isso, o controle é um poder e um dever.

Esse interesse pela rua surge também pelas oportunidades de atividades e possibilidade de encontros, tornando-o um lugar atraente para todos, inclusive para as crianças. Quando elas têm de lidar com a heterogeneidade e a multiplicidade de pessoas, estar na rua se torna um lazer educativo.

Por mais que brincar nas ruas possa ser, para alguns, um risco à integridade física e moral – algo que atinge também os adultos, na Vila é comum utilizarem esse espaço (Figura 13). Além de ser atividade educativa e prazerosa, é das poucas áreas possíveis de serem utilizadas para atividades de lazer. Não há praças ou parques dentro da comunidade, e as casas não dispõem em sua maioria de quintais ou qualquer espaço para essa finalidade.

Figura 13 – Uso dos espaços públicos da Vila Barragem Santa Lúcia por crianças



Fonte: Júlio César Filho (2015); Flávia Xavier (2016).

Já no Bairro Santa Lúcia (Figura 14), apesar das praças, ruas e calçadas largas na maioria das vezes, a opressão vem das grades de ferro, casas muradas e dos altos edifícios. Faltam transeuntes e excedem-se os carros, os vigilantes e vazios urbanos.

Figura 14 – Ruas do Bairro Santa Lúcia



Fonte: Flávia Xavier (2016).

Nas avenidas principais do Bairro, constatamos que há maior movimentação. Não de moradores usufruindo dos espaços públicos, mas utilizando-os somente por suas funcionalidades: dando suporte à mobilidade urbana, facilitando o uso de serviços na cidade, e estabelecendo relações de conectividade entre um espaço privado e outro. A maioria das pessoas faz essa movimentação por meio de algum veículo, e quando a pé, estão somente de passagem.

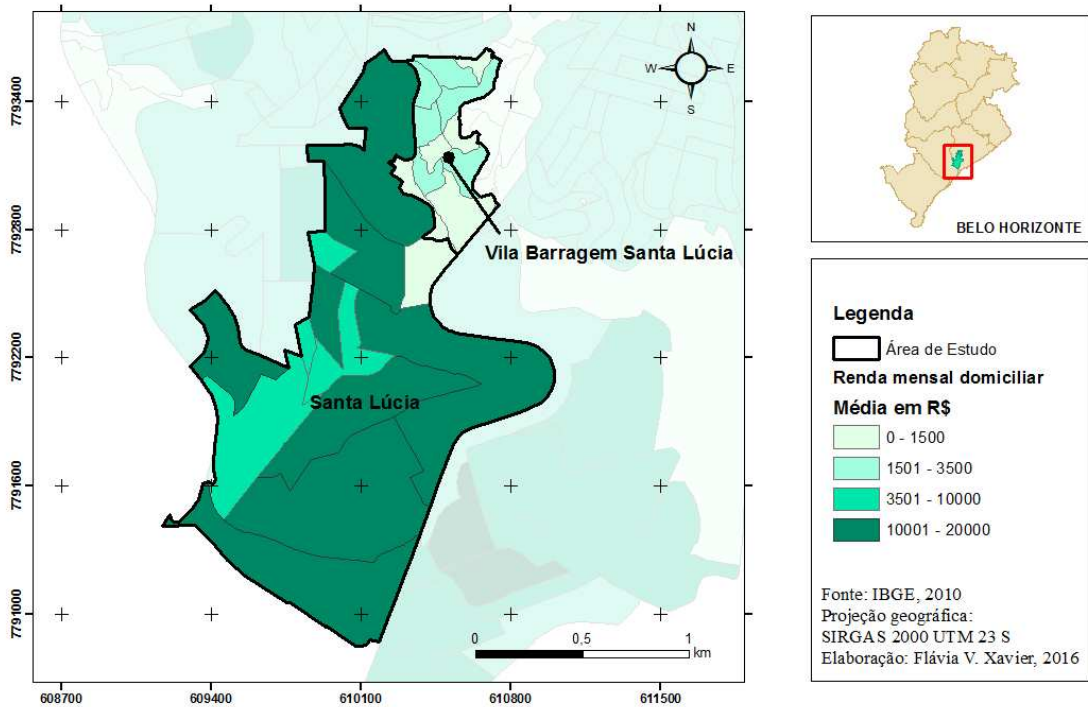
As fotos acima foram tiradas no interior do Bairro em dois momentos: durante semana e em um domingo, no entanto, quase não é possível observar diferença entre elas. Podemos ver que em nenhum dos casos há “vigilantes naturais” a que se referia Santos (1981) e que comumente ocorre na Vila, tampouco crianças brincando pelas ruas.

A produção da sociabilidade dessa classe negra, portanto, muitos elementos básicos que constituem a vida pública da modernidade, do qual já discutimos, e também é mencionado por Caldeira (1997):

[...] a primazia das ruas e sua abertura; a circulação livre de multidões e veículos; os encontros impessoais e anônimos entre pedestres; o lazer e os encontros públicos em ruas e praças; e, sobretudo, a presença de pessoas de diferentes origens sociais circulando e observando os que passam [...] ou usando os espaços que foram durante muito tempo desenhados especialmente para o entretenimento das massas (passeios públicos, parques, estádios, pavilhões de exposições). (Caldeira, 1997, p. 164).

Nesse momento, confirmamos o argumento de alguns autores sobre o confinamento da vida social e acreditamos que essa nova forma de urbanidade está fortemente relacionada ao poder de consumo dos moradores. Para tanto, consultamos a renda média dos domicílios registrada no último censo demográfico (IBGE, 2010), e a dividimos pelo número de domicílios existente em cada setor censitário da área de estudo, demarcando aquelas de maior contraste (Figura 15).

Figura 15 – Distribuição da renda média mensal domiciliar por setor



Fonte: IBGE (2010). Organização: Flávia Xavier (2016).

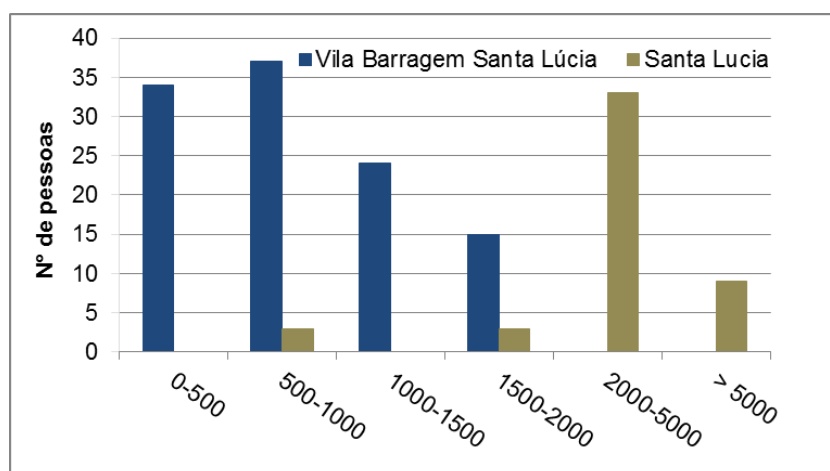
No mapa, observamos claramente a distinção. Enquanto o rendimento médio mensal domiciliar dos moradores da Vila Barragem é de até 3.500 reais por mês, no Bairro Santa Lúcia há uma parcela de domicílios com renda entre 3.500 e 20.000 reais, mas a maioria recebe entre 10 e 20 mil reais mensais. O setor censitário mais claro nesse Bairro corresponde a uma área ainda não construída, mas que está sendo, aos poucos, ocupada pelos moradores do Morro. Há que se considerar, também, que existem domicílios com rendas que fogem a essa margem, mas por se tratar de uma média, eles não são relevantes o suficiente para se tornarem representativos no mapa.

Para constatar aquilo que já nos era perceptível durante as idas a campo, entrevistamos alguns moradores da região dividindo-os em dois grupos: 25 pessoas da Vila Barragem Santa Lúcia e 25 do Bairro Santa Lúcia, independente do sexo, e acima de 18 anos. É bom lembrar que a pesquisa não deve generalizar a todos os moradores da área, embora essa porção represente bem o cenário empírico e responda à hipótese do estudo.

Dividimos a renda mensal domiciliar informada por eles (com referência no Apêndice I) pelo número de moradores das respectivas residências. Como podemos ver no gráfico abaixo (Figura 16), a maior parte das pessoas entrevistadas da Vila vive com renda mensal que varia de 500 a 1 mil reais cada, apesar de um número considerável de pessoas viver com até 500 reais. Já no Bairro Santa Lúcia, a maioria

dos integrantes da família vive o mesmo período com renda que varia de 2 a 5 mil reais.

Figura 16 – Renda individual mensal dos indivíduos das famílias dos entrevistados



Fonte: Dados de campo (2016).

Buscamos saber, então, quais são as atividades de lazer dos moradores durante o tempo livre, onde elas são realizadas e quais pessoas os acompanham. O lazer pode ser de conteúdo artístico, intelectual, físico, esportivo, social, manual ou turístico, e as características que o determinam são: ser realizado fora do trabalho e em tempo disponível, apresentar caráter lúdico e desinteressado, não é sinônimo de ócio e seu principal objetivo é a satisfação pessoal (MARCELLINO, 2012). É importante considerá-lo por promover frequentemente o encontro entre os indivíduos, caracterizando-se como atividade fundamental na construção das sociabilidades. As tabelas a seguir mostram as respostas dadas e a frequência com que foram mencionadas pelos entrevistados.

Tabela 4 – Atividades de lazer praticadas pelos entrevistados.

Atividade de lazer	Santa Lúcia		Vila Barragem Santa Lúcia	
	Frequência	%	Frequência	%
viagens	9	21	0	0
cinema	8	19	1	3
caminhada	7	16	2	6
passeio no Parque Barragem	4	9	10	31
bares e/ou restaurantes	3	7	0	0
shopping	3	7	3	9
sítio	3	7	0	0
clube	2	5	0	0
teatro	2	5	0	0
lazer em casa	2	5	4	13
não tem lazer	0	0	1	3
passeio com filhos	0	0	5	16
futebol	0	0	2	6
conversar na rua	0	0	3	9
bicicleta	0	0	1	3
Total	43	100	32	100

Fonte: Dados de campo (2016).

A observação da frequência de respostas dadas pelos moradores do Santa Lúcia nos conduz a refletir como o lazer dessas famílias está atrelado ao consumo cultural e a práticas esportivas. 21% dos entrevistados têm como lazer viagens nacionais e internacionais, 19% costuma ir ao cinema nos finais de semana, e 16% realiza atividade física como forma de lazer. Com menor expressão, aparece o uso do Parque Jornalista Eduardo Couri, conhecido como Parque da Barragem (Figura 17), com 9%, seguido de bares e restaurantes, *shoppings centers*, sítio particular, clube, teatro ou o lazer se dá dentro de casa. Com exceção das caminhadas, que devem ocorrer ao ar livre, e do Parque da Barragem, todas as outras atividades ocorrem em locais fechados ou em outras cidades, o que não contribui para o desenvolvimento da sociabilidade local. Aquelas formas de entretenimento produzidas entre a vizinhança, que envolvem afetividade e sociabilidade, aparecem com menor frequência se comparado à Vila, e não constituem o padrão dominante de lazer entre esses moradores.

Figura 17 – Parque Jornalista Eduardo Couri (Parque da Barragem). No canto Superior direito está a Vila Barragem, no canto inferior direito, o início do bairro Santa Lúcia, à esquerda, Vila Paris e, ao fundo, o bairro Santo Antônio.



Fonte: José Gustavo Abreu Murta (2015).

Entre as atividades mencionadas pelos moradores da Vila, pudemos constatar a importância do Parque da Barragem para a população. Em meio aos entrevistados da área, 31% fizeram menção a ele. Passear com os filhos corresponde a 16% (e essa atividade ocorre no Parque) e estar em casa, 13%.

Como vimos, os moradores de ambos os bairros utilizam o Parque da Barragem para lazer, mas um entrevistado do Santa Lúcia chegou a nos dizer que o local é tão segregado que deveria se chamar “Parque da Barragem Social”. Outra entrevistada da Vila tem o mesmo pensamento ao dizer que as pessoas não se misturam:

De manhã é o horário que o pessoal mais rico frequenta aqui, e a gente às vezes gosta de dormir até mais tarde, e por isso a gente vem pro parque agora, mais no final do dia, aí cadê eles? Cê não vê um aqui! Eles acham que aqui fica perigoso, entendeu? O preconceito vem do rico com o pobre, e não o contrário. (Valéria²⁸, 37, dona de bazar, Vila Barragem Santa Lúcia).

Observando a frequência das atividades, é notório que há uma inversão nas práticas e consumos do lazer. As atividades que envolvem custos como viagens, idas a bares e restaurantes, clubes, teatros e ter acesso a um sítio, sequer foram mencionadas pelos moradores da Vila, enquanto jogar futebol, conversar na rua, andar de bicicleta e passear com os filhos, que não demandam recursos, ocorrem em

²⁸ Para atender à Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde, utilizamos pseudônimos para todos os entrevistados visando garantir a manutenção do sigilo de privacidade deles.

locais verdadeiramente públicos, e são comuns a esta comunidade, não são lazer para os entrevistados do Santa Lúcia.

Tabela 5 – Local onde são realizadas as atividades de lazer.

Local de lazer	Santa Lúcia		Vila Barragem Santa Lúcia	
	Frequência	%	Frequência	%
shopping	11	26	4	14
outras cidades	9	21	0	0
Parque da Barragem	6	14	19	66
bairro	3	7	2	7
sítio	3	7	0	0
bares e/ou restaurantes	3	7	0	0
praças públicas	2	5	0	0
clube	2	5	0	0
casa	2	5	4	14
teatro	2	5	0	0
Total	43	100	29	100

Fonte: Dados de campo (2016).

O resultado acima (Tabela 5) diz respeito ao local onde as atividades de lazer são realizadas. É interessante notar que para os moradores da Vila elas ocorrem em somente três locais: em casa, em shoppings centers ou em lugares públicos, majoritariamente (66%) no Parque da Barragem. Também é considerável o percentual de pessoas que utilizam os shoppings (14%) se pensarmos que a finalidade deste estabelecimento é suscitar o consumo. No entanto, temos visto em estudos (PADILHA, 2006; PINTAUDI, 1992) que esses espaços deixaram de ter somente essa finalidade para ser também área de entretenimento e de construção de identidades.

Ao perguntar os entrevistados sobre os acompanhantes dessas atividades, obtivemos as seguintes respostas (Tabela 6):

Tabela 6 – Resposta dos entrevistados quanto aos acompanhantes no lazer.

As pessoas que te acompanham no lazer são do seu bairro?	Santa Lúcia		Vila Barragem Santa Lúcia	
	Frequência	%	Frequência	%
sim	9	36	24	96
não	16	64	1	4
Total	25	100	25	100

Fonte: Dados de campo (2016).

A maioria das pessoas do Santa Lúcia passa o tempo livre com amigos e parentes de outros bairros, estabelecendo menor contato com a vizinhança local. Em contrapartida, 96% por moradores da Vila têm como companhia pessoas do próprio Morro. Isso nos leva a crer que o estigma do “ser favelado” como potencialmente

perigoso está diretamente relacionado ao isolamento dessa população, limitando-os a conviver com os seus semelhantes. Fernandes (2005), em seu discurso sobre as favelas e os limites ao direito à cidade, nos fala sobre a relação distante entre esses estratos da sociedade. Para o autor, diversas ações causam ou reforçam a destruição da urbanidade, e cerceiam determinados atores sociais de participar da vida urbana plenamente, como é o caso dos moradores da favela.

Até que ponto a condição de insegurança lhes é um obstáculo ao direito à cidade? Até que ponto o estigma que lhes recai – como moradores de espaços historicamente associados à violência – os impede de se apropriar dos espaços da cidade e das oportunidades que a cidade cria em termos de mercado de trabalho, acesso à educação e à cultura? (FERNANDES, 2005, p. 40)

Por esse motivo, buscamos compreender até que ponto o estigma influencia nas relações sociais por meio da percepção que os moradores de ambos os bairros têm em relação ao outro, ou seja, da Vila em relação ao Santa Lúcia e vice-versa. Num primeiro momento, foi pedido que identificassem os pontos positivos e negativos de cada área (Tabelas 7 e 8).

Tabela 7 – Percepção em relação ao outro bairro quanto aos pontos positivos.

O que mais agrada no outro bairro	Santa Lúcia		Vila Barragem Santa Lúcia	
	Frequência	%	Frequência	%
nada	13	52	2	8
não conhece	4	16	3	12
convívio entre os moradores	4	16	0	0
infraestrutura	3	12	7	28
vista do morro	1	4	0	0
tem pessoas boas	0	0	2	8
oferta de emprego	0	0	5	20
tranquilidade	0	0	3	12
tudo	0	0	2	8
é "chique"	0	0	1	4
Total	25	100	25	100

Fonte: Dados de campo (2016).

Tabela 8 – Percepção em relação ao outro bairro quanto aos pontos negativos.

O que menos agrada no outro bairro	Santa Lúcia		Vila Barragem Santa Lúcia	
	Frequência	%	Frequência	%
insegurança/violência	12	48	0	0
drogas	6	24	0	0
nada	5	20	14	56
lixo	1	4	0	0
não se relacionam	1	4	3	12
preconceito/discriminação	0	0	5	20
não conhece	0	0	3	12
Total	25	100	25	100

Fonte: Dados de campo (2016).

Destacamos que 52% dos entrevistados do Bairro Santa Lúcia não vê nada de positivo no morro. Outra parcela (16%) não soube opinar por não conhecer, e 16% gosta da maneira que a população se relaciona. Em relação aos pontos negativos, em primeiro lugar estão insegurança e violência (48%), seguidas das drogas (24%).

Entre os entrevistados da Vila, 28% gostam da infraestrutura do outro bairro por também usufruir dela, e 20% consideram a oferta de emprego um ponto muito favorável. Para muitas pessoas, a única forma de acessar e ter contato com moradores do Bairro Santa Lúcia é por meio do trabalho, numa relação empregado/empregador.

Enquanto a maioria das pessoas do Santa Lúcia não vê nada positivo na Vila, 56% dos entrevistados dessa comunidade não vê nada de negativo naquele bairro, mas 20% menciona que há preconceito e discriminação dos moradores em relação à eles. O restante não conhece ou não se relaciona.

Eu ando pelo Santa Lúcia, convivo com todo mundo, relação de patrão e empregada. Agora, eu acho que em relação às outras pessoas, por causa da segurança, eles veem diferença das pessoas que moram no meu bairro, na comunidade. Porque eu trabalho lá e eu vejo a diferença que eles trata, entendeu? Eles têm medo, não trocam muita ideia, não têm aquela confiança, sabe? Acham que todo mundo que mora aqui é malandro, pessoa de família ruim. Em relação do meu bairro, eu não tenho conflito não e nem com meus vizinhos também, mas eu acho que, por exemplo, São Bento, Sion, Belvedere, Santa Lúcia, Lourdes tem um pouco de diferença sim, eles veem isso aqui um pouco diferente (Lúcia, 39, diarista, Vila Barragem Santa Lúcia).

Ali o pessoal é mais graduado, cê sabe que a convivência deles é mais diferente da gente, né? O entrosamento deles fica mais difícil, não é tanto por causa deles, mas hoje em dia cê não tem como confiar em todo mundo né? O pessoal pensa que todo mundo é vagabundo, mas não é. Não tem 1% de vagabundo aqui, a maioria é trabalhador. Tem muita gente boa e trabalhadora aqui! (Sérgio, 36, pedreiro, Vila Barragem Santa Lúcia).

A discriminação aqui é bruta! Uns podem usar e outros não, são poucos que têm direito. Querem proibir a gente até de trabalhar, de

lavar os carros na praça. Ponto positivo não tem nenhum, eles não misturam com a gente não. Eles discriminam muito o povo da comunidade, acham que todo mundo aqui da comunidade é bandido. (Moacir, 45, operador de máquinas, Vila Barragem Santa Lúcia).

Uma moradora fez menção ao Vila Viva, programa da Prefeitura que prevê a construção de conjuntos habitacionais em Belo Horizonte (Figura 18) para abrigar a população removida das favelas sob pretextos de melhoria.

Eles [Prefeitura] enfiou o pessoal dentro do São Bento [Figura 18], é onde assim, vamos se dizer, é um bairro de luxo, então depois que eles colocou o pessoal lá, cé não tem noção da quantidade de gente que pôs a casa à venda antes de esperar o convívio, entendeu? Eu fiquei boba quando eu ouvi, porque assim, nós aqui dentro assiste muito Balanço Geral, sinceramente, eu acho que a popularidade maior dele é de favela, e no dia que eu vi o repórter falando que o São Bento já foi um dos lugares mais luxuosos de Belo Horizonte, e hoje não mais, todo mundo entendeu o recado, entendeu? Hoje não mais por quê? O pessoal que saiu, que foi indenizado, foi pra lá. Querendo ou não eles teriam que ir ou pegar indenização, e indenização que eles dão é uma mixaria. Cé não consegue comprar outra casa com o dinheiro que eles dão, então a opção é pegar (Valéria, 37, dona de bazar, Vila Barragem Santa Lúcia).

O valor da indenização não leva em conta o valor dos lotes em função da ocupação irregular e falta de título de propriedade dos imóveis. Assim, as indenizações ficam aquém do valor real da habitação, obrigando a migração para a nova área, o que aumenta o custo de vida consideravelmente. Além disso, para se manter nas edificações do programa Vila Viva, é necessário que o morador pague taxas para manutenção do condomínio, e ainda passa a responder pelas contas que antes eram economizadas por meio da ilegalidade, como conexões clandestinas nas redes de fornecimento de energia e água. Embora esses programas sejam vendidos como proposta de melhoria urbana, surge daí a incoerência que o processo de urbanização das vilas e favelas conduz: a expulsão dos pobres devido à incapacidade de arcar com as novas despesas (CANETTIERI et al., 2013).

Figura 18 – Prédios do programa Vila Viva que abrigam moradores removidos do Morro do Papagaio



Fonte: Flávia Xavier (2016)

Perguntamos a todos os entrevistados qual o tipo de relacionamento estabelecem com os conhecidos do outro bairro. Foram 21 entrevistados que não se relacionam de nenhuma forma com os moradores do bairro vizinho, e 29 convivem no dia a dia pelos seguintes motivos:

Tabela 9 – Motivações de contato entre moradores dos bairros.

Tipo de relação	Frequência	%
trabalho	25	86
amizade	3	10
trabalho e amizade	1	3
Total	29	100

Fonte: Dados de campo (2016).

Como podemos ver, 86% tem contato com residentes do bairro vizinho somente por meio do trabalho. Uma moradora da Vila chegou a dizer que o Bairro Santa Lúcia é muito bom, mas somente para conseguir emprego, e fica sem trabalho só quem quer. Já outra senhora entrevistada, residente do Bairro Santa Lúcia, acredita que “tratar” bem a empregada doméstica é uma forma de estabelecer boas relações de trabalho, e deixa transparecer o preconceito por detrás do estigma do favelado:

Meu marido fez uma reflexão sobre isso. Quantas vezes que o emprego não tá aqui pra eles, onde eles não precisam pegar condução, onde eles são bem tratados, né? A minha serviçal é muito bem tratada, sabe? Tanto é que qualquer momento que eu chamo, ela na mesma hora ela se dispõe. Porque a gente tem carinho, a gente nunca desconfiou dela. Sabe quando a gente perde alguma coisa dentro de casa? Aí você pensa: “ué gente, mas ninguém veio aqui, a única pessoa diferente é fulano...” não é isso? Nunca! Ela nunca mexeu em nada, nunca pediu nada. Mesmo os nossos

empregados do prédio, nunca tivemos uma ocorrência, porque poderia né? Eles conhecem todo o movimento dos moradores, sabem que tem bicicleta solta, moto solta... (Célia, 60, aposentada, Santa Lúcia).

Outra moradora do mesmo bairro também menciona a boa relação que tem com a empregada doméstica e as pessoas da comunidade por serem “trabalhadoras”:

Nossa, a gente convive bem demais! A minha empregada até hoje é daqui, sabe? [...] Eles são pessoas ótimas, trabalhadoras. Tem gente ali muito boa! Agora, como tem de tudo. Eu acho que a droga, hoje, é que acabou com tudo. As famílias estão destruídas. (Amélia, 64, aposentada, Santa Lúcia).

Quando os entrevistados foram questionados se viveriam na favela (Tabela 10), 88% dos moradores do Santa Lúcia disseram não.

Tabela 10 – Desejo em morar no outro bairro.

Você moraria no outro bairro?	Santa Lúcia		Vila Barragem Santa Lúcia	
	Frequência	%	Frequência	%
não	22	88	10	40
sim	3	12	15	60
Total	25	100	25	100

Fonte: Dados de campo (2016).

Olha [risos], não sei, assim... Devido a minha situação, eu tenho condição de morar num local melhor, mas se tivesse que ser ali, nó, eu um acho que é um ponto excelente! Tanto que eles não saem dali. É uma luta pra eles poderem sair dali! É um privilégio, menina! Privilégio de tudo, posto de saúde ótimo, escolas, igreja, supermercados, serviço... O que tem gente aqui que emprega gente dali, não só como doméstica, mas como qualquer outro tipo de trabalho. Porque um vai indicando o outro. (Amélia, 64, aposentada, Santa Lúcia).

Observe que na fala da moradora Amélia, quando diz ser “uma luta” para saírem dali, revela hostilidade em relação àquela comunidade. Acredita ainda que saúde, trabalho, educação e lazer, direitos básicos dos cidadãos, são privilégios para os moradores da Vila Barragem.

Já a entrevistada Célia, também moradora do bairro Santa Lúcia, não viveria na Vila sob a justificativa da falta de liberdade dos seus moradores:

Eu penso na questão da liberdade. Aqueles moradores [da favela] não devem ter. Porque no momento de tráfico, eles sabem que existe muita briga entre gangues, então eu acho que eles não têm muita liberdade não. [...] Viajo muito e tal, gosto muito, vou pra Europa, pros Estados Unidos, mas amo o Brasil, sabe? Valorizo muito o país. A única questão é essa desigualdade que há e a falta de liberdade. (Célia, 60, aposentada, Santa Lúcia).

A partir do relato, pensemos nos enclaves fortificados que tanto menciona Caldeira (2003). São cada vez mais comuns medidas e tecnologias que promovem um novo padrão de segurança que impossibilitam o contato e impõem regras internas de inclusão e exclusão. Essa preocupação em monitorar tudo o que ocorre não se restringe às residências, mas estende-se para os espaços de lazer, trabalho, locais públicos e privados, e se acentua com a propagação da cultura do medo divulgada pelas mídias. Ousaríamos dizer, então, que há mais liberdade nas favelas, onde todos se conhecem e há um respeito de questão territorial, do que em qualquer outro bairro.

Quanto aos entrevistados do Morro, 60% disse que viveria no Bairro Santa Lúcia sob a justificativa de ser uma possibilidade de melhoria de vida, mas uma parcela considerável respondeu com veemência que não se mudariam para lá.

Nunca! A relação com os vizinhos dentro da comunidade é muito boa, mas infelizmente quando a gente vem pra cá [parque], eles acham que eles são diferentes da gente, só eles que podem usar aqui é nós não. Eles têm o direito de parar numa barraca daquela e tomar uma água de coco, mas se você sentar numa mesa daquela lá eles já te olham diferente, começam a levantar e andar pra lá. O dinheiro é igual, mas o povo é diferente. (Moacir, 45, operador de máquinas, Vila Barragem Santa Lúcia).

Ai eu gosto muito daqui, sinceramente. Aqui é muito bom! O lugar quem faz é a gente né. Se cê mora em bairro, é tudo parado, tudo longe, cê tem que andar longe pra ir numa praça, pra ir num restaurante. Aqui não, é tudo perto, o shopping é logo ali, é tudo pertinho. Em questão de limpeza, esgoto, essas coisas assim, o bairro [Santa Lúcia] é melhor, mas em questão de lazer aqui é muito melhor! (Lúcia, 39, diarista, Vila Barragem Santa Lúcia).

Aqui, Nossa Senhora, é muito bom. Moro aqui desde a infância. Você escolhe outro lugar pra morar e fica difícil ir trabalhar. A condução fica cara e aí como você faz? (Márcia, 29, diarista, Vila Barragem Santa Lúcia).

[...] Eu mesmo não saio daqui de jeito nenhum, aqui é um lugar bom pra se viver, você conhece todo mundo, entendeu? [...] Aqui todo mundo ajuda todo mundo, tem também aquela questão do individualismo, mas ele é quebrado rapidamente. Aqui é perto de tudo também. (Presidente da associação de moradores, Vila Barragem Santa Lúcia).

Ali é bairro de rico, não mudaria pra lá. O IPTU deve ser um absurdo! (José, 51, mestre de obras, Vila Barragem Santa Lúcia).

[risos] De jeito nenhum! Só pra trabalho mesmo, porque é o tipo de pessoa que não envolve com a gente, sabe? É o tipo de gente que te quer realmente só pra trabalho. Suponhamos, eu já trabalhei na casa de gente que é maravilhosa, mas aí cê pergunta por que eles não vêm na pista aí eles: “cê é louca?” Entendeu? Geralmente quando cê vê alguém caminhando aqui, eles têm medo! Medo de assalto. E nem é assim como eles falam não. (Valéria, 37, dona de bazar, Vila Barragem Santa Lúcia).

Além do desejo de permanecer na Vila pela boa convivência entre os moradores, infraestrutura e proximidade do trabalho, a ênfase é dada mais uma vez nas situações cotidianas que envolvem casos de discriminação e preconceito.

Portanto, percebemos como a sociabilidade caminha lado a lado com aspectos socioeconômicos e, por conseguinte, com a segregação socioespacial na produção do espaço urbano e na limitação da produção das relações sociais, induzindo estilos de vida, atitudes e percepções divergentes. Dessa forma se configura a sociabilidade segmentada a que se refere Sobarzo (2004): uma linha tênue entre a segmentação da vida pública e a reprodução do espaço público pela aceitação da diferença.

Com a recusa do “outro”, que lhes é estranho por suas origens e papéis que desempenham na sociedade, a consolidação da segmentação das práticas socioespaciais se torna inevitável, e acarreta em sociabilidades igualmente segmentadas na Vila e no Bairro Santa Lúcia. Buscaremos, então, compreender como se dá essa relação entre moradores do mesmo bairro, e como interfere na produção da sociabilidade nas ruas dessas duas áreas.

As mesmas pessoas que relataram as impressões acerca do bairro vizinho expuseram suas percepções sobre o bairro em que vivem. A primeira indagação foi quanto à convivência entre os moradores.

Ao perguntar aos entrevistados se convivem com pelo menos uma pessoa moradora do mesmo bairro (Tabela 11), apenas 28% dos entrevistados do Santa Lúcia disseram que sim, contra 88% da Vila Barragem Santa Lúcia. Dentre os motivadores do relacionamento, todos responderam a amizade que têm com os vizinhos.

Tabela 11 – Resposta dos entrevistados quanto ao contato com moradores do próprio bairro.

Você se relaciona com algum morador do seu bairro?	Santa Lúcia		Vila Barragem Santa Lúcia	
	Frequência	%	Frequência	%
sim	7	28	22	88
não	18	72	3	12
Total	25	100	25	100

Fonte: Dados de campo (2016).

Um entrevistado do Santa Lúcia faz parte dos 28%, mas mostra sua insatisfação ao mencionar a falta de contato entre seus vizinhos e revela que o distanciamento se dá não só entre pessoas de bairros distintos, mas ocorre também com o vizinho “de porta”:

Sou amigo de um vizinho e do resto é só formal. Sinto muita falta. No meu prédio eu faço questão de sempre tá buscando esse contato, porque eu não aceito esse mundo que você tem mil contatos na rede social e não fala com seu vizinho de porta. Isso eu não aceito, acho totalmente fora do normal (Júlio, 46, aposentado, Santa Lúcia).

A entrevistada Roberta, do Bairro Santa Lúcia, compartilha do mesmo sentimento, e se incomoda com a indiferença das pessoas em relação umas às outras:

Tá muito difícil conviver, nem com vizinho de porta a gente tá se relacionando mais. [...] Você vê as questões da civilidade em pequenas atitudes. Se você der uma volta na lagoa, você vai ver que as pessoas quase não desviam umas das outras, como se você não fosse visível. Você é invisível, então ele vem, e você tem que desviar dele. Porque o certo seria, se eu tô me desviando, o outro também tem que ter essa preocupação, e raramente você vê alguém desviar de você, nas ruas ou qualquer lugar. Isso é horrível!

Quando perguntada sobre a relação com os moradores vizinhos, respondeu:

A relação aqui é de dominação e de exploração. Nós não temos o compromisso social. Que que adianta eu ter quatro Mercedes na garagem, conhecer o planeta em viagens internacionais e eu não tenho o compromisso social? Que que adianta? Uma hora eu vou ser pega, né? Algum bandido vai me pegar, que eu mesma fabriquei. [...] Olha Flávia, eu te desejo boa sorte na sua profissão, tá? Tem futuro, mas eu digo que precisa de voltar a Sociologia e a Filosofia nas escolas né, Flávia? Se não houver isso, pode desistir, porque não há caminho [emocionada]. [...] Não dá pra acreditar num projeto individualista. Mas eu digo pro meu ex-marido assim: nós somos responsáveis, sabe por quê? Nós delegamos o poder a quem era pior do que nós. Né? Então é complicado. Mas o Brecht já falou, quer conhecer um homem, dê a ele poder. Bertolt Brecht. Nós não vamos ter educação, Flávia, os ricos não vão deixar. Mas vamos ver se essa sua geração, né, se vocês conseguem chegar no poder, se empoderar, sem corromper e sem ser corrompido. (Roberta, 35, Santa Lúcia).

O desabafo da entrevistada, carregado de emoção, mostra que somos, na maioria das vezes, os próprios culpados pela situação em que se encontra a sociedade, e que o único caminho é se comprometer com o social e deixar de ser individualista, pensando em projetos que favoreçam a todos.

Quando os entrevistados foram questionados se utilizam as ruas do bairro para exercer alguma atividade, que não fosse somente transitar, 32% dos moradores do Bairro Santa Lúcia a utilizam para passear com o cachorro ou para a prática de atividade física. Na Vila, esse percentual é maior: 68% as usufruem para bater papo com os vizinhos ou passear com os filhos. A distribuição dessas atividades pode ser observada na Tabela 12:

Tabela 12 – Finalidade de uso das ruas do Bairro Santa Lúcia e da Vila Barragem Santa Lúcia.

Tipo de atividade na rua	Santa Lúcia		Vila Barragem Santa Lúcia	
	Frequência	%	Frequência	%
caminhada	5	63	0	0
passeio com cachorro	3	38	0	0
conversa com vizinhos	0	0	16	94
passeio com filhos	0	0	1	6
Total	8	100	17	100

Fonte: Dados de campo (2016).

Visivelmente, as práticas dos moradores do Santa Lúcia não têm caráter afetivo ou intencionalidade em estabelecer boa convivência. O uso que é feito das ruas são para atender demandas cotidianas como a manutenção da saúde pela prática esportiva ou para suprir as necessidades de um animal doméstico. De acordo com o relato de um morador, essa última atividade é a única forma que tem de estabelecer um contato mais próximo com seus vizinhos. Quando outros habitantes do Bairro também possuem um animal, há o interesse mútuo em compartilhar experiências, e isso ocorre também quando pais saem para passear com seus filhos.

O uso do automóvel é outro fator que dificulta o exercício da sociabilidade como já ressaltou D’Incao (1992). Entre os moradores entrevistados do Santa Lúcia (Tabela 13), 63% utilizam o carro para se locomover e 10% usufruem do transporte coletivo público, cenário que acaba dissolvendo a relação de portão, da rua e da vizinhança.

O percentual de pessoas que andam a pé é considerável, mas não se compararmos à Vila, onde a maioria se locomove desta forma (39%).

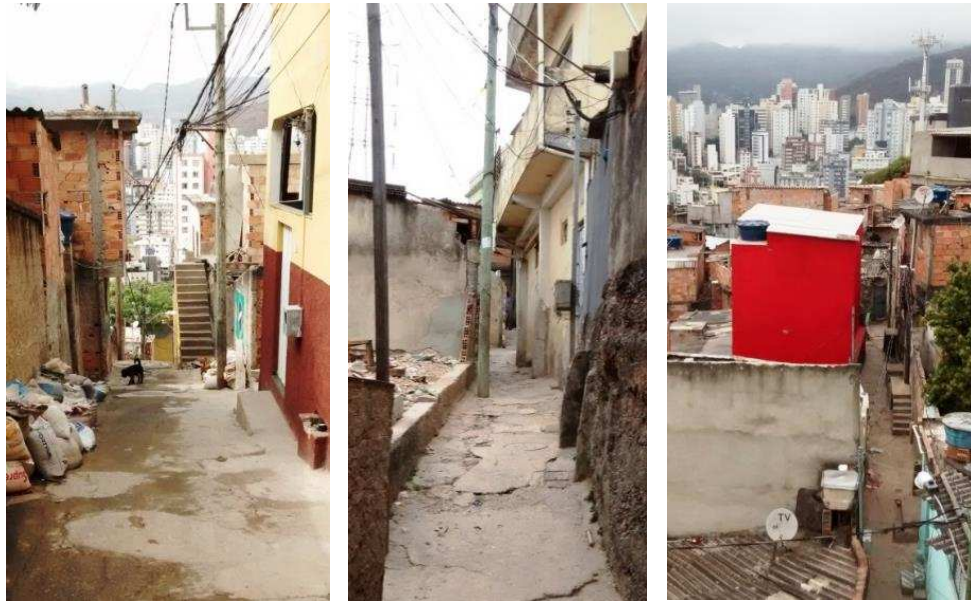
Tabela 13 – Tipos de transporte utilizados para locomoção.

Tipo de transporte utilizado	Santa Lúcia		Vila Barragem Santa Lúcia	
	Frequência	%	Frequência	%
carro	19	63	4	12
a pé	8	27	13	39
ônibus	3	10	10	30
bicicleta	0	0	1	3
moto	0	0	5	15
Total	30	100	33	100

Fonte: Dados de campo (2016).

Há que se considerar que também é expressivo o número de pessoas do Morro que se locomove de carro e ônibus (somados, 42%). No entanto, como a forma principal de se locomover na Vila é caminhando pelos becos e vielas (Figura 19), são poucas as vias onde é possível circular um automóvel, o que faz com que as pessoas estejam em constante contato até chegar às bordas, onde acessam os veículos.

Figura 19 – Becos da Vila Barragem Santa Lúcia



Fonte: Flávia Xavier (2016).

Há muitos pretextos para não se utilizar as ruas, de acordo com os moradores do Bairro Santa Lúcia. Quando lhes foi perguntado se no Bairro elas são boas para andar a pé, 56% disseram que não, e entre os motivos está, em primeiro lugar, o medo e a insegurança em frequentar este local público, juntamente com o relevo. Vários entrevistados mencionaram a declividade como um ponto negativo, seguido da falta de manutenção das calçadas.

Entre os moradores da Vila, este número foi menor: 40% das pessoas acham que as ruas do morro não são boas para andar a pé. A principal justificativa é a ausência de calçadas, o que obriga os pedestres a estar nas vias, e o segundo motivo é a largura dessas vias e dos becos. Somente uma pessoa mencionou a declividade como um desmotivador do uso das ruas, e outra pessoa, a quantidade de escadas.

Quando questionamos quais os principais pontos negativos do bairro em que vivem (Tabela 14), a ausência de calçadas e a largura das ruas também foram os mais citados entre os moradores da Vila, perdendo somente para a circulação de drogas no morro e o acúmulo de lixo e entulho (Figura 20). No Bairro Santa Lúcia, a principal reclamação é quanto à violência e insegurança, assuntos que serão tratados com mais detalhe no capítulo 3, seguido do descuido com as calçadas.

Tabela 14 – Percepção em relação ao próprio bairro quanto aos pontos negativos.

O que menos gosta no seu bairro?	Santa Lúcia		Vila Barragem Santa Lúcia	
	Frequência	%	Frequência	%
insegurança/violência	11	31	3	8
calçadas (carência ou descuido)	5	14	6	15
nada	4	11	2	5
jardinagem (carência ou descuido)	3	9	1	3
escassez de estacionamento	3	9	0	0
iluminação	2	6	0	0
relevo íngreme	2	6	1	3
cachorros	2	6	0	0
trânsito	1	3	0	0
não conheço vizinhos	1	3	0	0
drogas	1	3	8	20
dificuldade de locomoção	0	0	2	5
ruas estreitas	0	0	6	15
lixo/entulho	0	0	8	20
carência de espaço de lazer	0	0	1	3
poluição sonora	0	0	1	3
tamanho dos imóveis	0	0	1	3
Total	35	100	40	100

Fonte: Dados de campo (2016).

O acúmulo de lixo e entulho na Vila Barragem Santa Lúcia se agravou com a entrada da Prefeitura no Morro para a construção de uma via que cortará o Morro do Papagaio ligando a Avenida Senhora do Carmo à Avenida Arthur Bernardes, no Parque da Barragem, motivo que levou a desapropriação e transferência de muitas famílias para os novos prédios do Vila Viva. Caminhando pela comunidade, o presidente da associação de moradores se indigna não só pela poluição, mas pelas consequências no ambiente para as crianças:

[...] Nós temos que resolver esse problema com a URBEL porque, se você tem um lote e qualquer um sujar o seu lote, a multa vai não é pra você? Então. Esse lote agora é da prefeitura, então tem que cuidar, ué! Pra piorar, tem os moradores que não respeita, tá vendo? [...] Sem falar o risco, né? Pra criança. Porque menino não tem lugar de brincar, né? E acha que isso aqui pra eles é um parque de diversão. Eles alegam que não tiram o entulho porque não tem como entrar caminhão aqui. Então por que quebraram as casas? (Presidente da associação de moradores, Vila Barragem Santa Lúcia).

Figura 20 – Casas são demolidas na Vila e entulhos se acumulam



Fonte: Flávia Xavier (2016).

Mesmo com todos os problemas, os moradores de ambos os bairros mencionaram vários pontos positivos (Tabela 15), e dentre eles o mais citado foi a infraestrutura da área. A localização centralizada, que foi outro ponto positivo lembrado, motivou alto investimento principalmente nos bairros do entorno do Morro do Papagaio, favorecendo também a essa comunidade.

Tabela 15 – Percepção em relação ao próprio bairro quanto aos pontos positivos.

O que mais gosta no seu bairro?	Santa Lúcia		Vila Barragem Santa Lúcia	
	Frequência	%	Frequência	%
infraestrutura	14	29	11	28
tranquilidade	8	16	2	5
localização	8	16	7	18
Parque da Barragem	6	12	7	18
boa vizinhança	5	10	7	18
arborização	3	6	0	0
vida noturna	3	6	0	0
facilidade de locomoção	1	2	1	3
relevo plano	1	2	0	0
proximidade com o trabalho	0	0	4	10
cuidado com os becos	0	0	1	3
Total	49	100	40	100

Fonte: Dados de campo (2016).

A boa vizinhança é mais uma vez lembrada, e no relato de dois moradores do Morro, notamos a facilidade em reunir amigos e também a solidariedade e a preocupação em se ter boas práticas para manutenção da convivência pacífica.

Tô doido pra fazer uma escada lá em casa, só que tem uma janela de um pessoal vizinho, que mora lá há muitos anos e não amola a gente pra nada, aí tem uma janela lá e eu quero passar uma escada lá, e eu tô tentando arrumar um jeito de deixar uma claridade pra eles, pra não prejudicar eles. Prejudicar os outros, tá doido? Vizinho tem que conviver um com o outro, cê não sabe o dia de amanhã não. Hoje cê tá bem e amanhã cê pode precisar do outro, e aí? Como cê faz? (Sérgio, 36, pedreiro, Vila Barragem Santa Lúcia).

Ah, a gente fica lá na rua lá, quando não tá trabalhando, fazendo um barulhinho à toa, batendo papo com os amigos, de vez em quando faz um churrasquinho... Quando acaba o serviço, ou final de semana, a gente junta uma galera lá, toma uma cervejinha junto, reúne todo mundo, cada um traz sua cerveja, uma carne, faz um churrasquinho na rua. Aí é bom! Aí reúne fácil! (Elizete, 54, desempregada, Vila Barragem Santa Lúcia).

O Parque da Barragem foi também muito mencionado pelos moradores, e durante todas as entrevistas e caminhadas pela área de estudo ele se mostrou um equipamento público essencial na vida daqueles que o utilizam como espaço para lazer e práticas esportivas.

Por fim, foi perguntado aos entrevistados se sairiam do bairro onde vivem caso tivessem oportunidade (Tabela 16). Foi interessante saber que 56% das pessoas do Santa Lúcia têm esse desejo, e que 56% das pessoas da comunidade não sairiam dali.

Tabela 16 – Desejo em se mudar do bairro.

Se tivesse a oportunidade, você sairia do bairro onde mora?	Santa Lúcia		Vila Barragem Santa Lúcia	
	Frequência	%	Frequência	%
sim	14	56	11	44
não	11	44	14	56
Total	25	100	25	100

Fonte: Dados de campo (2016).

Entre os moradores do Santa Lúcia que têm vontade de se mudar, a principal justificativa foi “viver em um bairro melhor”. O Bairro Sion foi aquele citado por todas essas pessoas. O segundo motivo foi a violência, e o terceiro, citado por uma única pessoa, foi a vontade de viver em um local onde os moradores convivam mais. Na Vila, o principal motivador é o incômodo com a circulação de drogas.

Nossas análises revelaram, portanto, que a apropriação das ruas está relacionada a aspectos primordialmente de ordem socioeconômica, por possibilitar a escolha do local de moradia e o uso que se faz dele. Somado a isso, as condições

impostas à comunidade da Vila – e por causa delas – os vínculos, a afetividade e a identificação com o lugar são tão mais comuns entre esses moradores se comparados àqueles entrevistados do Bairro Santa Lúcia. Compreendemos, então, que essas são potencialidades que reforçam as relações sociais entre as pessoas e estimulam ainda mais os laços de sociabilidade.

Em contrapartida, a recusa da rua e do contato com pessoas estranhas foram justificadas, por muitas das pessoas entrevistadas do Santa Lúcia, pelo medo e pela insegurança que sentem ao estar nesse local público, fato que nos chamou a atenção por ter consequências diretas nas relações entre os moradores do Bairro e, por isso, será melhor analisado no capítulo seguinte.

Vimos também que, apesar de o Parque da Barragem não ser nosso foco nesta pesquisa, ele exerce relevante função como equipamento urbano de lazer para os moradores da região, mas principalmente para as pessoas da comunidade. Como este local é frequentado por moradores tanto da Vila, quanto do Bairro Santa Lúcia, ele poderia ser o lugar do encontro e do exercício da sociabilidade entre pessoas diversas, no entanto, certificamos que nem sempre é o que acontece, e os moradores da nossa área de estudo tendem a se relacionar somente com aqueles que se assemelham, mesmo estando fora do seu bairro.

Para complementar nossas constatações, ao final da conversa com cada entrevistado, foi pedido que representassem, na forma de desenho, em uma folha A4, a percepção que têm do bairro onde vivem. Os resultados serão discutidos no tópico seguinte.

2.2.3. A percepção do lugar por meio dos mapas mentais

Para o aprofundado entendimento do lugar, é necessário mais que o reconhecimento da sua existência e das características que o compõe. É preciso compreendê-lo, também, a partir da sua gênese, ou seja, da perspectiva das próprias pessoas que o constituem.

Paralelamente, devemos considerar que os lugares são formados pela diversidade sociocultural, pela soma de diversos objetos que transmitem linguagens diferenciadas e se expressam de forma igualmente diferenciada no sistema de relações sociais.

Quando o indivíduo evoca mentalmente essa linguagem e constrói a sua representação por meio do entendimento que tem dela, ele produz o que conhecemos como mapa mental, um importante instrumento que facilita o entendimento da compreensão das práticas espaciais (KOZEL, 2008).

A linguagem aparece como uma semantização que os sujeitos fazem de seu espaço vivido ou uma modalidade privilegiada de representação. Essa linguagem é referendada por signos que são construções sociais. É nessa perspectiva que entendemos os mapas mentais: uma forma de linguagem que reflete o espaço vivido representado em todas as suas nuances, cujos signos são construções sociais (KOZEL, 2007, p. 115).

De acordo com Oliveira (1999), o mapa é uma forma de linguagem mais antiga até que a própria escrita. Quando os povos pré-históricos não eram capazes de registrar os acontecimentos com expressões escritas, o faziam com expressões gráficas como modo de comunicação. Representar os fenômenos estudados foi sempre uma necessidade, e o mapa mental se destaca pela sua eficácia, disponibilidade e flexibilidade de aplicação. Serve para representar parte ou um todo da realidade que ofereça um interesse especial, como a finalidade de visualizar objetos que ocupam um espaço na superfície terrestre. Ele está indissoluvelmente associado à atividade mental, e é também “uma exteriorização do pensamento humano.” (OLIVEIRA, 1999, p. 192)

De acordo com a autora, as funções do mapa são: representar a superfície terrestre, expressar o pensamento do mapeador e atuar socialmente como meio de comunicação. Já para Tuan (1975), os mapas mentais têm a função de nos preparar para comunicar efetivamente informações espaciais; possibilitar o ensaio do comportamento espacial na mente; auxiliam na memorização de eventos, pessoas e coisas, e ajudam na localização; facilitam a estruturação e armazenamento de conhecimento; e servem para ativar o imaginário por permitirem a retratação de lugares não acessíveis para as pessoas.

A concepção de Gould e White (1992) vai além quando dizem que a informação das pessoas sobre uma determinada área pode variar consideravelmente e a imagem mental acumulada dela pode refletir não somente na sua compreensão e percepção, mas pode dizer muito sobre as próprias pessoas e suas vidas.

O termo mapa mental nem sempre foi aquele utilizado. Mesmo Lynch (2011), um dos primeiros estudiosos a associar a percepção do ambiente ao comportamento humano por meio dos mapas mentais, não chegou a mencioná-lo, mas fez clara referência ao processo cognitivo dos indivíduos e construção da imagem mental pela interpretação dos espaços.

Para o autor, o indivíduo observador deve ter papel ativo na percepção e uma participação criativa do desenvolvimento de sua imagem. A imagem, por sua vez, é o resultado de um processo bilateral entre o observador e seu ambiente, em que este último sugere as especificidades, e aquele filtra e confere significado à luz dos seus próprios objetivos e interesses, possibilitando interpretações significativamente diferentes da realidade de um mesmo ambiente.

Tuan (1980) acredita que a imagem que cada indivíduo cria parte do fato de que as pessoas têm noções de mundo diferentes de acordo com a cultura na qual estão inseridas, mesmo sendo dotados de órgãos sensoriais comuns. Somado a isso, estão os aspectos subjetivos pessoais, que transcendem a cultura a partir da experiência de cada um. Assim, ao “elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”, Tuan (1980, p. 5) dá o nome de Topofilia, e se aprofunda no entendimento da percepção, das atitudes, dos valores e da visão de mundo como fundamentais para a compreensão de nós mesmos. Para o autor, quando não há a autocompreensão, não podemos esperar por soluções para os problemas ambientais, que são, na verdade, problemas humanos.

A percepção seria, então, a resposta dos sentidos aos estímulos externos, em que certos fenômenos são claramente registrados, e outros são bloqueados. Já a atitude é uma postura cultural, uma posição que se toma diante do mundo. Ela é a soma das experiências e percepções, e é mais estável que a primeira.

“As crianças percebem mas não têm atitudes bem formadas, além das que lhe são dadas pela biologia. As atitudes implicam experiência e uma certa firmeza de interesse e valor. As crianças vivem em um meio ambiente; elas têm apenas um mundo e não uma visão do mundo.” (TUAN, 1980, p. 4).

Por fim, a visão do mundo é a experiência conceitualizada, parcialmente pessoal, e em grande parte social, que se baseia em um sistema de crenças.

Qualquer objeto ou ambiente tem probabilidade alta ou baixa de evocar imagem forte entre os observadores, e ela é cada vez maior à medida que os observadores estão agrupados em classes cada vez mais homogêneas: “Cada indivíduo cria e assume sua própria imagem, mas parece existir um consenso consubstancial entre membros do mesmo grupo” (LYNCH, 2011, p. 8).

Para interpretar a percepção e a representação dos moradores da área de estudo sobre o lugar de vivência, é necessária uma reflexão sobre as imagens como sendo decorrentes da apreensão de significados e subjetividades do espaço a partir da diversidade dos sujeitos e das experiências que vivenciam nesse espaço (KOZEL, 2007). Oliveira (1999) diz que a percepção estará sempre ligada a um campo sensorial e é essencialmente egocêntrica por depender da posição do sujeito percebido em relação ao objeto percebido, e por isso ela é individual e incomunicável.

Mas, mesmo que cada indivíduo percebido tenha suas particularidades e transmita no mapa sua percepção conforme sua visão de mundo, o consenso que há entre membros do mesmo grupo mencionado por Lynch (2011) é verdadeiro pela relativa homogeneidade que apresenta cada bairro da nossa área de estudo, conforme veremos mais adiante.

Após entrevistar cada morador, demos início ao processo de confecção dos mapas mentais. A entrevista prévia foi importante por adicionar detalhes sobre sentimentos que as pessoas têm em relação à rua e ao bairro em que vivem, auxiliando a decodificação das mensagens. Foi entregue uma folha em branco e uma caneta esferográfica preta, e pedido que fizessem um mapa mental representando aquilo que viesse em mente ao pensar no lugar onde vivem, sem o estabelecimento de tempo máximo. Entre os 38 que aceitaram contribuir, selecionamos para análise aqueles que mais correspondiam às expectativas quanto ao seu resultado.

Em um primeiro momento, os mapas foram agrupados em duas categorias: moradores da Vila Barragem Santa Lúcia e moradores do Bairro Santa Lúcia. A etapa seguinte foi definir o procedimento de Kozel (2007, 2009) como metodologia para auxiliar a interpretação dos mapas que consideram os seguintes aspectos:

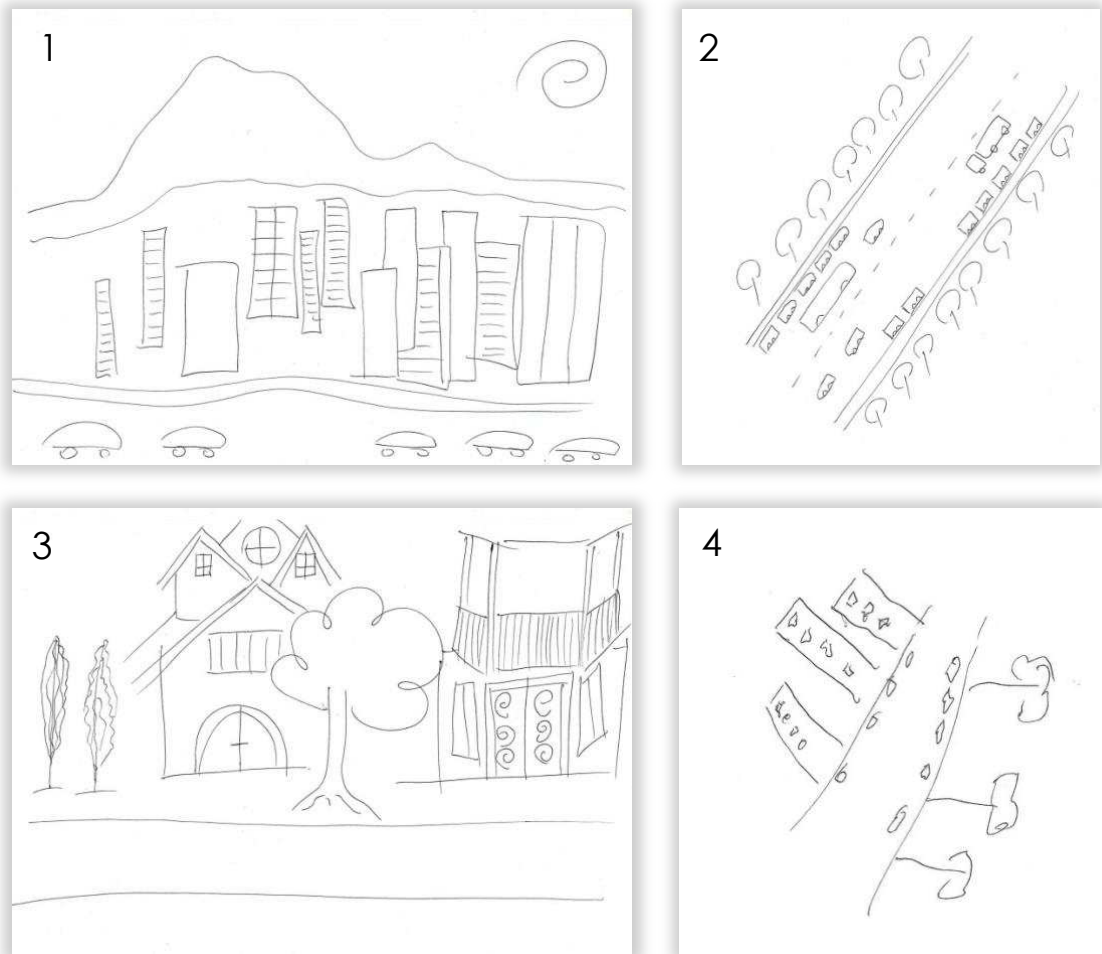
- Interpretação quanto à forma de representação dos elementos na imagem, como ícones diversos, letras, linhas, figuras geométricas etc.;
- Interpretação quanto à distribuição dos elementos na imagem: sentido, isolamento, dispersão etc.;
- Interpretação quanto à especificidade dos ícones: representação dos elementos da paisagem natural e construída, e dos elementos móveis e humanos;
- Apresentação de outros aspectos ou particularidades.

Essas particularidades devem ser apresentadas para complementar as análises, conforme sugere a metodologia. Delimitamos, então, aspectos que devem ser observados nos mapas de acordo com os objetivos pretendidos nesta pesquisa. São eles:

- 1) Uso das ruas;
- 2) Ações e intenções humanas;
- 3) Afetividade com o lugar;
- 4) Manifestações de sociabilidade

Para analisar os mapas, é necessário focar na intenção que se quer representar, e não observá-lo como simples desenhos (KOZEL, 2007). É importante também ressaltar que a interpretação tem a finalidade de revelar as intenções e ações das pessoas no cotidiano, num determinado espaço, por meio dos desenhos e dos relatos, e não prevê conclusões, mas complementar inquietações e hipóteses. Iniciemos, então, as análises dos mapas mentais desenhados pelos entrevistados.

Figura 21 – Mapas mentais 1, 2, 3 e 4. Bairro Santa Lúcia, 2016.



Fonte: Dados de campo (2016).

Na Figura 21 temos quatro mapas mentais desenhados por moradores do Bairro Santa Lúcia. O que há de comum em todos eles é a representação de elementos da paisagem natural e, principalmente, da paisagem construída.

O mapa 1, em perspectiva, coloca os elementos móveis na figura do automóvel em primeiro plano, seguido da aglomeração de altos prédios e dos morros ao fundo. Os mapas 2 e 4 dão a impressão de uma vista aérea do lugar. A ênfase está no traçado das ruas em linha reta e sentido diagonal, sem limitação, o que revela continuidade e movimento. Destacamos os automóveis e as vagas de estacionamento, o que mostra a importância dos moradores dada a esses ícones, ignorando outros meios de locomoção e elementos humanos. As árvores, em sequência e padronizadas, dão vida ao cenário construído.

A rua parece ser um ambiente físico bem específico, no entanto, como bem lembra Tuan (1980), ela varia enormemente seu caráter e uso. As horas do dia em que a usamos e a condição de vida que levamos também afetam nossa percepção sob a mesma.

A calçada é representada em alguns deles, mas como não há elementos humanos, não são consideradas importantes para a circulação, e sim para complementar esteticamente a paisagem construída. Há menor valorização das pessoas e suas ações pela ausência da sua representação em todos os mapas, retratando um bairro desumanizado.

O mapa 3 se diferencia dos demais pela representação de casas de formas variadas, com ícones que fazem referência às construções de alto padrão pela própria arquitetura e desenho de janelas, portões e telhado. Além das casas, a forma das árvores também diz respeito à identidade e autenticidade do morador na diferenciação dos demais. A esse respeito, Caldeira (2003) diz que embora a homogeneidade social seja valorizada, a homogeneidade dos projetos de construções não o são. Isso ocorre porque casas padronizadas são construídas para as camadas trabalhadoras, logo, existe um alto valor ligado à “personalidade” da casa e à individualização da aparência.

Assim como o mapa 3, em nenhum dos outros anteriores há representação de afetividade entre pessoas do Bairro ou delas com o lugar. Este é o cenário geral observado em campo, mas o Bairro não é retratado em todos os seus aspectos, como a infraestrutura e representatividade do comércio local, ou ícones que simbolizem a insegurança, aspecto mais mencionado quanto aos pontos negativos do Bairro.

Figura 22 – Mapas mentais 5, 6, 7, 8 e 9. Vila Barragem Santa Lúcia, 2016.



Fonte: Dados de campo (2016).

Os mapas mentais 5 a 9 (Figura 22) traduzem as percepções dos moradores da Vila Barragem Santa Lúcia. Ao contrário dos anteriores, todos eles têm em comum a representação de elementos humanos integrados à paisagem. A começar pelo mapa 5, retratado em perspectiva, mostra uma viela em sentido único, sem calçadas, que leva os transeuntes a caminharem pelas ruas. As pessoas se misturam ao cenário, acenando pelas janelas ou terraços das casas. São ações humanas que traduzem claramente relações de afetividade, por meio da vigilância da rua a que se referia Santos (1981), e sinais de sociabilidade. As janelas e portas, por sua vez, estão conectadas diretamente com o espaço público, possibilitando o contato direto entre os moradores pela ausência de muros e grades. A presença de ícones como o poste, situado na rua, as fiações e as construções inacabadas reproduzem fielmente o

cenário caótico das favelas. Não há presença de elementos da paisagem natural ou móveis, o que é comum nesse tipo de ambiente pela carência de espaço físico.

O mapa 6 tem como elemento central a forma do globo, que simboliza o mundo vivido pelo morador. Nele há ruas que vão em direção ao centro, complementadas pelos elementos da paisagem natural: flores e árvores. A representação humana é significativa e se dá de forma dispersa por todo o globo, mostrando também que há contentamento e afetividade com o lugar pelas expressões faciais desenhadas nas pessoas. Tuan (1980) diz que há uma escala em que a percepção humana alcança, e os objetos que percebemos são proporcionais ao tamanho do nosso corpo e à amplitude do nosso aparelho perceptivo. Logo, nem o que é muito pequeno, nem o que é muito grande, integram o nosso campo de visão. Porém, como já foi dito pelo próprio autor, o mapa mental serve para ativar o imaginário e possibilitar a retratação de lugares não acessíveis, como foi feito pelo autor deste mapa ao fazer do seu bairro próprio globo terrestre.

Em contraposição, o mapa 7 deixa claro a insatisfação com a higiene da Vila retratada no desenho dos lixos. Elementos da paisagem natural se misturam à paisagem construída, e denunciam como o acúmulo de resíduos é um atrativo de animais e insetos. A representação do homem mostra a realidade da vida em meio à insalubridade.

O mapa mental 8, também em perspectiva, mostra uma via contínua, dando ideia de movimentação. A simbolização do ônibus e da bicicleta no centro do desenho revela a importância dada a esses elementos como meios de locomoção. O bairro aqui é representado a partir de uma visão romântica pela forma que foram representados os elementos da paisagem natural e os usos da rua, como o sol “sorrindo”, a presença das nuvens, dos pássaros, o balanço na árvore e uma menina que anda feliz em sua bicicleta. Tuan (1980) diz que a apreciação romântica é privilégio e riqueza da cidade, e ela só é possível quando a sociedade alcança certo nível de desenvolvimento e complexidade, fazendo com que as pessoas comecem a observar a relativa simplicidade.

O desenho feito no mapa mental 9 faz jus ao nome Morro do Papagaio, por ser o local onde muito se brinca com pipas. Nele, o espaço construído está traduzido por quadrados, representando as casas do Morro, e pelos prédios do programa Vila Viva à direita. As ruas estão bem delineadas e demonstram a importância dada ao trajeto que possibilita a ida de um local a outro, e por serem nelas onde ocorrem os jogos e as brincadeiras.

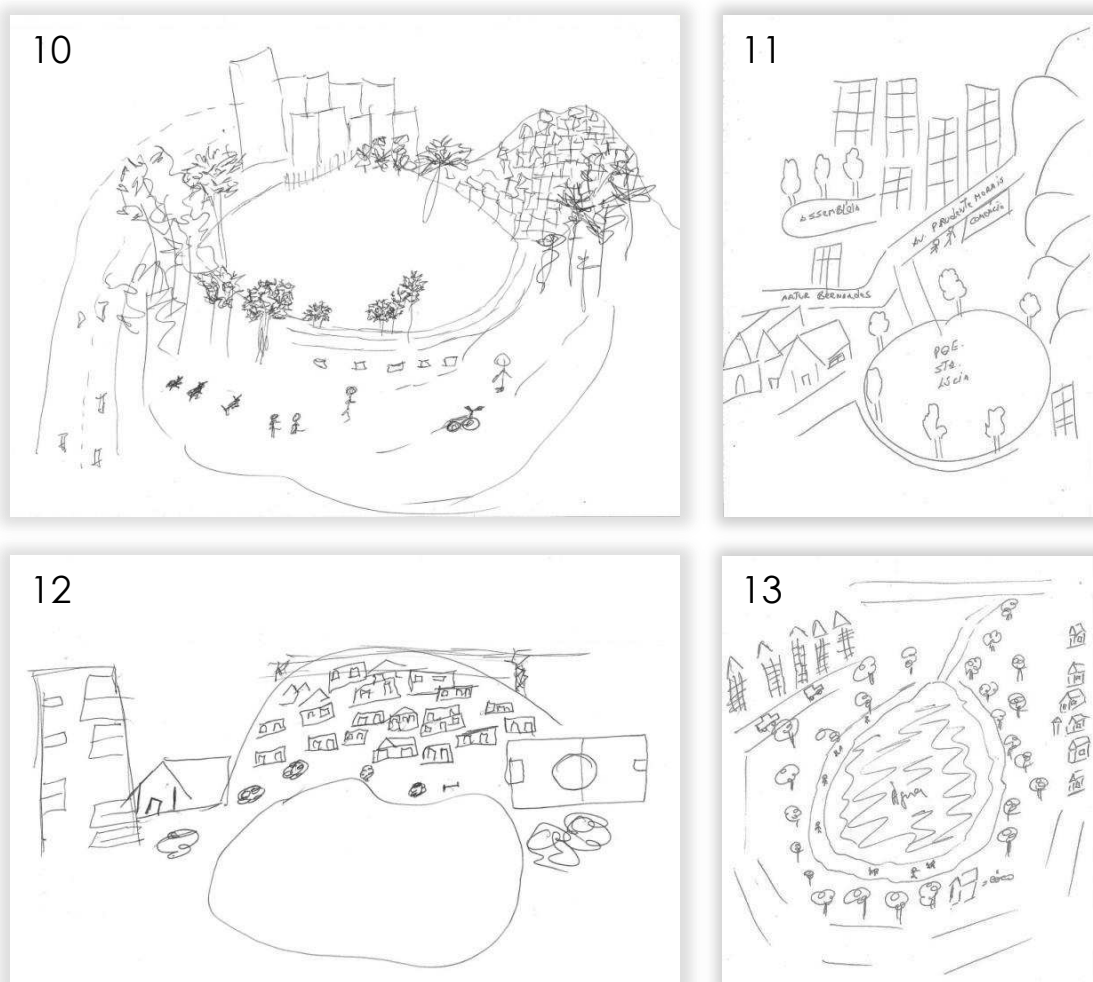
A relação entre o bairro e as pessoas é relativamente expressiva e mostra a identidade que se tem com o lugar e com os objetos que o compõem. De acordo com Lima e Kozel (2009), da mesma forma que se elege um lugar como símbolo que atribui

o sentimento de identidade às pessoas, se elege símbolos que atribuem valores para os lugares e para as pessoas. Daí o reconhecimento de se pertencer a determinados grupos, e representar elementos das relações sociais incorporados à construção do espaço conforme o valor atribuído por quem reproduziu o mapa.

É nesse âmbito que observamos a diferenciação entre as percepções dos moradores do Bairro Santa Lúcia e da Vila. Somado ao que nos foi dito durante as entrevistas, vimos como são divergentes os valores atribuídos aos lugares, às pessoas e, por conseguinte, às relações que se estabelecem nas ruas.

Outras pessoas tiveram a percepção do lugar onde vivem para além dos limites do bairro. Dentre todos aqueles que fizeram o mapa mental, 12 pessoas representaram o Parque da Barragem e, dentre essas, tiveram aquelas que o retrataram de forma integrada ao bairro vizinho (Figura 23).

Figura 23 – Mapas mentais 10, 11, 12 e 13. Vila Santa Lúcia e Bairro Santa Lúcia, 2016.



Fonte: Dados de campo (2016).

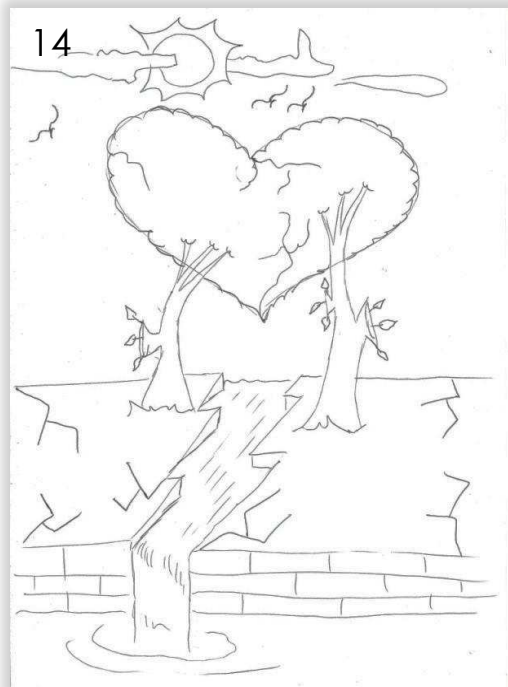
O que há de comum entre os mapas é a retratação da relação socioespacial entre a favela e o bairro como uma referência importante na construção da imagem

mental do lugar, e a representação de elementos da paisagem natural associados àqueles da paisagem construída. Os mapas mentais 10 e 13 se assemelham: têm a barragem como elemento central, circundado pela Avenida Arthur Bernardes à esquerda e por uma pista em que são representados elementos que dão ideia de movimentação por meio do lazer e atividades físicas, mas também de práticas de sociabilidade representadas pela proximidade dos indivíduos.

Os mapas 11 e 12 também dão ênfase à representação do Parque e sua conexão com a paisagem, mas não apresentam elementos móveis e tampouco humanos. O primeiro, por meio da escrita, destaca a “assembleia” e o “comércio” como ícones significativos à imagem do lugar para o observador, enquanto o segundo se difere pelo desenho de um campo de futebol, elemento pertencente ao Parque e muito utilizado pelos moradores da Vila.

No último mapa mental selecionado (Figura 24) não há desenho de ruas, pessoas, elementos móveis ou da paisagem construída, mas ele se difere dos demais pela representação de um elemento que se destaca como tema central do imaginário do entrevistado e envolve não somente afetividade com o próprio bairro, mas com o contexto em que vive e uma preocupação nas relações humanas.

Figura 24 – Mapa mental 14. Representado por morador da Vila Santa Lúcia, 2016.



Fonte: Dados de campo (2016).

O autor do mapa, em uma visão romântica, demonstra esperança nas relações entre os moradores da Vila, local onde vive, e do Bairro Santa Lúcia. Ambos estão

representados no desenho pelas árvores, mas se veem separados por um riacho. Nas palavras dele, *“a favela e o Bairro Santa Lúcia tão divididos pelo mar do preconceito, mas tem algo maior e mais forte que quer unir essas pessoas, que é o amor”*.

Concordamos com Tuan (1980), quando diz que a realidade nunca é conhecida por completo, não importa quantas sejam as perspectivas humanas, e entendemos então, que a percepção dos moradores dos bairros pode se diferir tanto mais à medida que os moradores estivessem dispostos a contribuir com a pesquisa.

No entanto, notamos certo padrão nos mapas aqui apresentados. Todos os meios de comunicação com a rua, como janelas abertas, ausência de portões e muros são representados como ponte entre a casa do observador e a vida no ambiente externo na Vila Santa Lúcia. Os usos da rua para caminhar, andar de bicicleta, brincar no balanço ou se locomover, também significam que a cultura e o meio ambiente da comunidade tornam sua percepção mais aguçada para as relações sociais, determinando atitudes que refletem no espaço humanizado das ruas do bairro.

Em contrapartida, poucos são os moradores do Santa Lúcia que ousaram incluir o domínio público como parte do seu espaço privado. A representação do lugar onde se vive mostra-se mais impessoal, e o espaço público pouco lhes pertence, especialmente no que diz respeito às práticas de sociabilidade e usos das ruas.

Apesar das percepções reproduzidas nos mapas mentais, a afirmativa de Gould e White (1992) é verdadeira quando dizem que nossa memória está longe de guardar toda a impressão sensitiva do ambiente. Nós selecionamos e retemos somente uma parte, e a visão que temos do mundo, das pessoas e lugares onde vivem são formadas por filtros de impressões, selecionando somente as informações que são retidas sobre o espaço. Por esse motivo, o filtro é crucial para o indivíduo poder aproveitar o ambiente, uma vez que o pré-julgamento limita a interação com o meio e entre as pessoas, tornando a sociabilidade segmentada. Os autores dizem ainda, que esse filtro de controle pode ser perigoso porque ele manipula fontes vitais da informação, podendo alterar a visão que temos sobre os ambientes e objetos.

Assim, as pessoas, através de seus filtros, têm persistentemente procurado um ambiente ideal, e o que se busca é a tentativa de combinar as virtudes da vida suburbana com a ideia de centro. De acordo com Tuan (1980), estamos sempre nos movendo de um lado a outro: do lar para a praça pública; do subúrbio para a cidade; dos feriados praianos para o deleite das artes sofisticadas, procurando constantemente um ponto de equilíbrio que não existe. Ao mesmo passo, estamos em contínua busca pelo novo, pelo desconhecido, mas não queremos perder a estabilidade e a segurança ao fazê-los. E é nesse âmbito, entre o medo e a insegurança, tendo nossos filtros manipulados cotidianamente, que produzimos nossas relações da maneira que se encontram.

REFLEXOS DO MEDO E DA INSEGURANÇA NA PRODUÇÃO DA SOCIABILIDADE URBANA

Nossas reflexões até aqui serviram como base para compreender a que ponto a sociedade chegou no âmbito das relações entre seus indivíduos. A consolidação de um espaço desigual e segregado, como a que ocorreu em BH, se refletiu em uma sociedade igualmente fragmentada. Como consequência, o não reconhecimento do outro e o fato dos indivíduos conceberem sua sociabilidade sem compartilhar o sentimento de pertencer ao mesmo lugar que o outro, levou-os a ter receio daquilo ou daqueles que lhe são estranhos.

Dessa forma, as relações no ambiente urbano na atualidade se baseiam no medo e na insegurança, e têm como agravantes a criminalidade e a sua divulgação descomedida pelas mídias. Este capítulo irá, portanto, discutir como estes sentimentos e a criminalidade refletem na (des)organização do espaço urbano e influenciam nas condutas individuais e na configuração das sociabilidades.

A começar pelos crimes, muitos estudos mostram que o número não apenas cresceu, mas eles também se tornaram mais violentos (ADORNO, 1998; CALDEIRA, 2003; ENDLICH e FERNANDES, 2014). Esse aumento da incidência da criminalidade e da violência nas últimas décadas acarretou na centralidade da temática assumida nas agendas governamentais e na vida cotidiana das pessoas, tendo como consequência o afloramento do sentimento generalizado de medo e insegurança nas cidades.

Embora estes sentimentos estejam relacionados aos altos índices de criminalidade, seria um grande equívoco reduzir sua causa a estes registros por haver diversos outros fatores que podem potencializar estes sentimentos, e fazer emergir negativamente o imaginário humano. Ser vítima de um crime ou tomar conhecimento de algum caso que tenha ocorrido próximo ao local de moradia, desacreditar nos órgãos responsáveis pela segurança pública, residir em área onde os crimes são recorrentes, vulnerabilidade socioeconômica, interesse midiático pela violência, dentre outros, são alguns destes fatores.

O medo e a insegurança são sentimentos influenciados por diferentes circunstâncias, sejam elas sociais, culturais ou situacionais, e constituídos a partir de contextos e atores múltiplos, o que dificulta sua quantificação e conceitualização. Ainda que contenha toda esta diversidade, e que a posição da vítima e do agressor variem, bem como o local, a experiência e o contexto em que está inserida

determinada população, torna relativamente generalizada a percepção dos indivíduos de um mesmo grupo, influenciando nos estilos de vida e ambientes que frequentam.

Por essa influência na vida das pessoas e no ambiente urbano, e partindo da premissa que estes sentimentos são duas das principais forças (des)organizadoras do espaço, e a principal justificativa dos moradores do Bairro Santa Lúcia para a recusa da rua, conforme atestado no capítulo anterior, sentimos a necessidade de ir além na discussão da temática para compreender os aspectos subjacentes ao medo e a insegurança em relação à criminalidade, que implicam na conduta dos indivíduos, e reflete diretamente na configuração da sociabilidade urbana em nossa área de estudo.

Analisaremos como o desconhecimento do “outro”, tema já tratado anteriormente no Capítulo 2, o “espaço de ação”, refletido por Diniz (2003) citando Wolpert (1965), e o “capital do medo”, elucidado por Bauman (2009), interferem na construção destes sentimentos.

Sob a luz destas concepções, com base nos dados coletados em campo e nos registros do REDS entre os anos 2010 e 2015, analisaremos a situação do Bairro Santa Lúcia e da Vila Barragem Santa Lúcia no que diz respeito à criminalidade, e se ela é condizente com os sentimentos dos moradores expressados durante as entrevistas.

3.1 Sobre o medo e a insegurança

A violência e o crime parecem cada vez menos distantes e improváveis de acontecer na vida cotidiana do cidadão comum e, em muitas cidades, eles passaram a fazer parte do universo de pessoas que nunca imaginaram antes que estariam próximas da criminalidade. Diariamente, notícias sobre os agressores ou suas vítimas são veiculadas para a população e se disseminam tão rapidamente, que causam medo e desordem na sociedade, tornando-se um relevante tema tratado na literatura para a compreensão dos problemas da cidade contemporânea.

A começar pela definição do medo, Tuan (2005) o define como um sentimento complexo e subjetivo em que se distinguem dois componentes: o sinal de alarme quando ocorre um evento inesperado impeditivo no ambiente, em que a pessoa responde com o enfrentamento ou a fuga, e a ansiedade, que é uma sensação difusa de medo que presume a habilidade de antecipação. Para o autor, a ansiedade que os indivíduos sentem na cidade é a principal manifestação de medo, que causa também o sentimento de insegurança.

Para Delumeau (2001, p. 23), o medo é “uma emoção-choque, frequentemente precedida de surpresa, provocada pela tomada de consciência de um perigo presente e urgente que ameaça [...] nossa conservação” e, como toda emoção, o medo pode

provocar efeitos contrastados, conforme o indivíduo e as circunstâncias, e mesmo funcionando como uma reação utilitária de legítima defesa, nem sempre é empregada com discernimento, podendo causar a involução dos indivíduos e, quem quer que esteja preso ao medo, corre o risco de desagregar-se.

Para o autor, o temor, o pavor e o espanto dizem respeito ao medo; e a inquietação, ansiedade e melancolia estão relacionados à insegurança e à angústia. Enquanto o medo refere-se ao conhecido, e “tem um objeto determinado ao qual se pode fazer frente”, a insegurança refere-se ao desconhecido e, portanto, “é vivida como uma espera dolorosa diante de um perigo tanto mais temível quanto menos claramente identificado” (DELUMEAU, 2001, p. 25).

O medo e a insegurança são sentimentos naturais inerentes a todos os seres vivos, e são também forças que funcionam como alerta para evitar uma situação de perigo de qualquer natureza. No entanto, ambos são sentimentos ambíguos. O medo, ao mesmo tempo em que é uma defesa essencial e um reflexo que permite escapar do perigo, quando ultrapassa certa dose suportável, ele se torna patológico e cria bloqueios. Do mesmo modo, a insegurança é positiva por prever ameaças e mobilizar o ser, ainda que as ameaças sejam imprecisas, mas uma apreensão demasiadamente prolongada pode criar um estado de desorientação e desconfiança, desencadeando na proliferação perigosa do imaginário humano (DELUMEAU, 2001).

Quando é desta forma, esses sentimentos se tornam os inimigos mais perigosos que todos os outros, e o indivíduo põem contra si as forças que deveriam ir contra as agressões externas. Assim, acabam por influenciar diretamente nos destinos individuais e coletivos e, por conseguinte, na organização social.

Ainda que haja a distinção entre medo e insegurança, não devemos ignorar a proximidade entre ambos, mas, ao contrário, saber que estão frequentemente relacionados e subjugados a algum tipo de poder. Em se tratando do comportamento dos indivíduos, quando ocorre alguma anulação da autoridade, toda espécie de temor remete a inimigos, sejam eles reais ou imaginários (DELUMEAU, 2001).

Para o homem, esses sentimentos ganham uma multiplicidade de formas, por dependerem das origens culturais do indivíduo, e pela condição da sociedade, estratificada e em constante busca por poder. Assim, cada pessoa constrói à sua maneira, de acordo com suas experiências e com o lugar que ocupa na sociedade, compreensões do significado e do sentido do medo. Logo, o que motiva o sentimento de medo em uma pessoa, pode não ser o mesmo para outra, e o que causava o medo no passado, hoje pode não ter o mesmo efeito.

A esse respeito, Bauman (2009) afirma que a insegurança da modernidade não deriva da perda de segurança, mas do fato de que vivemos num mundo social que foi organizado em função da busca contínua de proteção. Para o autor, a experiência

da insegurança é aguda e crônica, e também um efeito colateral da convicção de que é possível obter segurança completa com os esforços necessários e capacidades adequadas.

Nesse âmbito, a insegurança é fruto do medo do crime, a categoria do medo que nos interessa neste trabalho. O que acontece, de acordo com este autor, é que nossa vida tem se fundamentado na ideia de progresso, seja na rede de amizades, na posição que ocupamos na sociedade ou na confiança em nossas capacidades e, se outrora esse progresso fora a manifestação do sucesso e promessa de uma felicidade duradoura, atualmente ele é resultado oposto do que um dia prometeu:

Hoje [...] o progresso representa a ameaça de uma inexorável e inevitável mudança que não promete paz nem repouso, mas crises e tensões contínuas, sem um segundo de trégua, uma espécie de 'jogo das cadeiras' no qual um segundo de distração pode levar à derrota irrevogável, à exclusão sem apelo (BAUMAN, 2009, p. 22).

Por esse motivo, ao mesmo passo que os indivíduos estão continuamente em busca do progresso, esses sentem-se em constante ameaça, seja em função dos bens que possuem ou por eles próprios, e tendem a se esquivar tanto do uso dos espaços públicos quanto das pessoas que dele usufruem, negando qualquer forma de sociabilidade.

Em toda configuração e processo de sociabilidade, além dos sentimentos de medo e insegurança estarem presentes como forças influenciadoras da ordem e da desordem que delimitam não só as ações dos sujeitos, mas as relações que estabelecem e os estilos de vida que levam, os indivíduos estão cada vez mais descrentes da segurança pública e amedrontados pelo que veem e ouvem nas mídias. Protegem-se em grades e muros, evitam o desconhecido e vivem em constante vigilância. Ao buscarem soluções individuais e se isolarem a situação é agravada, tendo os medos ainda mais acentuados. Caldeira (2003) acredita que em um país como o Brasil, em que a polícia desrespeita direitos e onde há uma imensa desigualdade social, os serviços de segurança privada contribuem para piorar essa situação.

A conformação desse modo de viver se confirma, portanto, como um importante campo para melhor compreender a sociedade, em especial os modos de vida dos moradores do Bairro Santa Lúcia que, como pôde ser observado no capítulo anterior, não usufruem dos espaços públicos sob a justificativa principal de se sentirem inseguros diante da violência.

Além de ter mudado a vida dessas pessoas, o medo do crime foi alterando também a paisagem urbana que observamos no Bairro Santa Lúcia. Frequentam-se menos as ruas, como foi relatado por um morador e vimos na Figura 14; utiliza-se de

grades, muros e sistemas de vigilância; evitam-se determinados caminhos e lugares. Somado a isso, o crime e a violência, que antes ocupavam espaços marginais nos meios de comunicação de massa, agora estampam os jornais e abrem os noticiários. A segurança pública e a busca por soluções à criminalidade se tornaram protagonistas não só em discursos políticos, mas objeto de estudo de diversos pesquisadores.

De acordo com Brant (1989), ao buscar compreender as causas do aumento da criminalidade ao longo das décadas, estudiosos elaboraram hipóteses que se dividem em duas tendências, que podem estar combinadas. De um lado, ela está relacionada à recessão econômica, desemprego e deterioração das condições de vida da classe trabalhadora e, de outro, associa-se à ineficiência dos sistemas de segurança pública e judiciário.

Já o estudo de Diniz (2003) se respalda na análise da violência e do sentimento de insegurança sob o viés das consequências que estes podem trazer aos indivíduos, e diz que a criminalidade causa uma série de efeitos negativos que transcendem os prejuízos causados às vítimas, pois promove também perdas econômicas e sociais. Econômicas porque faz com que o país atraia menos visitantes estrangeiros que o seu verdadeiro potencial turístico e o mesmo ocorre com investimentos externos em indústrias; e sociais porque transforma o estilo de vida das pessoas e afeta diretamente a sua qualidade, como mencionamos anteriormente. O autor concorda que nem sempre a sensação de insegurança está diretamente relacionada com a incidência criminal, e a forma como o indivíduo percebe o ambiente muito influencia nas suas decisões em relação à sua vivência no espaço.

Para contextualizar, Diniz (2003) cita Wolpert (1965), que afirma que a percepção ambiental pode ser fracionada em espaços de diferentes escalas, moldados conforme a vivência de cada indivíduo. Assim, ele apresenta o termo “espaço de ação”, que seria a área de maior abrangência onde o indivíduo se movimenta, para ir ao trabalho, escola, mercado etc., e toma decisões sobre a vida. É um espaço em que o indivíduo tem alguma familiaridade, mas não tanto quanto o “espaço de atividade”, que é um recorte do primeiro, e se refere ao conjunto de locais que o indivíduo vive seu dia-a-dia e interage com maior frequência. Segundo o autor, há uma hierarquia nos espaços de atividades, que parte do domicílio, passa pelo bairro, pelo trabalho até chegar ao ambiente urbano, e à medida que aumenta o nível, menor é a familiaridade que se tem com o lugar. Assim, os locais mais conhecidos são aqueles escolhidos para realizar as diversas atividades, desde que ele tenha uma “utilidade espacial”, ou seja, alguma importância para o indivíduo. A escolha se dá por meio de uma “pesquisa comportamental”, onde o indivíduo busca espaços que ele se identifique, se assemelhando com a topofilia mencionada por Tuan (1980).

O que queremos dizer, a partir do embasamento de Diniz (2003), é que cada lugar tem um valor para cada pessoa, e isso pode ser percebido de acordo com as escolhas feitas por cada uma delas. Ao mesmo passo, quando um indivíduo seleciona seus locais de ação e de atividades ele está, simultaneamente, excluindo outros, delimitando a abrangência, os locais de vivência e as pessoas com as quais sociabiliza. Ao limitar seu espaço de ação o indivíduo passa a se sentir inseguro em relação àquilo que lhe é desconhecido.

Como consequência, as pessoas estão em constante alerta, se prevenindo e tentando distanciar-se de tudo que pode parecer violento. A violência, por sua vez, é sempre colocada como um problema do “outro”. Esse estigma varia ainda dependendo da posição que se encontra o indivíduo.

Nos bairros ricos, associa-se a violência e o crime à periferia ou ao centro da cidade, onde estão muitos pobres; nas favelas diz-se que a violência está em outras favelas, mas dificilmente refere-se ao local de moradia. Quem fala é, na pior das hipóteses, a vítima, e os relatos são basicamente uma construção e demarcação de distâncias sociais. “O criminoso é sempre o outro, na verdade, o mais outro de todos, o pária, o socialmente marginal.” (BRANT, 1989, p. 165).

Elaboram-se preconceitos e naturalizam-se as percepções de certos grupos como perigosos. Caldeira (2003) denomina “fala do crime” as narrativas cotidianas, comentários e até piadas sobre a criminalidade, e diz que elas contrapõem-se ao medo e à experiência de ser vítima de um crime, fazendo proliferar o sentimento de insegurança e o próprio medo.

A fala do crime promove uma reordenação simbólica, e divide a sociedade entre o bem e o mal, criminalizando certas categorias sociais. Essa criminalização simbólica é tão dominante e difundida que até as próprias vítimas dos estereótipos acabam por reproduzi-los (CALDEIRA, 2003).

A situação se agrava quando, além do universo do crime gerar discriminação nas sociedades contemporâneas, ele fomenta a produção e reprodução simbólica da violência, manifestada no que Bauman (2009) chama de “capital do medo”, o qual discorreremos no tópico seguinte.

3.2 A contribuição do capital do medo

A história da segurança privada no Brasil começou de forma peculiar. Com a promulgação da Lei de Segurança Nacional em 1969, o Decreto Federal 1.034 estabeleceu que os serviços de segurança fossem obrigatórios para instituições financeiras, com o intuito de intimidar assaltos terroristas. A obrigatoriedade desse serviço fez com que o mercado de segurança privada crescesse cada vez mais, se

expandindo para empresas e, posteriormente para as casas residenciais (CALDEIRA, 2003).

Na atualidade, a indústria da segurança é alimentada pelos estratos sociais de maior representatividade e poder aquisitivo criando, assim, um capital de segurança. Câmeras, cercas elétricas e grades são instaladas, muros são construídos para evitar a curiosidade alheia, contrata-se com frequência guardas diurnos e noturnos e parcerias são feitas com o sistema público de segurança. A esse cenário, Bauman (2009) denomina “capital do medo” e sua explicação é baseada em Gumpert e Orucker (1998): quanto mais as pessoas se afastam da vizinhança imediata, mais confiança é depositada na vigilância do ambiente.

O capital do medo passa a ter na segurança privada e na oferta de “enclaves fortificados” seus principais produtos, e pode ser transformado em qualquer tipo de lucro político ou comercial. A segurança pessoal tornou-se o argumento de venda necessário para as estratégias de *marketing*, e a expressão “lei da ordem” foi reduzida a uma promessa de segurança pessoal, e agora é um mero argumento de venda. (BAUMAN, 2009).

Os enclaves fortificados, por sua vez, constituem a expressão mais recente da estratégia de autossegregação, e caracteriza-se por espaços onde os diferentes grupos sociais estão próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança. “Trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificativa é o medo do crime violento” (CALDEIRA, 2003, p. 211).

Estes enclaves são o produto do que Bauman (2009) chama de “arquitetura do medo”, que são construções cada vez mais defensivas e camufladas, em que construir casas cada vez menos vistosas se tornou uma tendência difundida nos projetos de arquitetura. Mas, em contrapartida, busca-se intimidar com guaritas cada vez mais suntuosas e imponentes, guardas uniformizados e ostentando ornamentos de seguranças caras. Nesse contexto, a inventividade não tem limite e aos poucos se elimina os maiores atrativos da cidade: sua espontaneidade, flexibilidade e capacidade de fazer surpreender com o inédito.

Da mesma forma que os sentimentos de medo e insegurança, a expansão dos serviços de segurança privada não pode ser associada exclusivamente ao aumento do crime, nem à ineficiência dos sistemas de segurança e judiciário. Para Caldeira (2003), a relevância dada à indústria da segurança é uma característica própria da cultura ocidental em geral, que vê esses aparatos como produtos de sofisticação e status.

Assim, incapazes de diminuir o ritmo da criminalidade ou prever sua direção, e seduzidos pelo mercado da proteção e segurança privada, os indivíduos das classes mais abastadas passaram a buscar soluções para tentar reduzir ao mínimo aquilo que

pode, ou acreditam poder, atrair o crime. Tentam se proteger de qualquer tipo de perigo, “visível ou invisível, manifesto ou pressentido, conhecido ou desconhecido” (BAUMAN, 2009, p. 23).

O problema é que cada atitude que reforça o sentimento de insegurança, só faz agravar a sensação de caos, desconfiança e medo, que induzem mais ações defensivas. Como diz o autor, nossos medos já têm vida própria e são capazes de se manter e se reforçar sozinhos.

Para Caldeira (2003), o crescimento da privatização da segurança leva ao aprofundamento da desigualdade social no acesso à segurança. E, especificamente no Brasil, onde há uma enorme distância entre as classes, e onde as camadas trabalhadoras têm sempre sido alvo principal da polícia violenta, esse problema se torna ainda maior:

Com a difusão da segurança privada, a discriminação contra os pobres pelas forças de ‘segurança’ é dobrada. Por um lado, eles continuam a sofrer abusos da polícia. Por outro, como os ricos optam por viver, trabalhar e consumir em enclaves fortificados usando os novos serviços de segurança privada para manter os pobres e todos os ‘indesejáveis’ de fora, os pobres tornam-se vítimas das novas formas de vigilância, controle, desrespeito e humilhação. (CALDEIRA, 2003, p. 204).

O medo generalizado que se funda, muitas vezes alheio às experiências reais, passa a influenciar decisivamente a vida cotidiana das pessoas, os padrões de circulação no espaço e as formas espaciais, acarretando no que Souza (2008) chamou de “fobópole”: a cidade dominada pelo medo da criminalidade e da violência. O medo e a percepção do crescente risco passaram a imperar no cotidiano dos indivíduos. Todo esse cenário não poderia deixar de incidir sobre as condições e conformação da vida urbana e nos padrões de sociabilidade.

Em Belo Horizonte, é recorrente observarmos a manifestação do capital do medo nos bairros de alto padrão. A proteção, no entanto, não é somente contra o crime, mas contra pessoas e grupos indesejáveis. A arquitetura que se mostra é a do medo, como um grande aparato de segurança, e ela varia conforme a escala. Nos bairros, ela se manifesta por meio do esvaziamento das ruas e praças como vimos no capítulo anterior, já no âmbito da casa, é comum utilizar-se dos diversos instrumentos e mecanismos de proteção.

No Bairro Santa Lúcia (Figura 25), a maioria das casas, prédios e estabelecimentos comerciais está equipada e pronta para combater qualquer ameaça. É comum vermos guaritas e vigilantes particulares em determinadas esquinas, e muitas cercas elétricas, câmeras, muros altos e placas com dizeres que indicam que o ambiente está protegido.

Figura 25 – Casas protegidas do Bairro Santa Lúcia.



Fotos: Flávia Xavier (2016).

Pode-se dizer que é um bairro socialmente homogêneo, pois os que escolheram habitar esse espaço o fizeram também por valorizarem viver entre pessoas “seletas”. E durante as entrevistas, mesmo aqueles moradores que disseram não conhecer seus vizinhos, apontaram a “boa vizinhança” como ponto favorável do bairro. Isso significa que essa justificativa está estritamente relacionada com o *status* que a vizinhança de alto padrão proporciona, e não necessariamente que há boa convivência entre os moradores.

A esse respeito, Caldeira (2003, p. 259) aponta que, de fato, a privatização confere *status*, e a construção deste símbolo é um processo que cria meios para a afirmação de distância e desigualdade sociais. No entanto, podemos dizer que a satisfação em distanciar-se e diferenciar-se dos demais indivíduos é um sentimento induzido, criado principalmente pelos anúncios imobiliários e pela indústria da segurança, para transformar o “enclausuramento, isolamento, restrição e vigilância em símbolo de status”.

Da mesma forma, a exposição das ameaças à segurança pessoal é justificada pela guerra dos índices de audiência dos meios de comunicação em massa

(BAUMAN, 2009). A influência da mídia (televisão, rádio, jornais impressos e redes sociais) propaga a cultura do medo facilmente, já que não tem fronteiras e não pede passagem para entrar nas casas e acessar os indivíduos. Ela funciona, portanto, como um elemento estratégico na produção simbólica da violência, e veículo para a divulgação cotidiana da criminalidade.

Como exemplo do que ocorre em Belo Horizonte, o jornal Estado de Minas (Figura 26) listou em Abril de 2016 os 14 bairros mais inseguros do município e mapeou os “endereços de medo”, como diz na própria reportagem, para alertar a população sobre “onde mora o perigo”.

Figura 26 – Notícia de crimes em Belo Horizonte.



Fonte: Jornal Estado de Minas²⁹ (2016).

Além de citar o Bairro Santa Lúcia como um dos mais perigosos, e relacionar as ruas onde há maior índice de criminalidade nesta área, na descrição da matéria diz que os crimes contra o patrimônio têm amedrontado vítimas em toda a cidade, e a sensação de insegurança cresceu, juntamente com os gritos de “ladrão” e “socorro”.

Em outra reportagem, em Julho de 2014 (Figura 27), observa-se a intenção do redator em ser enfático no trato da vítima como sendo um juiz, o que leva a população a pensar que, com este afronto até mesmo a uma autoridade pública, que tem poder para julgar e ministrar a justiça do Estado, o medo e a insegurança se fazem completamente justificáveis para os moradores do bairro.

²⁹ Disponível em:

http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/04/23/interna_gerais,755762/o-mapa-do-medo-em-bh.shtml Acesso em mar. 2017.

Figura 27 – Notícia de crimes em Belo Horizonte.



18/07/2014 21h07 - Atualizado em 19/07/2014 13h57

Casa de juiz é assaltada no bairro Santa Lúcia, em Belo Horizonte

Segundo PM, ladrões roubaram arma, dinheiro e munição. Quatro pessoas que estavam no imóvel foram feitas reféns.

Fonte: G1³⁰ (2014).

São muitas as notícias encontradas sobre criminalidade que ocorreram não só no Bairro Santa Lúcia, mas em Belo Horizonte como um todo, e o que há de comum em todas elas, é a propagação do medo com o intuito de manter abastecida a rede midiática. Somado a isso, e aproveitando-se deste cenário, o setor imobiliário e o setor de segurança privada parecem usar um repertório de imagens e valores que vão atender aos desejos de determinada camada social. “Os anúncios imobiliários [e, acrescentaria, a indústria da segurança] constituem uma boa fonte de informação sobre os estilos de vida e os valores das pessoas cujos desejos eles elaboraram e ajudaram a moldar” (CALDEIRA, 2003, p. 265).

A forma apelativa com que são anunciados os novos produtos do mercado imobiliário e de segurança, aliado à divulgação indiscriminada e dramática do crime, parece-nos a combinação perfeita para a instauração da cultura do medo e o convite para que a população permaneça encarcerada em seus enclaves fortificados.

Por esse motivo, no tópico seguinte analisaremos então os crimes ocorridos e registrados no Bairro Santa Lúcia e na Vila Barragem Santa Lúcia com o objetivo de verificar se os sentimentos relatados pelos moradores são condizentes com a realidade.

3.3 A criminalidade na Vila Barragem Santa Lúcia e no Bairro Santa Lúcia

A criminalidade sempre esteve presente em todas as civilizações e está em todas as sociedades da modernidade. Sendo um fenômeno recorrente às grandes e pequenas cidades, e considerando que o crime é inerente ao homem, passou a ser estudada por diferentes ciências que contribuem para o conhecimento da personalidade humana e suas implicações no convívio social.

³⁰ Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2014/07/casa-de-juiz-e-assaltada-no-bairro-santa-lucia-em-belo-horizonte.html> Acesso em: mar. 2017.

No Brasil, ela nunca alcançou dimensões tão alarmantes como na atualidade. Com o aumento dos indicadores de crime nos últimos anos, a divulgação indiscriminada das ocorrências criminais nas mídias e o mercado da segurança, a criminalidade se tornou uma das maiores preocupações na sociedade de um modo geral, fazendo com que este passasse a ser considerado um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento do país.

Para Araújo e Fajnzylber (2001), a criminalidade é um problema social, político e econômico. É social porque afeta diretamente a qualidade de vida das populações; é um problema político porque as ações para combater as questões relacionadas à criminalidade e à segurança pública são de responsabilidade do governo, bem como a alocação de recursos públicos e políticas públicas; e, por último, é um problema econômico porque sua intensidade está associada às condições econômicas e limita também o potencial de desenvolvimento das nações

Somado a isso, os custos do crime são significativamente altos e refletem em grandes prejuízos materiais, como os gastos com segurança dos setores público e privado (SANTOS e KASSOUF, 2007). Entretanto, o maior prejuízo recai sobre o homem que, além de ter sua qualidade de vida reduzida, sofre com a perda do capital humano e com as modificações que a criminalidade provoca no seu ambiente e nas suas relações. A violência e a criminalidade são, então, consequências que desencadeiam na ruptura do contrato social e dos laços sociais, e provocam a destruição dos vínculos de sociabilidade.

Por esse motivo, ao mesmo tempo em que o Estado busca soluções institucionais e políticas, as inquietações da sociedade têm estimulado a comunidade acadêmica a buscar respostas para esse aumento generalizado da violência, da criminalidade, e todas as suas implicações na cidade.

Félix (2009), em seu estudo sobre crime, medo e percepções de insegurança, acredita que os problemas urbanos advêm dos valores numéricos crescentes de pessoas, distribuições espaciais regulares, níveis de concentração e, sobretudo, do grau de velocidade dessas transformações. Mas há um valor que é difícil de ser estimado, que é do “crime não ocorrido”. Ele está relacionado à exposição ao risco e, subjetivamente, pode indicar a vulnerabilidade à violência e ao crime. Da mesma forma, a subnotificação, ou seja, o não registro de ocorrências criminais, são indicadores difíceis de serem avaliados, podendo subestimar os índices reais.

Da mesma forma, Caldeira (2003, p. 102) acredita que as estatísticas criminais registram apenas uma fração do crime total. “De um lado, pessoas que praticam atos ilegais muitas vezes conseguem escondê-los. De outro, muitas pessoas que são vítimas de crimes também não apresentam queixa à polícia”. Elas produzem visões

peculiares e específicas da realidade social e é difícil sustentar a ideia de que sejam representações do crime real.

No entanto, ainda que os dados oficiais de criminalidade não contemplem o expressivo número de crimes que ocorrem na sociedade, eles se configuram como um importante instrumento de pesquisa e referência relevante para compreender a dinâmica criminal (FELIX, 2009). Além disso, assim como a autora, acreditamos que os dados indicam sim, algumas tendências da criminalidade e podem revelar outros fatos sobre a sociedade.

São diversas modalidades de crimes constituintes do Código Penal Brasileiro³¹ que assolam a sociedade, e cada tipo penal gera um resultado danoso a algum bem jurídico diferente. Há aqueles que geram resultados mais ou menos severos, alguns danificam bens materiais e financeiros, outros danificam o corpo humano, a saúde mental, a moral ou os costumes de uma sociedade.

No entanto, há aqueles que mais provocam a sensação de medo e insegurança às pessoas pela “naturalização” que sofreram ao longo dos anos, e por serem mais recorrentes em nossa área de estudo. Seleccionamos, portanto, crimes contra a pessoa e crimes contra o patrimônio. A primeira categoria diz respeito aos crimes que atentam diretamente contra a vítima, enquanto a segunda, refere-se aos crimes que atentam contra o patrimônio ou aos bens materiais (BATELLA, 2008).

Quanto à realização do crime, existem crimes tentados e crimes consumados. O crime tentado ocorre quando, de acordo com o Decreto-lei nº 2.848 de 1940, o agente criminoso inicia a execução, mas não consegue consumir o crime por circunstâncias alheias à sua vontade. Já o crime consumado é aquele em que sua prática se reúne todos os elementos de sua definição legal.

Para esta pesquisa, foi solicitado ao CINDS, os registros relacionados às ocorrências criminais ocorridas no Bairro Santa Lúcia e na Vila Barragem Santa Lúcia no período de 2010 a 2015. Este trabalho contempla: furto tentado e consumado; homicídio tentado e consumado; roubo tentado e consumado; e lesão corporal tentada e consumada.

A princípio, iremos analisar estes índices em cada bairro separadamente para, então, ter uma visão geral e comparar ambos. Na Tabela 17 que segue, e na Figura 28, podemos observar a sua distribuição na Vila Barragem Santa Lúcia no período mencionado.

De um total de 444 registros criminais feitos na Vila, os que tiveram maior representatividade foram: lesão corporal consumada (186 ou 42%), em segundo, furto

³¹Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm Acesso em mar. 2017.

consumado (32%), seguidos de homicídio tentado (10%) e homicídio consumado (10%).

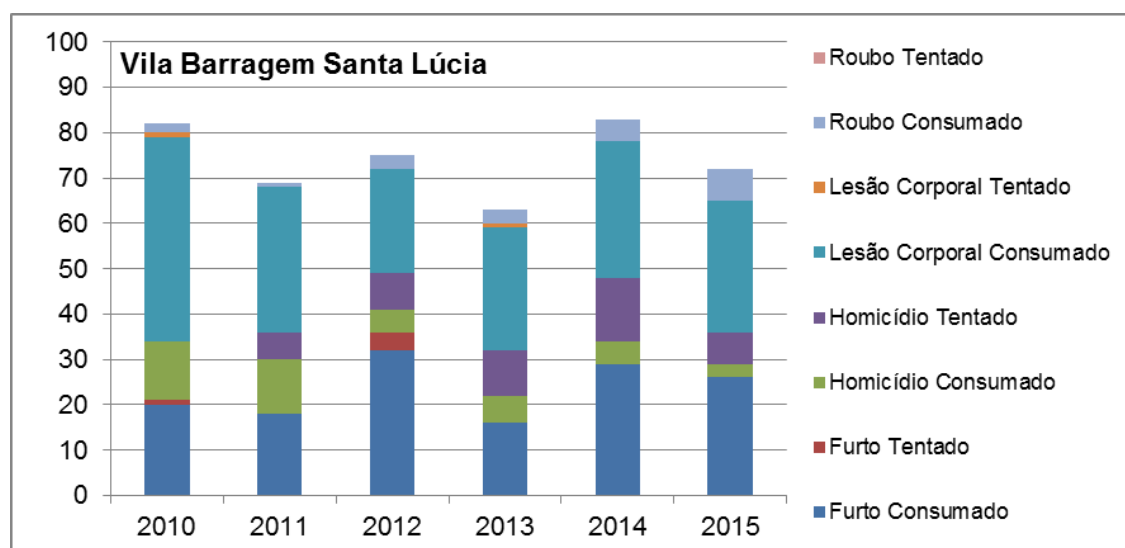
Se analisarmos o gráfico que consta na Figura 28 (e também a própria Tabela 17) veremos que não há um padrão nos crimes. Indo de encontro às crenças da população, o índice de criminalidade na área não está em constante crescimento, mas atinge picos sucedidos de quedas. Ao compararmos a quantidade de crimes ocorridos em cada ano, veremos esta oscilação, variando irregularmente o percentual de crimes: 18% (2010), 16% (2011), 17% (2012), 14% (2013), 19% (2014), e 16% (2015). E essa constatação vale também para cada tipo de crime, em que não observamos aumento ou declínio constantes.

Tabela 17 – Número de crimes registrados na Vila Barragem Santa Lúcia no período de 2010 a 2015.

VILA BARRAGEM SANTA LÚCIA								
Tipo de crime	2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL	TOTAL (%)
Furto Consumado	20	18	32	16	29	26	141	32
Furto Tentado	1	0	4	0	0	0	5	1
Homicídio Consumado	13	12	5	6	5	3	44	10
Homicídio Tentado	0	6	8	10	14	7	45	10
Lesão Corporal Consumado	45	32	23	27	30	29	186	42
Lesão Corporal Tentado	1	0	0	1	0	0	2	0
Roubo Consumado	2	1	3	3	5	7	21	5
Roubo Tentado	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	82	69	75	63	83	72	444	100%
TOTAL (%)	18	16	17	14	19	16	100%	

Fonte: REDS/CINDS (2015). Organização: Flávia Xavier (2016).

Figura 28 – Gráfico da distribuição de crimes registrados no Bairro Santa Lúcia no período de 2010 a 2015.



Fonte: REDS/CINDS (2015). Organização: Flávia Xavier (2016).

Analisando os registros feitos no Bairro Santa Lúcia (Tabela 18), vemos que é alarmante o número de ocorrências criminais no mesmo período. São 3.893 casos distribuídos ao longo dos anos 2010 a 2015, quase nove vezes mais que aqueles registrados na Vila. Este valor se torna mais significativo se compararmos a densidade populacional das duas áreas: enquanto o Santa Lúcia tem, em média, 3.402 hab/km², na Vila esta densidade³² corresponde a 29.468 hab/km². Ou seja, há uma proporção invertida entre os crimes e o índice populacional.

Tabela 18 – Número de crimes registrados no Bairro Santa Lúcia no período de 2010 a 2015.

SANTA LÚCIA									
Tipo de crime	2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL	TOTAL (%)	
Furto Consumado	391	404	404	474	489	397	2559	66	
Furto Tentado	22	46	29	28	24	34	183	5	
Homicídio Consumado	0	2	3	3	1	2	11	0	
Homicídio Tentado	4	5	0	3	13	7	32	1	
Lesão Corporal Consumado	39	36	27	24	0	9	135	3	
Lesão Corporal Tentado	0	0	0	0	0	0	0	0	
Roubo Consumado	87	126	114	214	210	170	921	24	
Roubo Tentado	1	9	8	16	9	9	52	1	
TOTAL	544	628	585	762	746	628	3893	100%	
TOTAL (%)	14	16	15	20	19	16	100%		

Fonte: REDS/CINDS (2015). Organização: Flávia Xavier (2016).

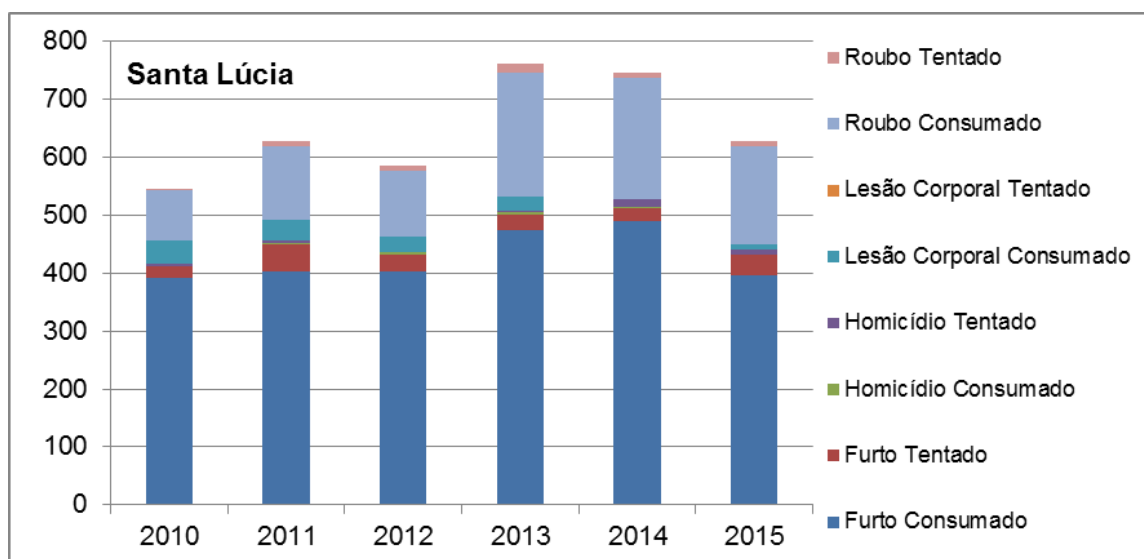
³² Densidade demográfica por bairros. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=estatisticaseindicadores&lang=pt_br&pg=7742&tax=20040 Acesso em fev. 2017.

Dentre os crimes praticados, o furto consumado é, notoriamente, aquele que teve maior número de ocorrências (2.559 ou 66%), seguido do roubo consumado (24%), furto tentando (5%) e lesão corporal consumada (3%).

É interessante observar que, tanto na Vila, quanto no Bairro Santa Lúcia, três, entre os quatro tipos de crime, em seu caráter “tentado”, tiveram ocorrências consideravelmente menores se comparados ao tipo “consumado”. Isso nos leva a crer que esse fenômeno está relacionado a dois fatores: o primeiro, que o crime só é “tentado” quando se tem a certeza (ou pelo menos acredita-se que há grandes chances) de que ele seja “consumado” sem que cause prejuízo ao criminoso no que tange à sua identificação e reconhecimento pelos moradores, fazendo com que ele, dotado de má fé e intencionalidade, se empenhe ao máximo para consumir a ação. O segundo é de que, quando não há prejuízo para a vítima, seja a ela própria ou ao seu patrimônio, na maioria das vezes ela não considera fazer o registro do fato, o que corrobora as afirmações de Caldeira (2003), e que Félix (2009) denominou subnotificação.

Do mesmo modo que ocorre na Vila, se analisarmos o gráfico na Figura 29, veremos que não há um padrão nos dados dos crimes, com exceção dos últimos três anos (2013, 2014 e 2015) onde houve um decréscimo total no número de registros. No entanto, se fizermos a verificação dos dados discriminados na Tabela 18, é encontrada a mesma irregularidade.

Figura 29 – Gráfico da distribuição de crimes registrados na Vila Barragem Santa Lúcia no período de 2010 a 2015.



Fonte: REDS/CINDS (2015). Organização: Flávia Xavier (2016).

Outro fato observado é que os registros de homicídios tentado e consumado no Bairro Santa Lúcia são menos representativos se comparados à Vila. Para Souza

(2008), a criminalidade violenta no Brasil distribui-se de forma desigual e segmentada na cidade, e os crimes de homicídio ainda ocorrem principalmente em bairros populares.

O raciocínio vale também para os bairros de alto padrão, como o Santa Lúcia, que tem nas suas fortalezas reveladas e no estilo de vida da sua população, a justificativa encontrada pelos criminosos para práticas que levam aos altos índices de furto e roubo, e implicam na mudança de hábitos e comportamentos das vítimas.

Em entrevista, durante a queixa do medo e da insegurança em face à criminalidade, uma moradora do bairro relatou um ocorrido com suas filhas, o furto de uma mochila, que repercutiu no comportamento de ambas daquele momento em diante:

[...] As minhas filhas mesmo ficaram traumatizadas, elas eram jovens e nós tínhamos pouco tempo que morávamos aqui, e elas foram ali naquele shopping, e sempre tinha uns jovens que se reuniam ali, né? Ela tava com uma mochila muito bonitinha, nada muito sofisticado não, mas bonita a mochila. E eles levaram, sabe? Então elas ficaram com muito trauma disso. Passaram a não querer sair... Hoje, elas têm filho e ficam muito resistentes. Eu falo: “vamos levar a bicicleta”, e elas ficam com muito medo. E isso passa pra criança, esse medo. A gente tava aqui um dia e veio um menino e pediu pra andar na bicicleta e ele [o neto] ficou resistente, sabe? Aí eu falei com ele: “não, meu filho, deixa ele andar um pouquinho”. Aí eu deixei, mas falei com ele [o menino], “olha, você vai andar só nesse trecho aqui”. O menino foi pra longe e eu pensei: “pronto, levou a bicicleta”. Aí nisso a corrente sai e eu falei com meu neto: “olha lá, vamos lá ajudá-lo?” Sem falar que eu também tava com medo dele. Poderia nem acontecer nada, mas a gente levanta um falso contra a criança. Porque eles estão tão acostumados a pegar coisas dos outros que acham que aquilo ali é normal. Aí eu falei com ele: “mas nós não combinamos de você ficar por aqui?” Tentei manter um dialogo né, porque eu não sei quem que tava por trás ali né? Porque sempre eles estão em bando. Ele só parou por causa da corrente mesmo. Eu, no fundo, no fundo, tenho um ponto de interrogação (Célia, 60, aposentada).

Da mesma forma, outros moradores contaram que tiveram seus pertences roubados, como carros, bicicletas e relógios, e também tiveram suas casas reviradas.

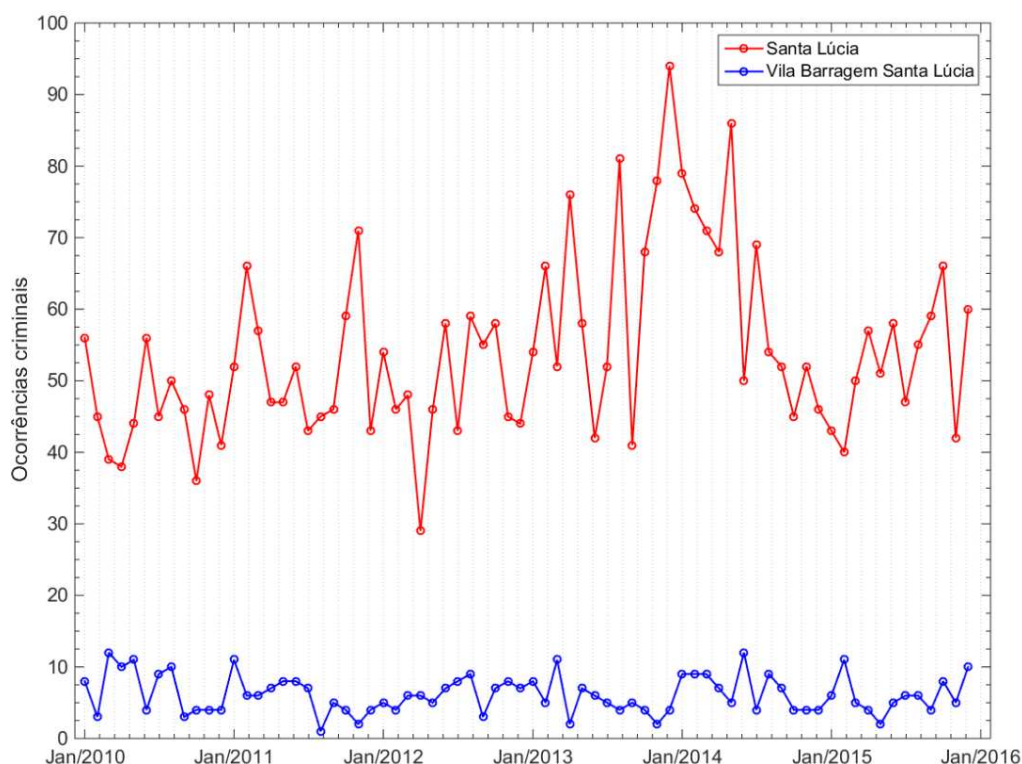
O preconceito e o estigma observados no relato, e já discutidos anteriormente, parecem ter se tornado intrínseco a todos, mas principalmente àqueles que foram vítimas de um crime. Mas ao mesmo passo que os moradores do bairro manifestam essa visão, outros moradores da Vila defendem que o morro é um lugar seguro:

[...] Igual tô te falando, cê pode vim aqui todo santo dia, vamos dizer assim, em dois meses, cê deve ver assalto aqui umas três vezes, entendeu? É mais fácil ter assalto lá dentro do bairro deles do que aqui. Isso eu te garanto. (Amélia, 64, aposentada).

De fato, como pudemos verificar no período de 2010 a 2015, a criminalidade na Vila Barragem Santa Lúcia foi consideravelmente menor se comparada ao Bairro

Santa Lúcia. Por meio do gráfico representado na Figura 30 também podemos conferir esta disparidade, e observar que houve períodos de altas e baixas ocorrências criminais ao longo dos meses, ainda que não seja objetivo neste estudo buscar as causas e motivadores deste fenômeno.

Figura 30 – Distribuição temporal das ocorrências criminais no Bairro Santa Lúcia e na Vila Barragem Santa Lúcia no período de 2010 a 2015.

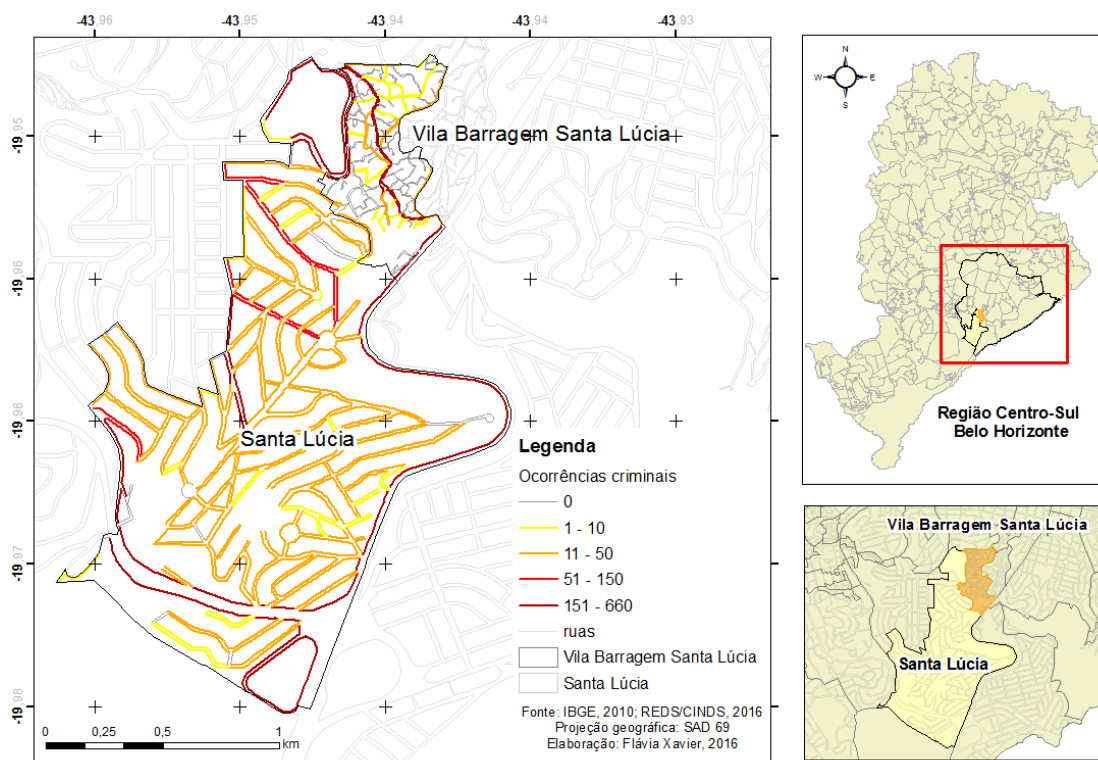


Fonte: REDS/CINDS (2015). Organização: Flávia Xavier (2016).

Se analisarmos a região como um todo (Figura 31), podemos ver que em muitas das ruas e becos da Vila Barragem não há registro algum de ocorrências criminais. Dentre os locais em que houve crime e a polícia foi acionada, a maioria está contida na faixa de 1 a 10 crimes (em amarelo), valor considerado baixo se comparado às outras ruas da área de estudo.

A Rua Principal, destacada na cor mais escura da Vila, é o local onde houve mais registros, totalizando 151 boletins de ocorrência feitos pela polícia nos anos 2010 a 2015.

Figura 31 – Mapa da distribuição espacial das ocorrências criminais do Bairro Santa Lúcia e da Vila Barragem Santa Lúcia registradas no período de 2010 a 2015.



Fonte: IBGE (2010); REDS/CINDS (2016). Organização: Flávia Xavier (2016).

Em contrapartida, a maioria das ruas do Bairro Santa Lúcia tem acumulado durante o mesmo período, 11 a 50 registros criminais (em laranja), a depender do local em que ocorreu. Mas em outras (em marrom), ainda que representadas em menor quantidade, o número de crimes registrados é exorbitante. Como exemplo, temos a Avenida Raja Gabaglia que é aquela com maior índice (Tabela 19). Se dividirmos os 660 registros pelo período de seis anos, totalizam 110 crimes por ano, ou nove crimes por mês.

Tabela 19 – Relação das ruas com maior índice de registros criminais no Bairro Santa Lúcia no período de 2010 a 2015.

Colocação	Rua	Número de registros
1º	Raja Gabaglia	660
2º	Maria Luiza Santiago	459
3º	Arthur Bernardes	370
4º	Nossa Senhora do Carmo	364
5º	Kepler	227

Fonte: REDS/CINDS (2015). Organização: Flávia Xavier (2016).

Com isso, podemos dizer que o medo e a insegurança mencionados diversas vezes durante as entrevistas, e justificados para o não uso dos espaços públicos

especialmente pelos moradores do Bairro Santa Lúcia, parece-nos, à primeira vista, ter bases materiais e concretas. Apesar dos medos serem constantemente estimulados e reafirmados pelos meios de comunicação como afirmado por Bauman (2009), Caldeira (2003) e Souza (2008), não se trata de uma histeria coletiva como mostra algumas pesquisas.

Por outro lado, é curioso constatar como a criminalidade na Vila é consideravelmente menor que no Santa Lúcia e, ainda assim, durante as entrevistas, 88% dos moradores do Santa Lúcia disseram que jamais morariam na comunidade e 48% deles tiveram como principal justificativa o medo do crime e da violência no local. Porém, somente 31% dos entrevistados do Santa Lúcia disseram sentir medo no próprio bairro.

A essa diferença ou inconsistência, Diniz (2003, p.120), citando Mayhew (1997), dá o nome de “dissonância cognitiva”, indicando que nem sempre a sensação de insegurança ou medo tem relação direta com a incidência criminal. Há uma distinção “entre o ambiente objetivamente observado (que reflete as coisas como são), e o ambiente percebido (que reflete como as coisas aparentam ser ao indivíduo)”. É o desencontro entre o percebido e a realidade vivida.

O estigma do “ser favelado” como potencialmente perigoso, como foi apontado por Fernandes (2005) e Bauman (1998), é verídico e também se aplica à nossa área. O mesmo acontece com a indicação da violência como sendo sempre um problema do “outro”, do socialmente marginal, a que Brant (1989) se referiu.

Assim, ao denegrir a imagem desse outro indivíduo, determinando os padrões que se deseja conservar, e também por meio da preponderante interferência do capital do medo na vida dos belorizontinos, o preconceito, o medo e as percepções dos moradores do Santa Lúcia são reforçados, influenciando nas relações sociais que estabelecem, na negação dos espaços públicos enquanto espaço de sociabilidade, e justificando os vazios que encontramos ao caminhar pelo bairro.

É importante ressaltar que mesmo após entrevistar os moradores da área de estudo, analisar os dados e compreender os principais desmotivadores do uso das ruas, não é possível alcançar as peculiaridades e aspectos subjetivos de cada indivíduo em seu contexto e em face da violência e criminalidade que informam as diferentes ações e condutas.

Certamente, uma dissertação de mestrado não expressa toda a complexidade que há por trás de uma temática tão profunda e subjetiva. Sendo assim, este tópico não pretende uma conclusão, mas recapitular o que constatamos a partir dos nossos resultados e levantar apontamentos relevantes e determinantes para os rumos das sociabilidades nas cidades.

Em se tratando da nossa área de estudo, podemos adiantar que confirmamos nossa hipótese inicial: a crise na qual perpassa a sociabilidade urbana está diretamente relacionada à crise nos espaços públicos, e pode ser observada mais frequentemente em áreas de alto padrão, como é o caso do Bairro Santa Lúcia, cujo processo de ocupação não se deu de forma cooperativa como na Vila Barragem Santa Lúcia, e onde o medo e a insegurança estão presentes como duas das principais forças (des)organizadoras do espaço urbano.

O uso e apropriação das ruas estão relacionados a aspectos primordialmente de ordem socioeconômica, por possibilitar ou não a escolha do local de moradia e o uso que se faz dele. As condições impostas aos moradores da Vila fizeram com que seus vínculos afetivos se tornassem mais estreitos entre si, e passaram a ter maior identificação com o lugar onde vivem.

Foram esses os primeiros motivos identificados que justificam a manifestação tão dispare da sociabilidade urbana nos bairros Santa Lúcia e Vila Barragem Santa Lúcia. Compreendemos, então, que as condições socioeconômicas podem isolar ou unir os indivíduos, e fatores externos que negam o direito à cidade tendem a prover uma força nos excluídos que os tornam unidos para apropriarem-se do espaço urbano, em resposta aos processos de exclusão e segregação socioespacial.

No que diz respeito ao uso das ruas, vimos que este é um espaço atraente para os moradores da Vila. Como não possuem infraestrutura que possibilite o lazer nos limites da comunidade, aproveitam desse espaço para promover o encontro e a realização das mais diversas atividades. Em contrapartida, o Bairro Santa Lúcia, dotado de infraestrutura, não utiliza as ruas, a não ser por suas funcionalidades: suporte à mobilidade urbana e conectividade entre um espaço privado e outro. Muitos elementos básicos que constituem a vida pública são negados por esses moradores, enquanto na Vila, as relações entre os indivíduos nesses espaços são tão mais valorizadas quanto menor o acesso aos equipamentos públicos de lazer.

Vimos também como a percepção dos moradores de ambos os bairros é divergente, assim como os valores atribuídos aos lugares, às pessoas e, por

consequente, às relações que estabelecem com outros indivíduos. Enquanto no Santa Lúcia valoriza-se os elementos construídos, as vias e os automóveis, na Vila o enfoque é dado aos elementos humanos integrados à paisagem, expressando afetividade e refletindo numa percepção mais humanizada da comunidade.

Outro motivo identificado que explica a manifestação diferenciada da sociabilidade nas duas áreas são os sentimentos de medo e insegurança, justificados pelos moradores do Bairro Santa Lúcia para a recusa da rua. Eles fundamentam-se no alto índice de criminalidade, mas são reforçados pela propagação indiscriminada da cultura do medo, intensificando os estigmas sobre os moradores da Vila Barragem Santa Lúcia, e fazendo-os acreditar que há maior criminalidade neste bairro do que naquele.

São estes aspectos e comportamentos que influenciam diretamente nas relações sociais na cidade e no uso dos espaços públicos para práticas de sociabilidade entre os cidadãos. Dessa forma, se justificam os vazios encontrados nas ruas do Bairro Santa Lúcia, principalmente.

Podemos dizer então, que a crise nos espaços públicos, apontada anteriormente, não é passível de solução se não a pensarmos associada à crise nas relações, isso porque estes espaços só estão sendo subutilizados pela negação da sua vivência e estadia, em detrimento de espaços privados.

O Estado também contribui para este cenário porque, cada vez menos, consegue exercer sua função de ordem e segurança, deixando a cargo dos mercados e dos próprios indivíduos, os problemas que foram socialmente produzidos, e que cabem a ele solucionar.

A fragilização da esfera pública e da sua significação no âmbito das relações pode também estar atrelada à desvalorização de tudo aquilo que não é privado. Assim, a vida se configura individualizada, impossibilitando a melhor das experiências de viver na cidade: o vínculo com o outro e o encontro das diferenças.

Dessa forma, enquanto não buscarmos as verdadeiras razões dos nossos medos, e enquanto a preocupação com a proteção individual se sobrepuser à luta da proteção coletiva e, principalmente, às soluções para a criminalidade nas cidades, não encontraremos respostas sólidas para reestabelecer o convívio pacífico nos ambientes urbanos. O desafio ainda permanece, e pensar no revigoração das sociabilidades requer pensar nos indivíduos como sociedade, com inúmeras potencialidades enquanto ser social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, S. Conflitualidade e violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade. **Tempo Social Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, 10 (1), p. 19-47, 1998.
- ARANTES, R. A. A cidade do medo: segregação, violência e sociabilidade urbana em Salvador. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 235, p. 45-73, 2015.
- ARAÚJO Jr., A. F.; FAJNZYLBER, P. **O Que Causa a Criminalidade Violenta no Brasil? Uma Análise a Partir do Modelo Econômico do Crime: 1981 a 1996**. Texto de Discussão no. 162, CEDEPLAR/UFMG, 2001.
- ARREGUY, C. A. C.; RIBEIRO, R. R. **Histórias de bairros de Belo Horizonte: Regional Centro-Sul**. Belo Horizonte: APCBH/ACAP-BH, 2008.
- BATELLA, W. B. **Análise espacial dos condicionantes da criminalidade violenta no Estado de Minas Gerais - 2005: contribuições da geografia do crime**. 2008. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial. 2005.
- BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Tradução de Artur Morão. Rio de Janeiro: Elfos Lisboa, 1995. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/158896259/Baudrillard-Sociedade-de-Consumo>>. Acesso em: fev. 2017.
- BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009. 94 p.
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 747 p.
- BRANT, V. C. (Coor.). Ter medo em São Paulo. In: **São Paulo: trabalhar e viver**. Comissão Justiça e Paz de São Paulo, Editora Brasiliense, 1ª ed. 1989. 256 p.
- CALDEIRA, T. P. do R. 2. ed. **Cidade dos muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/EDUSP, 2003.
- _____. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos**. São Paulo: Cebrap, n.47, p. 155-176, 1997.
- CANETTIERI, T; GONÇALVES, T; LIBERATO, R. C. Explorando algumas das causas para a expulsão da população pobre de Belo Horizonte – MG/BRASIL. **Revista de Geografia**, v. 3, n.2, 2013.
- CARLOS, A. F. A. **(Re) Produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.
- _____. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001. 368 p.
- _____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007, 85 p.
- CARLOS, A. F. A.; CASTRO, E. R. de. Sociabilidade urbana, conflitos sociais e territórios. In: **Ética, planejamento e construção democrática do espaço**, 2001, Rio de Janeiro. **Anais da ANPUR**. Rio de Janeiro, 2001, p. 823 – 828. Disponível em:

<<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2206/2159>>.

Acesso em: 25 out. 16.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Tradução Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 506 p.

_____. **La ciudad inafomacional**. Madrid, Alianza Editorial, 1995.

CATALÃO, I. de F. **Diferença, dispersão e fragmentação socioespacial: explorações metropolitanas em Brasília e Curitiba**. 2013. 190 f. 2013. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

CERQUEIRA, Y. M. S. F. **Espaço público e sociabilidade urbana: apropriações e significados dos espaços públicos na cidade contemporânea**. 2013. 121 f. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989. 94 p.

_____. **Trajetórias geográficas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. . In: **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, p. 39-59, 2013.

COSTA, A. C. S. da; ARGUELHES, D. de O. A higienização social através do planejamento urbano de Belo Horizonte nos primeiros anos do século XX. **Univ. Hum.**, Brasília, v. 5, n. 1-2, p. 109-137, 2008.

COSTA, M. C. L. Do Higienismo ao ecologismo: os discursos sobre o espaço urbano. In: SILVA, J. B.; COSTA, M. C. L.; DANTAS, E. W. C. (Org.). **A Cidade e o urbano: temas para debates**. Fortaleza: Edições UFC, 1997.

COUTO, A. A cidade dividida: da inclusão precária à territorialização perversa. In: XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 2011, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: editora, 2011.

DELUMEAU, J. **História do medo no Ocidente: 1300-1800**. 5ª reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 471 p.

D'INCAO, M. Â. Modos de ser e de viver: a sociabilidade urbana. **Tempo social**. São Paulo, v.4 n.1-2, p.95-109, 1992.

DINIZ, A. M. A. A geografia do medo: reflexões sobre o sentimento de insegurança em Belo Horizonte. In: **O Alferes**. Vol. 18. Edição especial. 2003, p. 119-133.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, n. 115, p. 139-154, mar. 2002.

ENDLICH, A. M.; FERNANDES, P. H. C. Aumento da violência em pequenas cidades, sentimento de insegurança e controle social. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona. Vol. XVIII, núm. 493 (30), noviembre de 2014.

FÉLIX, S. A. **Crime, medo e percepções de insegurança**. Perspectivas, São Paulo, v. 36, p. 155-173, jul./dez. 2009.

FERNANDES, E. Do Código Civil ao Estatuto da Cidade: algumas notas sobre a trajetória do direito urbanístico no Brasil. In: VALENÇA, Márcio Moraes (Ed./Org.). **Cidade (i)legal**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

FERNANDES, F. L. Os discursos sobre as favelas e os limites ao direito à cidade. In: **Cidades: Revista científica**, Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, v.1, n.1, p. 37-62, 2005.

FERREIRA, M. das G. **O sítio e a formação da paisagem urbana: um estudo do município de Belo Horizonte**. 1997. 183 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

FRADE, A. M. N. **A legislação urbana e a ocupação de Belo Horizonte de 1897 a 2010: o conjunto urbanístico da Praça da Liberdade**. 2011. 154 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

GOMES, J. L. **Condições de vida do passado, conquistas do presente: a luta das associações comunitárias do Aglomerado Santa Lúcia por cidadania**. 2011. 94 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.

GOMES, P. C. da C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 304 p.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2010, 310 p.

GOULD, P.; WHITE, R. **Mental maps**. London and New York: Routledge, 1992. 172 p.

GUIMARÃES, B. M. Favelas em Belo Horizonte: tendências e desafios. **Análise e Conjuntura**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, v.7, n.2-3, p. 11-18, maio-dez. 1992.

GUMPERT, G; DRUCKER, S. J. The Mediated Home in a Global Village. **Communication Research**, vo1.25, n. 4, ago 1998, p. 422-38.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Revista Piauí**. n. 82, jul. 2013. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/>>. Acesso em: ago. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. **Aglomerados Subnormais - Informações Territoriais**. Rio de Janeiro, 2011.

_____. Censo Demográfico 2010. Dados de População do Censo Demográfico. 2010.

_____. Censo Demográfico 2010. População, área e densidade demográfica por Região Administrativa (Novo Limite). Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KOZEL, S. As Linguagens do Cotidiano Como Representações Do Espaço: Uma Proposta Metodológica Possível. **Encuentro de Geógrafos de América Latina**:

caminando en una América Latina en transformación, v. 12, 2009. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Teoriaymetodo/Metodologicos/04.pdf>>. Acesso em: fev. 2017.

_____. Mapas mentais, uma forma de linguagem: perspectivas metodológicas. In: KOZEL, S.; COSTA S., J.; GIL FILHO, S. F. (orgs.). **Da Percepção e cognição à representação: Reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista**. São Paulo: Terceira Margem, 2007.

_____. Representação e Ensino: Aguçando o olhar geográfico para os aspectos didático-pedagógicos. In: SERPA, A. (org) **Espaços Culturais vivências, imaginações e representações**. Salvador: EDUFBA, 2008.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. José M. Ressano Garcia Lamas. 5 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, 590 p.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Tradução Emilio Martínez. Madrid: Capitán Swing, 2013. 451 p.

LIBERATO, R. de C. **Cidade e exclusão: o lugar de moradia dos excluídos - O caso de Belo Horizonte**. 263 f. Tese (Doutorado em Tratamento da Informação Espacial) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

LIMA, A. M. L.; KOZEL, S. Lugar e mapa mental: uma análise possível. **Geografia: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, Londrina, v. 18, n. 1, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/>>. Acesso em: fev. 2017.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. 3 ed. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

MAIA, J. L. A. As novas formas de sociabilidade dos espaços urbanos contemporâneos. **Revista Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 1, p. 47-55, 2003.

MARCELLINO, N. C. **Pedagogia da animação**. 10. ed. Campinas: Papyrus, 2012. 128 p.

MARICATO, E. **Habitação e Cidade**. 3. ed. São Paulo: Atual Editora, 1997.

_____. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo, 1995. Disponível em: <http://www6.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_metrperif.pdf>. Acesso em: dez. 2016.

MARTINS, J. de S. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MAYHEW, S. **A dictionary of Geography**. New York: Oxford University Press, 1997.

MELO, A. C. A. de; COSTA, G. M. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte: ensaio de questões acerca das possibilidades do planejamento urbano. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NEGRI, S. M. **Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises**. Coletâneas do Nosso Tempo, 2008.

NOGUEIRA-MARTINS, M. C. F.; BÓGUS, C. M. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.13, n.3, p. 44-57, 2004.

NOGUERA, J. E. **La ordenación urbanística: conceptos, herramientas y prácticas**. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya, 2011. 294 p. Disponível em: <<http://upcommons.upc.edu/handle/2099.3/36652>>. Acesso em: jan. 2017.

OLIVEIRA, A. M. de. Urbanização brasileira e marginalidade: os olhares socioeconômico e sociocultural em contraponto. **Revista FAAC**, Bauru, v. 2, n. 1, p. 55-68, 2012.

OLIVEIRA, L. de. Percepção e representação do espaço geográfico. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia (orgs). **Percepção Ambiental – a experiência brasileira**. São Paulo: UFSCar, 1999.

PADILHA, V. **Shopping center: a catedral das mercadorias**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2006.

PASTERNAK, S. A favela que virou cidade. In: VALENÇA, Marcio Moraes et al. (Org.). **Cidade (i)legal**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. 250 p.

PINTAUDI, S. M. O shopping center no Brasil: condições de surgimento e estratégias de localização. In: PINTAUDI, Silvana Maria; FRÚGOLI JR. Heitor (Coord.). **Shopping centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista (Unesp), p. 15-44, 1992.

PORTUGAL, J. G. **A sociabilidade em condomínios fechados: o caso do condomínio residencial recanto da Serra em Viçosa-MG**. 2009. 152 f. Dissertação. (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2009.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **BH 100 Anos: uma lição de história**. 1997. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=historia&lang=pt_BR&pg=5780&tax=11794>. Acesso em 20 set. 15.

_____. **Comissão Construtora da Nova Capital de Minas**. Disponível em: <<http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br/>>. Acesso em: 20 set. 15.

_____. Gestão Compartilhada. **Mapas e dados estatísticos**. 2013. Disponível em: <http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/mapas-e-estatisticas/mapas-estaticos?term_node_tid_depth=All&area=692&field_formato_tid=695>. Acesso em abr. 17.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Revisão científica Rui Santos. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

RICHTER, D. **O mapa mental no ensino de geografia: concepções e propostas para o trabalho docente**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

ROSSI, A. **A arquitetura da cidade**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 309 p.

SALGUEIRO, T. B. Lisboa, metrópole policêntrica e fragmentada. **Finisterra**, Lisboa, v. XXXII, n. 63, p. 179-190, 1997.

SANTOS, C. N. F. dos. **Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. 2. ed. São Paulo: Projeto; Rio de Janeiro: IBAM, FINEP, 1981. 152 p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. 157 p.

_____. **Metrópole corporativa e fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Nobel/Secretaria de Estado da Cultura, 1990. 117 p.

SANTOS, M. J.; KASSOUF, A. L. Uma investigação econômica da influência do mercado de drogas ilícitas sobre a criminalidade brasileira. **Revista Economia**, v.8, n.2, p. 187-210, 2007.

SANTOS, M. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Revista Território**, ano IV, n. 6, 1999.

SERPA, A. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 15, p. 21-37, 2004.

SILVA, R. F. da. **Condomínios horizontais fechados em Goiânia. Um caso: Privê Atlântico**. 2003. 163 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. Tradução de Sérgio Marques dos Reis. In: VELHO, O.G. **O Fenômeno Urbano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 11-25., 1976. 133 p.

_____. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006. 119 p.

SOBARZO, O. **Os espaços da sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente**. 2004. 221 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

SOUZA, F. S. de. **O espaço público contemporâneo: a complexidade vista a partir de parques urbanos de Porto Alegre**. 2008. 122 f. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SOUZA, M. J. L. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Bertrand Brasil, 2008.

SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**. 2004. 508 f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

_____. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, p. 61-93, 2013.

_____. Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas. **Revista de Geografia**, Dourados, n. 4, 1994.

STEDILE, J. P. (org.) **A Questão Agrária no Brasil: O debate tradicional 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p.15-31.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

TEULIÈRES, R. As favelas de Belo Horizonte. **Boletim Geográfico Mineiro**, Belo Horizonte, n. 1, p. 7-37, 1957.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação - O positivismo; a fenomenologia; o marxismo**. São Paulo: Atlas, 2012, 175 p.

TUAN, Y. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

_____. **Paisagens do medo**. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Ed. UNESP, 2005. 374 p.

_____. **Paisagens do medo: Yi-Fu Tuan; tradução Livia de Oliveira**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005. 374 p.

TUAN, Yi-Fu. Ambiguidade nas atitudes para com o meio ambiente. **Boletim geográfico**, Rio de Janeiro, IBGE, v.33, n. 245, p. 5-23, 1975.

_____. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980. 288 p.

VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, Silvana Maria. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. Tradução de Marina Corrêa Treuherz. In: VELHO, O.G. **O Fenômeno Urbano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 133 p.

WOLPERT, J. Behavioral aspects of the decision to migrate. **Papers and proceedings. Regional Science Association**, v.15, n. 1, p. 159-169. 1965.

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2011, Rio de Janeiro. **Anais do Encontro Nacional da ANPUR...** Rio de Janeiro: 2011. 15 p.

YÁZIGI, E. **O mundo das calçadas: por uma política democrática de espaços públicos**. São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial, 2000. 546 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

PESQUISA DE CAMPO - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM MORADORES ACIMA DE 18 ANOS DO BAIRRO SANTA LÚCIA E DA VILA BARRAGEM SANTA LÚCIA DE BELO HORIZONTE, MG.

Entrevista nº _____ Data: ___/___/___ () Santa Lúcia () Vila Barragem Santa Lúcia

Nome da rua: _____

Nome do entrevistado: _____

Idade: _____ Sexo: () F () M

Perfil do morador

1 - Quantas pessoas residem na sua casa? _____

2 - Renda da família:

() até R\$1.000,00

() de R\$1.000,00 até R\$5.000,00

() de R\$5.000,00 até R\$10.000,00

() de R\$10.000,00 até R\$15.000,00

() acima de R\$15.000,00

3 - Ocupação: _____

4 - Cidade de origem: _____

5 - LAZER

5.1 – Qual a principal atividade de lazer da sua família?

5.2 – Onde as atividades são desenvolvidas?

5.3 – As pessoas que realizam essa atividade com você são da sua rua/bairro?

() Sim () Não

6 – PERCEPÇÕES DA MORADIA

6.1 – Você gosta de morar nesse bairro? _____

6.2 – Quais são os aspectos positivos e negativos de morar nessa área da cidade?

+ _____

- _____

6.3 – As ruas do bairro são tranquilas para andar a pé?

() Sim () Não. Por quê? _____

6.4 – Você faz uso do carro, moto, ônibus, bicicleta ou a pé?

6.5 – Se tivesse a oportunidade, você sairia do local onde você mora?

7 – VIZINHANÇA

7.1 – Você sempre morou aqui? Caso não, o que levou você a morar aqui?

7.2 – O que mudou quando passou a morar nesse bairro?

7.3 – Tem costume de exercer alguma atividade na rua? O quê?

7.4 – Você se relaciona com os vizinhos? De que forma? Lazer? Trabalho? Escola? Amizade?

8 – PERCEPÇÃO EM RELAÇÃO AO OUTRO BAIRRO

8.1 – O que mais te agrada e o que menos te agrada naquele bairro?

+ _____

- _____

8.2 – Você moraria lá? Por quê?

8.3 – Você se relaciona com algum morador de lá? De que forma? Lazer? Trabalho? Escola? Amizade?

9 - TRABALHO

9.1 – Você trabalha e mora no bairro?

9.2 – Quanto tempo de trajeto do bairro ao seu local de trabalho?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa **Sociabilidade urbana na cidade dual: o uso do espaço público em dois bairros de Belo Horizonte, MG**. Nesta pesquisa pretendemos **compreender a manifestação diferenciada da sociabilidade urbana nas ruas do Bairro Santa Lúcia e da Vila Barragem Santa Lúcia, e seu reflexo na produção do espaço público**. O motivo que nos leva a estudar o tema é a **evidência de espaços notadamente segregados e distintos, mesmo que próximos, que demonstra uma transformação das formas de ocupação do espaço urbano e do estilo de vida dos segmentos sociais**. Para esta pesquisa adotaremos os seguintes **procedimentos**: Análise do contexto em que vivem e a situação socioeconômica dos moradores do Bairro Santa Lúcia e da Vila Barragem Santa Lúcia por meio de um levantamento histórico do surgimento de cada área e espacialização da renda e escolaridade dos moradores. Também será feita análise temático-comparativa para compreender as diferentes manifestações da sociabilidade nas ruas desses dois bairros. A área será percorrida para que sejam feitos registros fotográficos e croquis que facilitem o cruzamento posterior das informações. A população entrevistada irá expressar suas percepções e apreensões das ruas do seu bairro em relação à sua utilização, frequência e motivação de uso, relação com vizinhos, dentre outros, por meio de uma entrevista semi-estruturada e da elaboração de um mapa mental com tempo de duração previsto em 60 (sessenta) minutos. Também será analisada a morfologia dos bairros, além do índice de criminalidade cujos dados serão buscados na Polícia Militar de Belo Horizonte.

Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em: desconforto, desconhecimento e constrangimento a respeito dos temas abordados. Caso ocorra, o entrevistado poderá solicitar ao pesquisador que as atividades sejam encerradas ou que se passe para uma próxima questão da entrevista. Ele também poderá solicitar qualquer esclarecimento quando sentir necessidade e poderá interromper sua participação em qualquer momento, sem ônus, de qualquer natureza. Ele tem a liberdade de se recusar a falar sobre qualquer temática abordada ou retirar o consentimento de fala sem penalização em qualquer etapa da pesquisa. Pode haver danos à dimensão moral ou intelectual, e há risco de retaliação caso o entrevistado seja identificado. Acerca disto, asseguramos que o que for dito, registrado e escrito será respeitosamente utilizado exclusivamente para fins desta pesquisa, e que serão mantidos o sigilo e anonimato das informações aqui contidas, e qualquer referência feita ao entrevistado será por pseudônimos. A entrevista solicitada será precedida de esclarecimentos quanto ao teor da pesquisa e seu sigilo, e somente a pesquisadora terá acesso às entrevistas. Além disso, a pesquisadora apresentar-se-á sempre disponível para esclarecimentos a qualquer tempo.

A pesquisa contribuirá para: a compreensão e conscientização dos moradores da área estudada e da sociedade em geral a respeito da forma que as relações sociais vêm se configurando nas ruas da cidade, suas causas e consequências. Portanto, o maior benefício se dará no âmbito social, além de contribuir para o planejamento urbano e estudos posteriores relacionados ao tema. O estudo pretende ainda contribuir para o fortalecimento da linha de pesquisa Planejamento do Espaço Urbano e Regional, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFV. Essa linha possui como um de seus objetivos o estudo da produção e transformação da paisagem urbana, nas escalas municipal e regional.

Para participar deste estudo o Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. O Sr.(a) tem garantida

plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável na Universidade Federal de Viçosa e a outra será fornecida ao Sr.(a).

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, e depois desse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, contato _____, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa **SOCIABILIDADE URBANA NA CIDADE DUAL: O USO DO ESPAÇO PÚBLICO EM DOIS BAIROS DE BELO HORIZONTE, MG**, de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Nome do Pesquisador Responsável: Regina Esteves Lustoza

Endereço: Departamento de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal de Viçosa
Campus Viçosa, Av. Peter Henry Rolfs, s/n.

Telefone: (31) 3899-1970 Email: relustoza@gmail.com

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

Universidade Federal de Viçosa

Edifício Arthur Bernardes, piso inferior

Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário

Cep: 36570-900 Viçosa/MG

Telefone: (31)3899-2492

Email: cep@ufv.br

www.cep.ufv.br

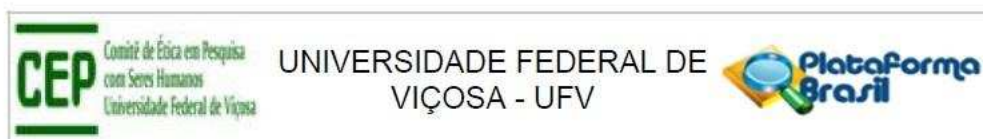
Viçosa, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

ANEXO

ANEXO A – Página 5 do Parecer Consubstanciado emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFV.



Continuação do Parecer: 1.728.671

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

Ao término da pesquisa é necessário apresentar, via notificação, o Relatório Final (modelo disponível no site www.cep.ufv.br). Após ser emitido o Parecer Consubstanciado de aprovação do Relatório Final, deve ser encaminhado, via notificação, o Comunicado de Término dos Estudos.

Projeto analisado durante a 7ª reunião de 2016, realizada no dia 12 de setembro de 2016.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_757158.pdf	19/08/2016 13:09:24		Aceito
Outros	Autorizacao_dados_PM.pdf	19/08/2016 13:07:14	Flávia Vieira Xavier	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa.pdf	02/08/2016 15:12:06	Flávia Vieira Xavier	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	02/08/2016 14:49:55	Flávia Vieira Xavier	Aceito
Outros	Roteiro_Entrevista.pdf	02/08/2016 13:40:37	Flávia Vieira Xavier	Aceito
Outros	Oficio_de_Encaminhamento.pdf	02/08/2016 13:31:48	Flávia Vieira Xavier	Aceito
Folha de Rosto	Folha_De_Rosto.pdf	21/07/2016 13:39:35	Flávia Vieira Xavier	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário CEP: 36.570-900
UF: MG Município: VICOSA
Telefone: (31)3899-2492 E-mail: cep@ufv.br